UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
FABRÍCIA MACHADO FERNANDES

JORNAL O ALBOR E A PRODUÇÃO/DISSEMINAÇÃO DE FEMINILIDADES NA IMPRENSA LAGUNENSE: 1901-1930

Tubarão
2014

FABRÍCIA MACHADO FERNANDES

JORNAL O ALBOR E A PRODUÇÃO/DISSEMINAÇÃO DE FEMINILIDADES NA IMPRENSA LAGUNENSE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a): Prof.ª Dra. Tânia Mara Cruz

Tubarão

2014

Fernandes, Fabrícia Machado, 1985-
F41 Jornal O Albor e a produção/disseminação de feminilidades na imprensa lagunense / Fabrícia Machado Fernandes; -- 2014.

125 f. il.; 30 cm

Orientadora : Tânia Mara Cruz.

Dissertação (mestrado)–Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

Inclui bibliografias.

1. Educação - Mulheres. 2. Mulheres - História. 3. Mulheres na imprensa. 4. Jornalismo – Aspectos sociais. I. Cruz, Tânia Mara. II. Universidade do Sul de Santa Catarina - Mestrado em Educação. III. Título.

CDD (21. ed.) 376

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

FABRÍCIA MACHADO FERNANDES

JORNAL O ALBOR E A PRODUÇÃO/DISSEMINAÇÃO DE FEMINILIDADES NA IMPRENSA LAGUNENSE

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 26 de junho de 2014.

Tania M. Cruz.

Professora e Presidenta da Banca Examinadora Tânia Mara Cruz, Dra.

Universidade do Sul de Santa Catarina

Professora Giane Rabelo, Dra

Examinadora Externa – Universidade do Extremo Sul Catarinense

Professora Marlene De Fáveri, Dra

Examinadora Externa – Universidade do Estado de Santa Catarina

Leonete Luzia Schmidt

Professora Leonete Luzia Schmidt, Dra.

Examinadora Interna – Universidade do Sul de Santa Catarina

Professora Doutora Márcia Buss Simão, Dra.

Examinadora Interna – Universidade do Sul de Santa Catarina

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais Antônio Chagas Fernandes e Rosimari Machado Fernandes pelo bem mais precioso: a vida.

Ao meu esposo Philipe Guedes Matos por todo o companheirismo, amizade e confidências trocadas. Obrigada por todos os momentos compartilhados e acima de tudo pela paciência nesses dois anos de curso.

Uma das pessoas mais importantes durante esse período foi a minha orientadora Dra. Tânia Mara Cruz. Quero te agradecer por todo o conhecimento repassado durante o período do curso, todas as conversas, cafés, confidências e até mesmo pelos “puxões de orelha”. Sei que tudo foi para o meu amadurecimento e aperfeiçoamento intelectual.

Obrigada às professoras Dra. Leonete Schmidt e Dra. Giani Rabelo por todas as contribuições significativas durante a banca de qualificação que serviram para desenvolvimento dessa dissertação e por terem aceitado participarem da defesa final desse trabalho. Às professoras Dra. Márcia Buss-Simão e Dra. Marlene De Fáveri por terem aceitado o convite para a defesa e por todas as contribuições para a “lapidação” dessa dissertação. Obrigada a todos os demais professores e colegas que conheci no PPGE/UNISUL.

Um imenso agradecimento à todos os diretores, coordenadores e demais funcionários das escolas que lecionei durante o curso. Muito obrigada por todas as trocas de horário para que eu pudesse cursar as disciplinas e todas as liberações para que eu pudesse comparecer aos eventos relacionados ao Mestrado.

Agradeço e ao mesmo tempo peço desculpas pela ausência a todos os amigos e familiares nesse período. Nem sempre é fácil conciliar a vida acadêmica.

RESUMO

A presente investigação refere-se a produção/disseminação de concepções de feminilidades pela ótica do Jornal O Albor na cidade de Laguna-SC, no período de 1901 a 1930. Além disso, buscou-se verificar como a mulher era representada na sociedade lagunense e em quais ocupações, compreender se houve notícias sobre os movimentos sobre a emancipação política e econômica das mulheres e verificar o que se divulgava sobre a educação de mulheres neste período. As edições do Jornal O Albor estavam disponíveis no Arquivo Público Municipal da cidade de Laguna, sendo analisados 1200 exemplares deste periódico referente ao período estudado e selecionadas 39 publicações para compor esse trabalho. O critério adotado para a organização exemplares do jornal O Albor foi de ordem cronológica e de edição. Após foi realizada a categorização das reportagens pelos temas abordados nas publicações deste periódico. As publicações selecionadas para este estudo foram transcritas utilizando a escrita original dos jornais. Em função do próprio objeto de pesquisa e do diálogo com estudos do campo a análise pauta-se pelo cruzamento de referenciais da história das mulheres e das relações de gênero sobre aquele contexto brasileiro. O jornal, enquanto fonte histórica é visto em sua função pedagógica de difusão e, simultaneamente, de produção de significados, já que expressa concepções de mundo dos setores sociais aos quais o jornal estava associado. Para isso utilizou-se os conceitos de classe de E. P. Thompson, hegemonia de Antonio Gramsci e outros autores que dialogam com esse autor como Ivete Simionatto, além da aproximação do conceito de ideologia utilizado por István Mészáros. Para discutirmos a função pedagógica da imprensa, dialogou-se com as ideias de José Carlos Libâneo. Verificou-se que a educação de meninas pautava-se na preparação para o trabalho doméstico e ganhou mais visibilidade com a instalação de novas escolas mistas e o Grupo Escolar Jerônimo Coelho na cidade de Laguna, facilitando a entrada de mulheres para lecionarem nesses espaços. Também foram encontradas publicações relacionadas ao movimento feminista neste período, principalmente relacionado a luta pelo sufrágio feminino e a entrada de mulheres em espaços considerados adequados para os homens. Quando o assunto era comportamento feminino, as publicações desse periódico reforçavam a concepção tradicional de feminilidade, condenando qualquer comportamento

considerado inadequado. E quando o assunto era comportamento, evidenciou-se a quebra de paradigmas sociais, como as mulheres que se vestiam de homens em busca de novas oportunidades de trabalho, associado à defesa da honra. Além disso, verificamos a pouca presença explícita dos homens e das masculinidades neste periódico.

Palavras-chave: Educação. Jornal O Albor. Imprensa catarinense. História das mulheres. Relações de Gênero.

ABSTRACT

The present investigation is a documentary research aiming at discussing the production/dissemination of concepts of femininities from the perspective of the daily newspaper O Albor, in Laguna-SC, between 1901 and 1930. Furthermore, we seek to observe how the women were represented in the local society and in their occupations; understand if the movements for the political and economic emancipation of the women circulated; and verify which information was published on education of women in the period. O Albor was made available by the Arquivo Público Municipal of Laguna (the public archive of the municipality), where I analyzed 1.200 issues from the period and selected 39 publications to compose this work, from a categorization according to our goals, and according to the scope of the material found. The publications gathered for this study were transcribed according to their original writing. Due to the dialogue between the research object itself and the field studies, the analysis was based on the crossing of the references of the women's history and the gender relations in the Brazilian context. The newspaper, as a historical source, is seen as a pedagogic means of diffusion and simultaneously of production of representations, since it expresses concepts of the world from the social sectors to which the newspaper was associated. For that, we dialogued with E.P. Thompson's class concept, and Antonio Gramsci's concept of hegemony, ideology and conception of the world, and other authors that dialogue with him, such as Ivete Siomionatto and István Mészáros. We observed that the girl's education was based on preparation for the household and gained more visibility with the installation of new mixed schools, and the elementary school Grupo Escolar Jerônimo Coelho in the city of Laguna, making it easy for the women to enter there to teach. We also found issues related to the liberal feminist movement in the period, mainly concerning the fight for women's suffrage, and the entry of the women in spaces considered masculine. When the question was the women's behavior, the issues reinforced the traditional view of the femininity, condemning any behavior considered inadequate, although we found traces of broken social paradigms, for example, when some women were discovered dressed like men, claiming to be looking for job opportunities and to avoid being sexually assaulted during the work. Furthermore, we verify the faint presence of explicit rules for men and masculinities in the newspaper.

Key words: Education. Newspaper O Albor. Press of the State of Santa Catarina. Women's history. Gender relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01: Praça Vidal Ramos em 1920. Ao fundo, a direita o antigo Clube Blondin, Laguna SC 26

Imagem 02: Antônio Bessa..... 37

Imagem 03: Primeira edição do jornal O Albor no ano de 1901 38

Imagem 04: Jornal O Albor..... 40

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Taxas de alfabetização no Brasil (1872/1920) 23

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
1. IMPRENSA E SOCIEDADE ENTRE OS ANOS DE 1901-1930 20
1.1. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O INÍCIO DO SÉCULO XX 20
1.1.1 Considerações históricas sobre o município de Laguna 24
1.2. A IMPRENSA E OS ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS 28
1.3. A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA IMPRENSA 32
1.4. PERIÓDICO *O ALBOR* 35
2. FEMINISMO, EDUCAÇÃO E IMPRENSA 42
2.1. LUTAS E CONCEPÇÕES FEMINISTAS 42
2.2. IMPRENSA E FEMINISMO NO BRASIL 51
2.3. O DIREITO À EDUCAÇÃO: MENINAS E PROFESSORAS 54
2.4. O DIREITO AO VOTO 62
2.5. A CONQUISTA DO MERCADO DE TRABALHO 69
3. CONCEPÇÃO DE MULHER: CONTINUIDADES E RUPTURAS 72
3.1. A INFERIORIDADE DAS MULHERES 72
3.2. MULHER, CASAMENTO E FAMÍLIA 74
3.3. RUPTURAS DE PADRÕES SOCIAIS: AS MULHERES VESTIDAS DE HOMENS 83
3.4. O PROJETO MORALIZADOR DA SOCIEDADE 86
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 90
REFERÊNCIAS 95
ORGANIZAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS 102
APÊNDICE 01: PUBLICAÇÕES NA ÍNTEGRA SELECIONADAS DO JORNAL *O ALBOR* 103
ANEXO 01: IMAGEM DO BLOG “JORNAL O ALBOR” DESENVOLVIDO PELA JORNALISTA LÚCIA MARIA BARROS NO ANO DE 2011 122
ANEXO 02: DIÁRIO CATARINENSE, OBITUÁRIO DA JORNALISTA LÚCIA MARIA DE BARROS QUE DESTACA A SUA AFINIDADE EM PESQUISAR *O ALBOR* *124*

INTRODUÇÃO

Existe algo tão complexo quanto a História? Escrever sobre a humanidade em um tempo/espaço nunca foi uma tarefa simples. Como assevera Enrique Florescano (1997, p. 67) em seu artigo *A função social do historiador*, “para o estudioso da História, o mergulho no passado é um encontro sempre passível de causar confusão entre histórias de vida distintas, marcadas pela influência de diversos meios naturais e culturais”.

Se o objeto de estudo da História é o homem num determinado tempo histórico, o que se entende por passado? Eric Hobsbawm, em sua obra *Sobre História* (1998), enfatiza que o “passado” é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana. Esse passado está presente em todas as instâncias, instituições e valores da sociedade. Não poderíamos registrar todos os acontecimentos de forma plena, ou seja, em sua totalidade. Portanto, o passado nada mais é que uma seleção desses acontecimentos e do que será “oficialmente” lembrado ou capaz de ser lembrado.

> A história da sociedade é, portanto, uma colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fato aconteceram. Isso é verdade e independe da escala geográfica ou cronológica utilizada em nossas investigações (HOBSBAWM, 1998, p. 92).

Para isso, não só historiadores, mas pesquisadores de diversas áreas recorrem a acervos públicos e particulares, bibliotecas e quaisquer outras fontes capazes de dar-lhes suporte para desvendar cada vez mais esse passado histórico. Compreende-se aqui por fonte histórica todo e qualquer vestígio, escrito ou não (patrimônio material e imaterial), deixado pelos homens, e que pode ser utilizado na interpretação da sociedade no período histórico de sua pesquisa.

Para entender a história das mulheres e as relações de gênero de 1901 a 1930, recorri aos acervos em busca de notícias em periódicos, visando a apreender as transformações que estão ocorrendo na sociedade, e quais as discussões sobre as feminilidades em uma publicação da imprensa lagunense durante esse período. De acordo com Carlos Henrique Carvalho (2004, p.47), “a pesquisa periódica vem

sendo (re) visitada por pesquisadores pelo fato de estarmos, na maioria das vezes, diante de reflexões muito próximas dos acontecimentos".

> A análise da imprensa permite o contato com discursos situados tanto no âmbito macro do sistema, como na esfera micro das experiências humanas. É o lugar onde a regulação coletiva se faz permanente, pois seus organizadores e produtos procuram equilibrar o que ela quer vincular para o leitor conhecer, atendendo, ao mesmo tempo aos interesses e expectativas do consumidor. (CARVALHO, 2004, p.47)

Então, como analisar as fontes de um tempo histórico que não vivenciamos? Florescano (1997) enfatiza que se a pesquisa está sendo realizada em outro momento histórico, devemos ter o cuidado de compreender as pessoas e as condições de vida da época histórica e distingui-la do momento atual, evitando anacronismos. O historiador deve procurar desvendar o desconhecido, detectando mudanças e transformações econômicas e sociais ocorridas no passado. Na linha de raciocínio do autor, essas transformações são obtidas pelas lutas, reivindicações e revoluções. Cada alteração muda completamente os rumos da História, descrita por Agnes Heller (2004, p.2) como "a substância da sociedade", ou seja, a História é construída por pessoas e para pessoas, em um determinado tempo histórico.

E a História das Mulheres e a história das relações de gênero? No Brasil, a História das Mulheres começa a ser escrita a partir da década de 1970-1980, com a inserção de um grande número de mulheres nas universidades (LOURO, 1996). Os primeiros estudos foram realizados pelas mulheres vinculadas ao movimento feminista, que pretendiam o "resgate" do sujeito mulher, até então excluído das páginas da história. De acordo com Raquel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), os primeiros estudos enfatizavam a criação de uma tensão de mulher versus homem, e não era qualquer homem, mas sim o homem branco e ocidental. Além disso, outros problemas surgiram no meio acadêmico e no seio do movimento feminista, ao pensar a multiplicidade do sujeito mulher na sociedade, quando a diferença passa a ser analisada, e não sendo mais possível criar uma identidade homogênea de mulher. Múltiplas identidades e reivindicações foram aparecendo.

> Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma 'diferença' – dentro da diferença. Ou seja, a categoria 'mulher', que constituía uma identidade diferenciada da de 'homem', não era suficiente para explicá-las. Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam (SOIHET; PEDRO, 2007, 287).

Com isso, algumas críticas foram realizadas acerca desses primeiros estudos, como se a história das mulheres, que estava sendo escrita por mulheres, fosse similar à história geral, que era escrita por homens e apenas contemplava os feitos dos homens. Além disso, não havia como contemplar todas as mulheres de uma forma homogênea, e novas categorias de análise começaram a ser incluídas nos trabalhos, como sexualidade, raça/etnia, religião, geração e outros.

Então, a partir da década de 1990, estudiosos começaram a questionar e escrever sobre as diversas concepções de masculinidades e feminilidades nas sociedades, e as relações de poder que as permeavam. Sobre essa construção de masculinidades e feminilidades, Louro (1996) vai mais além ao afirmar que esse conceito implica em discussão de pluralidade, e que há diferentes sociedades com diferentes concepções de homem e mulher. Ela afirma que até mesmo dentro de uma sociedade essas concepções são diversas, pois incluem atributos como classe, idade, religião, raça e outros. E mesmo que o gênero seja uma construção social e histórica, a autora comenta que esse processo envolve corpos e sujeitos. Portanto, não é apenas o sexo biológico que constitui os sujeitos, mas ele é uma categoria importante para os estudos de gênero. Para Judith Butler (2003), não podemos separar gênero de todas as interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida, sendo que o próprio corpo tem uma inscrição de gênero.

Nesse contexto, a história das mulheres começa a ter um novo foco, e os trabalhos começam a ser analisados a partir das relações de gênero. Soihet e Pedro (2007, p. 291) descrevem que “a história feminista deixa então de ser uma tentativa de corrigir e suplementar um registro incompleto do passado, e se torna um modo de compreender criticamente como a história opera enquanto lugar de produção do saber de gênero”.

Mas, por que a minha afinidade com o tema mulheres, relações de gênero e imprensa? Durante a minha graduação em História na Universidade do Sul de Santa Catarina, com a realização da disciplina de Arquivologia, entrei em contato com jornais antigos. Toda vez que eu folheava um jornal de um período histórico, fazia uma “nova descoberta”, por mais simples que a notícia exposta naquelas folhas amareladas pudesse parecer. Nos jornais estavam expostos os principais temas em discussão na sociedade, e era por meio dos jornais que as pessoas podiam obter as

informações sobre o que estava acontecendo, diferentemente de hoje, que as pessoas tem acesso a diversos meios de comunicação.

Além disso, nos jornais eram disseminadas e produzidas as concepções de mundo de uma determinada época. Era por meio desses periódicos que as pessoas, além de estarem se informando de um determinado acontecimento, também estavam sendo instruídas. Portanto, os jornais possuíam um papel educativo na sociedade. Eram eles que ditavam as “últimas modas”, os posicionamentos favoráveis ou contrários das principais discussões políticas, e como cada homem ou mulher deveria se “comportar na sociedade”.

Já a afinidade com o tema mulheres e relações de gênero surgiu durante a disciplina de Gênero e Educação, no Mestrado em Educação. Ao analisar o gênero nos diferentes momentos históricos, as conquistas das mulheres, a educação diferenciada de meninos e meninas, comecei a me questionar sobre como eram as discussões sobre a emancipação feminina na cidade de Laguna no início do século XX.

Em busca de respostas, mas com curto tempo para a realização da pesquisa, delimitei o período entre 1901 e 1930. O projeto inicial era ampliar a pesquisa até o ano de 1934, quando as mulheres tiveram instituído o direito ao sufrágio universal no Brasil. Porém, as más condições do Arquivo Público Municipal de Laguna associadas ao fato de, muitas vezes, o Arquivo encontrar-se de portas fechadas em horário de atendimento ao público, fez com que eu optasse pela redução do período histórico.

Como objetivo geral desse estudo, busquei analisar a produção/disseminação de concepções de feminilidades pela ótica do Jornal O Albor, no período de 1901 a 1930. Como objetivos específicos busquei verificar como a mulheres e feminilidades eram representadas na sociedade lagunense e em quais ocupações, analisar as notícias sobre os movimentos sobre a de emancipação política e econômica das mulheres e verificar o que se divulgava sobre a educação de mulheres neste período. Dialoguei com estudos da história das mulheres referente ao período, mas informada das discussões de gênero do final do século XX e XXI.

Realizei um levantamento dos principais periódicos editados no período, e esclareço que o Jornal "*O Albor*" foi o escolhido pois, de acordo com Mário Luiz Fernandes (2009), esse foi o periódico de maior longevidade na região sul de Santa Catarina. Além disso, existiam diversos exemplares desse jornal disponíveis no Arquivo Público.

Portanto, a interpretação desse acervo da imprensa lagunense se revelou fundamental para a compreensão do cenário das relações de gênero e história das mulheres no início do século XX. O critério adotado para a organização dos jornais no Arquivo Público foi de ordem cronológica e de edição. A partir dessa organização foi possível constatar que estavam faltando exemplares no período estabelecido pela pesquisa. Além disso, diversos números estavam em péssimo estado de conservação, requerendo extremo cuidado ao manuseá-los, pois muitos se desmanchavam nas mãos ao serem folheados. Todas as publicações selecionadas foram fotografadas. Foram analisados aproximadamente 1200 exemplares do jornal "*O Albor*" no período de 1901 a 1930, sendo selecionadas 39 notícias para compor esta dissertação no período de agosto/2012 a abril/2013.

O primeiro critério de seleção e organização das reportagens utilizadas nesta pesquisa seguiu a ordem cronológica dos jornais. Após a triagem, iniciei o trabalho de categorização das reportagens pelos temas abordados nas notícias destacadas. Todas as vezes que a notícia destacada estava assinada, adotei como critério inserir as assinaturas durante a análise das publicações, e toda vez que não possuía assinatura, inseri a sigla S.A – sem assinatura. As publicações selecionadas para este estudo foram transcritas utilizando a escrita original dos jornais e as publicações estarão disponíveis na íntegra para consultas de outros pesquisadores no apêndice deste trabalho.

Outra preocupação foi a utilização dos gêneros jornalísticos. Entende-se aqui por gênero jornalístico a classificação utilizada na estrutura de um jornal ou qualquer outra mídia. Para Jorge Telles Bomfim Medina (2001), há uma grande divergência em relação às classificações utilizadas nas mídias, e seria impossível criar uma classificação universal, pois as sociedades são diferentes, além do desenvolvimento tecnológico estar em constante transformação. Para o autor, os gêneros jornalísticos têm por finalidade "orientar os leitores, permitindo-os identificar a forma e o conteúdo dos mesmos" (p.50). Por isso, nesta pesquisa utilizei os

conceitos de nota, notícia e reportagem, sendo que “nota corresponde a um relato de um acontecimento, notícia como um puro registro dos fatos, mas sem entrevistados e reportagem como um relato ampliado de um acontecimento, sendo que o jornalista vai ao local para apurar os fatos”. (MEDINA, 2001, p. 54).

Cabe destacar aqui que o periódico *O Albor* foi utilizado como um documento histórico, fonte primária para os estudos historiográficos, que expressa os significados presentes no período em que foi produzido. Fávero (1995, p. 23) destaca que “o documento é algo que fica, é testemunho, precisa ser analisado, criticado, para não nos limitarmos apenas ao seu significado aparente”. As produções sobre a História das Mulheres no período e os estudos de gênero posteriores servem de contraponto para a análise efetuada. As (poucas) teses e dissertações que tratam da pesquisa jornalística e da temática de mulheres/gênero serão trazidas para reflexão no decorrer do trabalho.

A dissertação ficou dividida em três capítulos, sendo que o primeiro localiza o contexto brasileiro e lagunense nas três primeiras décadas do século XX, analisando aspectos como política, economia, e educação nesse período. Além disso, apresento a utilização da imprensa periódica para fins de estudos historiográficos, discuto a função pedagógica da imprensa, e por fim, busco compreender a trajetória do jornal *O Albor* na cidade de Laguna e suas interfaces com o feminismo presente no período.

No segundo capítulo, apresento alguns aspectos sobre as lutas e reivindicações do movimento feminista em âmbito nacional e internacional. Discuto ainda a articulação entre a imprensa e o movimento feminista, pois por meio dos periódicos é possível perceber determinadas movimentações dos grupos de mulheres, ora o jornal expressando opiniões favoráveis ao movimento, ora opiniões contrárias. Nessa segunda etapa também analisei como eram difundidos e problematizados o direito à educação de mulheres (meninas e professoras), o direito ao voto e a conquista do mercado de trabalho no jornal *O Albor*.

Por fim, no último capítulo analisei a maneira de como o jornal *O Albor* disseminava a concepção de mundo considerada “ideal” para as mulheres, enfatizando temas como a inferioridade feminina, a função da mulher no casamento e na família, a violência conjugal, as polêmicas em torno do divórcio e a união livre como alternativa de matrimônio. Nesse mesmo capítulo enfatizo as notícias que

demonstram rupturas nos padrões sociais, como as mulheres que se vestiam de homens e o projeto moralizador da sociedade, utilizado para repugnar os “maus” comportamentos que as mulheres apresentavam devido aos novos direitos que conquistaram neste período.

Não posso deixar de destacar a relevância desse estudo historiográfico sobre periódico na composição da história das mulheres e das relações de gênero não só na cidade de Laguna, mas na região do extremo sul catarinense.

1. A IMPRENSA E A SOCIEDADE ENTRE OS ANOS DE 1901-1930

1.1. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O INÍCIO DO SÉCULO XX

O final do século XIX e início do século XX foi um período de intensas transformações na sociedade brasileira, como a adaptação ao novo modelo de governo republicano com resquícios de império e o início da chamada "modernização brasileira". Para compreender os aspectos políticos, econômicos e sociais deste período histórico, utilizei as obras dos pesquisadores Boris Fausto (2011) e Liliana Müller Larocca (2009). Para buscar informações de como a mulher estava inserida nos diversos espaços privados e sociais nesse contexto, utilizei como referência as pesquisadoras Norma Telles (2002), Branca Moreira Alves (1980), Maria Valéria Junho Pena (1981), Margareth Rago (2002), Jane de Almeida Soares (1998) e Bárbara Heller (1997).

Em sua obra História Concisa do Brasil, o historiador Boris Fausto (2011) descreve que os ideais republicanos eram de ordem e progresso, este último significando a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do industrialismo, e da expansão das comunicações. Em relação à economia, o café, e mais tarde o algodão, serão os principais produtos destinados à exportação, promovendo o desenvolvimento dos principais Estados brasileiros. O fortalecimento das oligarquias resultou na política de imigração de estrangeiros, que trabalharam principalmente nas fazendas de café. O período caracterizou-se por um aumento populacional, investimento em estradas de ferro e a abertura das primeiras indústrias alimentícias e têxteis no período. Com o desenvolvimento das indústrias, Fausto (2011) situa a formação dos sindicatos de trabalhadores e as primeiras greves nas indústrias dos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

Entre as questões políticas do período estava a temática da escolha dos representantes brasileiros. Por um lado, a Constituição Brasileira vigente considerava eleitores os cidadãos brasileiros, maiores de 21 anos, com exceção de mendigos, analfabetos e praças militares.

> Entretanto, o voto não era obrigatório e o povo encarava a política como um jogo entre os grandes ou uma troca de favores. Seu desinteresse crescia quando nas eleições para presidente os partidos estaduais se acertavam, lançando candidaturas únicas, ou quando os candidatos de oposição não tinham qualquer oportunidade de êxito. (FAUSTO, 2011, p. 148).

Ao mesmo tempo, não havia na Constituição nenhuma referência às mulheres, mas considerava-se implicitamente que elas estavam impedidas de votar, questão que aparecerá problematizada no jornal *O Albor* tanto em campanhas de candidatos/as, como em posicionamentos de pessoas públicas.

Neste mesmo período no qual a modernização é prioridade, uma das mudanças necessárias para o desenvolvimento do capitalismo são os novos hábitos de higiene que a população deveria adquirir. Liliana Müller Larocca (2009), em sua tese de doutorado sobre o movimento higienista no início do século XX, aborda a incorporação de novas tecnologias (vacinas, soros, entre outras) que tiveram um grande impacto na saúde no Brasil. Este movimento tinha como característica uma nova mentalidade, baseada na ideia do cuidado da população, que se deveria educar para adquirir hábitos considerados saudáveis naquele momento.

Para as mulheres trabalhadoras, a pressão sobre o controle das ruas aumenta, influenciando na diminuição dos ofícios de vendedoras de rua e das lavadeiras nos centros urbanos. De acordo com Norma Telles (2002, p. 429) as prostitutas também são alvos dos sanitaristas, que iniciam um processo de "investigação dos seus hábitos e procuram domesticar a sexualidade feminina. Para os médicos, a mulher pobre que se prostitui se iguala a uma criança selvagem que precisa de proteção. É ignorante, burra e volúvel".

Branca Moreira Alves (1980) discorre sobre o acesso às outras novas oportunidades de empregos a partir do advento da industrialização. Esses empregos eram nas fábricas, comércio e serviços. Sobre o trabalho feminino nas fábricas no início do século XX, grande parte do proletariado era constituído por mulheres e crianças. Havia situações de extrema humilhação, sendo elas muitas vezes alvos de investidas sexuais por parte de funcionários e patrões, caso não se submetessem às exigências estabelecidas nas fábricas. Em relação aos baixos salários das operárias do sistema fabril, Maria Valéria Junho Pena (1981, p.51) escreve que a diferença de

salário entre homens e mulheres partia de uma estratégia do capitalismo para a obtenção de maiores lucros, porque as mulheres podiam ser facilmente despedidas, e eram menos móveis verticalmente que os homens.

Outras mulheres trabalhavam em casa prestando serviços, como costureiras para as fábricas, visando ao complemento do salário familiar. Para os donos dessas fábricas, isso era lucrativo, pois a exploração da mão de obra era atrelada aos baixos salários. (RAGO, 2002, p.578). Margareth Rago (2002) destaca que o trabalho das mulheres fora de casa: gerava diversas polêmicas pelo medo do adultério, perda da virgindade e prostituição. Neste momento, o lar era valorizado e considerado o ninho sagrado da família, e o trabalho fora de suas casas era representado pela metáfora do cabaré.

O movimento higienista causou um grande impacto na sociedade brasileira, e em especial nas famílias. A concepção de mundo predominante nesse período, sustentada pelas ideologias liberais e católicas, era da esposa prestativa que cuidaria das gerações futuras, sendo que “a mulher, neste período, era definida como um ser frágil e para que não adoecesse era preciso que aceitasse o comando dos homens e se dedicasse à maternidade e a família” (TELLES, 2002, p.429). De acordo com Larocca (2009), outro local escolhido como ideal para disseminar os ideais dos sanitaristas foi o espaço escolar, sendo que deveria configurar-se como um espaço higienizado, moderno e civilizado.

E como estava organizada a educação nas primeiras décadas do século XX? A educação era igual para homens e mulheres? A esse respeito Jane de Almeida Soares (1998) afirma que o magistério no início do século XX era constituído em sua maioria por mulheres professoras, consideradas as disseminadoras da moral e dos bons costumes da população. A profissão de professora era vista como vocação, um sacerdócio e também uma oportunidade de ingresso no mercado de trabalho. Para as mulheres, o mercado de trabalho de professora era uma alternativa viável, e elas defendiam essa entrada utilizando-se do próprio senso comum a partir da associação entre mulher e cuidado de crianças para exercerem uma profissão.

Bárbara Heller (1997, p.23), em sua tese de doutorado sobre as mulheres leitoras no Brasil entre os anos de 1890 a 1920, apresenta dados do IBGE sobre os índices de alfabetização de meninos e meninas no país nesse período, confirmando a lenta trajetória das mulheres nas escolas brasileiras:

Tabela 01: Taxas de alfabetização no Brasil (1872/1920). Fonte: HELLER (1997, p. 23)

Taxas de alfabetização no Brasil (1872/1920)				
	1872	**1890**	**1900**	**1920**
% de alfabetização	15	14	25	24
Homens que não sabem ler nem escrever	4.110.814	5.852.078	6.132.905	10.973.750
Homens que sabem ler e escrever	1.013.055	1.385.854	2.767.621	4.470.068
Mulheres que não sabem ler e nem escrever	4.255.183	6.361.278	6.836.848	12.168.498
Mulheres que sabem ler e escrever	551.426	734.705	1. 701.060	3.023.289
Total de habitantes	**9.930.478**	**14.333.915**	**17.438.434**	**30.635.605**

A análise da tabela acima realizada por Heller (1997) apresenta que a população brasileira no período de 1872 a 1920 quase triplicou. O crescimento do índice de alfabetização foi de 4% para ambos os sexos, porém, nas duas primeiras décadas do século XX, houve um aumento significativo na alfabetização de mulheres no Brasil. Podemos inferir que esses dados não se aplicam ao interior do Brasil, onde a população mal tinha acesso às escolas e, portanto, homens e mulheres quase não eram alfabetizados. Porém, a própria autora reconhece que não há exatidão nos dados, pois neste período havia uma deficiência nos dados censitários de muitas localidades no Brasil já que “consideraram-se apenas os locais de mais fácil acesso, os mais próximos dos centros populosos e, portanto, os mais escolarizados, com resultados pouco abrangentes” (HELLER, 1997, p. 23). Com a escolarização urbana das mulheres “Além de professoras, as mulheres de classe média podiam optar por assumir algum cargo subalterno no funcionalismo público” (ALVES, 1980, p. 97).

Todas essas transformações provocadas nos grandes centros brasileiros pelo novo modelo político nas primeiras décadas do século XX tiveram impactos

diretos nas cidades catarinenses nos âmbitos político, econômico e social, como no caso do município de Laguna-SC.

1.1.1. Considerações históricas sobre o município de Laguna

A cidade de Laguna, localizada no litoral sul de Santa Catarina, despertou interesse dos primeiros colonizadores europeus devido à sua posição marítima estratégica, sendo uma das primeiras vilas fundadas em Santa Catarina no ano de 1676. Sílvio Coelho dos Santos (1987, p. 43), afirma que:

> Desde as primeiras viagens ao Atlântico Sul, os navegadores europeus reconheceram a importância dos portos de São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna para as "estações de aguada" de suas embarcações. À época, os navios eram impulsionados à vela, com pequeno calado e autonomia de navegação limitada. Assim esses portos eram de grande importância, especialmente para os navegadores que se dirigiam para o Rio da Prata ou para o Pacífico, através do Estreito de Magalhães.

Segundo Ruben Ulysséa (2004, p. 28), nos primeiros anos, a cidade de Laguna tornou-se um grande centro de expansão bandeirante, pois além de um ponto marítimo estratégico também "era ponto obrigatório de passagem das tropas de gado que eram trazidos dos campos de Vacaria - RS e Viamão - RS e levados para as feiras de Curitiba- PR e Sorocaba- SP, o que acarreta no desenvolvimento do comércio local".

Sendo um importante centro econômico da região sul, Laguna foi palco de importantes acontecimentos, como a Guerra dos Farrapos, juntamente com Proclamação da República Juliana no século XIX. Sobre esses episódios Maria Augusta Geremias do Nascimento (2006) destaca que "esses acontecimentos não afetaram economicamente a cidade, mas deu-lhe projeção histórica ao longo dos anos".

Já no século XX, a principal fonte econômica da cidade era advinda de seu porto. Ulysséa (1943) e Nascimento (2006) destacam que era o porto de

Laguna o responsável pelo escoamento da produção agrícola da região, que impulsionava as atividades comerciais, e que através dele chegavam grupos de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, que a partir da cidade de Laguna partiam para as suas colônias no interior de Santa Catarina. Após a expansão da exploração e indústria carvoeira, principalmente na cidade de Criciúma, "o porto de Laguna no início do século XX transforma-se no escoadouro do carvão mineral produzido do sul de Santa Catarina" (NASCIMENTO, 2006, p. 67).

Em relação à vida social da elite e dos setores médios na cidade de Laguna do início do século XX, destaca-se que os "bailes, a princípio, realizavam-se na Câmara Municipal. Mais tarde foram criadas sociedades recreativas, duas corporações musicais, um clube de ginástica, e também havia festas religiosas consideradas tradicionais" (NASCIMENTO, 2006, p. 67). No jornal *O Albor* ganham destaque as festas realizadas por clubes e/ou associações de mulheres no início do século XX, como no caso da notícia de 1903, intitulada de "Club das Magnolias".

> Esta sympathica associação de senhoritas realizou a 8 do corrente, nos salões do Club Blondin, um magnífico baile.
> Dizendo-se que elle foi do gentil Club das Magnolias, está feita a sua apreciação, porquanto todos sabem o que são as festas por elle organisadas. (O ALBOR, 15/07/1903, ed. nº 49, S.A).

Sobre os clubes catarinenses do século XX, Marlene de Fáveri (1996, p. 10), em sua dissertação de mestrado, discute a importância dos clubes na cidade de Itajaí, destacando que "é certo que outros clubes existiram ao longo da experiência humana, onde homens e mulheres permitiram-se práticas de sociabilidades conforme as necessidades de cada grupo social". Infelizmente, não foi possível obter maiores informações sobre o clube de Laguna, mas podemos analisar que o Clube das Magnólias é uma associação organizada de mulheres e pertence à elite lagunense, pois a festa descrita no jornal *O Albor* ocorreu no Clube Blondin, um espaço de sociabilidade frequentado por esse grupo social.

Imagem 01: Praça Vidal Ramos em 1920. Ao fundo, à direita, o antigo Clube Blondin, Laguna SC.
Fonte: http://www.difusoralaguna.com.br/galeria-de-fotos/foto-135. Acesso: 03.mar.2014.

No campo da educação, os valores nacionalistas, atrelados aos ideais de modernização que pregavam os republicanos, refletiram-se nas reformas educacionais em Santa Catarina, principalmente no ano de 1911, com a reforma de Orestes Guimarães. De acordo com Josiane Schwiltzer (2008, p. 40) “essa iniciativa é considerada um marco na educação catarinense, por ter sido criada a Escola Normal de Formação de Professores e os Grupos Escolares, então considerados símbolos da modernidade”. Schwiltzer (2008, p.40) discorre que houve reformulação geral do ensino a partir da instalação desses grupos, “desde a estruturação do método de ensino, administração escolar, os programas ministrados e os espaços de aprendizagem”. Os primeiros grupos escolares foram implantados nas principais cidades catarinenses, primeiramente em Joinville, no ano de 1911, e em Laguna e Florianópolis no ano de 1912, durante o governo de Vidal Ramos.

Gladys Maris Ghizoni Teive e Norberto Dallabrida (2011, p. 41), na obra “A Escola da República”, destacam que a escolha para a implantação do grupo escolar em Laguna deu-se porque “era a principal cidade do sul catarinense, que, no início do século XX, tinha liderança nas áreas comercial e portuária”. A escolha para o nome do grupo escolar lagunense foi Jerônimo Coelho, fundador da imprensa catarinense.

Os ares de modernidade advindos com a implantação do grupo escolar Jerônimo Coelho também foram destacados nas páginas do jornal *O Albor* alguns

meses antes de sua inauguração, no ano de 1912. A notícia, inclusive, aparece intitulada como “Grupo Escolar Jeronymo Coelho”.

> Conforme as ultimas noticias, que nos chegam pelo telegrapho e em cartas, está para breve a inauguração desse estabelecimento de instrucção primaria, creado pelo nosso **patriotico** governador do Estado, o Exmo. Sr. Coronel Vidal Ramos, cuja administração fecunda tem-se imposto à gratidão do povo, principalmente no que respeita a melhoramentos no ramo do ensino publico, presentemente em animadora phase de uma **remodelação criteriosa e inspirada nos mais proficuos e modernos moldes**.
> Terminado, como se acha quasi totalmente, o edificio em que vae funccionar o Grupo Jeronymo Coelho, não ha mais motivos para não contarmos, desde já, com a effictividade desse instituto escolar, tanto mais que já se lhe deu o **respectivo diretor e foram nomeadas as cinco professoras normalistas** que fazem parte de seu corpo docente.
> Que não se demore, pois, a inauguração (...) taes os nossos votos vehementes pelo amor á causa da instrucção e mais ainda por amor desta grande terra, cujos filhos magnanimos de alma, obres de caracter, intemeratos de animo, comprehendem que a **instrucção diffundida com sabedoria é o mais poderoso elemento do progresso das nações** (O ALBOR, 16/06/1912, ed. nº 509, S.A, grifos meus).

Percebe-se a grande relevância da instalação desse grupo escolar dada pelo jornal *O Albor*, destacando a importância da educação “nos tempos de modernidade”. Três anos após a inauguração do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, Orestes Guimarães desembarca em Laguna para realizar uma fiscalização nesta escola, como destaca a notícia do jornal *O Albor* do ano de 1915, intitulada de Professor Orestes Guimarães:

> Com o fim de fiscalisar o Grupo Escolar Jeronymo Coelho e a Escola Complementar, chegou homtem a esta cidade, pelo Anna, acompanhado de sua exma. esposa, d. Casilda Guimarães, o competente professor, sr. Orestes Guimarães, inspetor Geral de Ensino.
> Cumprimentamol-o. (O ALBOR, 06/06/1915, ed. nº 654, S.A).

Teive e Dallabrida (2011, p. 43) destacam que o primeiro diretor do grupo Escolar Jerônimo Coelho foi o professor de São Paulo Celestino Pimentel, e que a escola estava dividida em quatro séries e duas alas, sendo uma para os meninos e outra para as meninas. Por mais que existissem duas alas, salienta-se que o grupo de docentes para lecionarem nessa escola era exclusivamente formado por mulheres.

1.2. A IMPRENSA E OS ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS

"O poder da palavra é o poder de quem tem a palavra".

(Mário Luiz Fernandes, 2007).

Nesse contexto, em que o Brasil estava passando por intensas transformações, tanto políticas quanto sociais, os periódicos estavam entre os principais veículos de informação responsáveis por produzir/ disseminar ideologias políticas e determinadas concepções de feminilidade.

Sobre a História da Imprensa no Brasil, Nelson Werneck Sodré (1966) compara o desenvolvimento da imprensa com o desenvolvimento capitalista, pois a imprensa foi utilizada para informar, opinar e divulgar os interesses da nova classe dominante em ascensão: a burguesia. Outro ponto que Sodré (1966, p. 3) discute é o fato de o desenvolvimento da imprensa ter sido diferente em cada lugar, mas que "as suas técnicas cada vez mais avançadas juntamente com o telégrafo, cabo submarino e depois o telefone e o rádio promoveram um longo alcance na difusão das informações".

> O segredo da imprensa consistia, à medida em que o capitalismo avançava, na rapidez com que chegava aos leitores e na possibilidade de contá-los aos milhões. Era necessário, por isso, que a produção atendesse à multiplicação de exemplares, e que os transportes atendessem à distribuição oportuna, rápida, vertiginosa, dos exemplares velozmente multiplicados. As invenções que tornaram os periódicos empresas industriais aparelhadas, eficientes, capazes de produzir, todos os dias, milhões de jornais, seguiram-se umas as outras, a curtos intervalos. (SODRÉ, 1966, p.6)

Mário Luiz Fernandes (2007, p. 24) relata que "no mundo moderno, a necessidade da informação como forma de interação social, o interesse e a curiosidade do homem pela informação, fizeram do jornalismo um negócio". Ao discorrer sobre a edição de um periódico, principalmente no período no qual se

insere essa pesquisa, Ricardo Santa Rita Oliveira (2002) ressalta que muitas pessoas alfabetizadas que gostariam de defender as suas ideias sobre os mais variados temas poderiam editar um periódico, mesmo que às vezes fosse difícil conseguir verba. “Muitos arrecadavam recursos financeiros apenas para a primeira edição e se o periódico tivesse uma boa repercussão, poderiam angariar fundos para as edições posteriores” (p.109). Por essa razão, os jornais e revistas iniciavam-se e extinguiam-se rapidamente durante este período.

Para a produção do conhecimento histórico, a imprensa pode ser uma das fontes utilizadas para analisar um determinado tempo/espaço através dos acontecimentos nela publicados. Tanto no século XIX quanto nas primeiras décadas do século XX, os periódicos eram de grande importância para a sociedade, sendo um dos poucos recursos com que a população poderia contar para saber dos episódios ocorridos em sua própria cidade, região, país e até mesmo no mundo. Era por meio dos periódicos que as pessoas se expressavam sobre os mais variados temas, divulgavam seus produtos e/ou estabelecimentos por meio de propagandas, propagavam as ideologias políticas dos partidos políticos ou determinados grupos sociais, quanto informavam a sociedade sobre rituais cotidianos, como viagens, noivados, casamentos, nascimentos, festas e outros.

Como entender os significados presentes nas concepções de mundo expressas nos jornais? Quem editava, quem escrevia, e para quem escrevia? Como as diferentes classes (ou setores de classe) dominantes eram representadas nos jornais ou como se utilizavam dele para exercerem seu papel de hegemonia? Ou mais especificamente, como se construía, cotidianamente, a masculinidade hegemônica? O jornal expressava como as mulheres das diferentes classes sociais questionavam essa hegemonia? Partindo de Gramsci (2001), para quem hegemonia é uma forma de difusão ideológica separada do uso da força, em um espaço sempre em disputa, mas cuja hegemonia a classe dominante busca sustentar pela lógica do consentimento social. Ivete Simionatto (1999, p. 39), ao discutir a hegemonia nas obras de Gramsci, argumenta que a hegemonia como direção intelectual e moral está em contraposição ao domínio, cuja característica central se dá pelo uso da força. A hegemonia, vista dessa forma, manifesta-se no “campo das ideias e da cultura, para conquistar o consenso e de formar uma base social. Isso porque não há direção política sem consenso” (p. 40). Em sua tese de doutorado, Tânia Mara

Cruz (2004, p. 38) traz o conceito de masculinidade hegemônica proposto por Robert W. Connel (1997) citando que “é uma forma de masculinidade dominante construída a cada momento histórico e sufocadora de outras masculinidades em disputa, mas que continuam a existir e a disputar espaço com ela”.

Kurt B. Majyer (1967, p. 9), em Classe e Sociedade, descreve que “não podemos compreender plenamente a vida social de seres humanos, se não levarmos em consideração a forma como essas diferenças influenciam suas interações e modelam suas relações sociais”.

> A constituição de classe é assim, compreendida por Gramsci, à luz da dialética subalternidade/hegemonia. A passagem de classe subalterna à classe hegemônica se dá no processo de correlação de forças sociais, políticas e militares, ou seja, na relação entre estrutura e superestrutura, objetividade e subjetividade, singularidade e universalidade (SIMIONATTO, 1999, p. 43).

Trago aqui o conceito de classe ampliado, partindo do pressuposto de que há na sociedade capitalista as classes fundamentais (burguesia e trabalhadores), mas que sua existência concreta aparece em modos de articulação que só são compreensíveis quando analisados no contexto de sua produção e em articulação com os demais setores sociais, como setores médios e outros dentro das classes dominantes. E. P. Thompson (1987, p. 9) define “classe como um fenômeno histórico, que não pode ser limitado como uma estrutura ou uma simples categoria” e que “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade.” (p. 10). Para as mulheres pertencentes às classes dominantes no início do século XX havia trabalhos e comportamentos pertencentes somente á essa classe, que foram herdados e partilhados por serem considerados adequados para as mulheres daquele período.

Para articular sua hegemonia, as classes dominantes constroem determinadas ideologias, que podem se combinar no complexo social das formas ideológicas específicas como as filosofias, a religião, a estética, entre outras. Mas essa é uma das expressões ideológicas presentes em cada momento histórico. István Mészáros (2004), em sua obra “O poder da ideologia”, distingue as ideologias entre dominantes e críticas. A primeira forma de ideologia é a que detém a hegemonia, e que serve de aparato para a manipulação e dominação das classes trabalhadoras. As ideologias dominantes visam à mistificação do real, e dependendo

do momento histórico vivenciado, podem incorporar e dialogar com outras ideologias, desde que estas não questionem os fundamentos principais sobre os quais a ideologia dominante está assentada, e não demandem mudanças estruturais na totalidade social. Já as ideologias críticas confrontam essa visão de mundo hegemônica, discutem as novas possibilidades emancipatórias dos grupos sociais, além da desmistificação e da aproximação do real, evitando a alienação dos grupos sociais. A utilização do conceito de ideologia que utilizamos nesse trabalho é uma tentativa de aproximação do conceito proposto por Mészáros (2004). Dentro da ideologia liberal (dominante) nós podemos ter adeptos ao feminismo liberal e também adeptos à visão conservadora, porém ambos estão dentro da ideologia e da classe dominante. Mas, ao propor mudanças, o feminismo liberal pode também ser considerado uma ideologia crítica perante a visão conservadora, mas não do aspecto de classe.

Um aspecto que considerei interessante, pois reforçava o uso ideológico dominante no jornal *O Albor*, dava-se no sentido do silenciamento das classes trabalhadoras, e no uso explícito da vinculação de seus editores com o partido republicano. Não encontrei, por exemplo, qualquer notícia sobre propostas partidárias ou sindicais sobre socialismo, anarquismo, ou ainda relatos sobre as greves que ocorriam nos grandes centros urbanos naquele período. Quando se referiam a homens e mulheres trabalhadores/as, apenas descreviam as condições de trabalho ou, quando muito, referiam-se a ações individuais, sem situar as ideologias desses grupos.

Outra distinção que Mészáros (2004) realiza nessa obra é entre a ideologia e a concepção de mundo. Uma concepção de mundo pode ser composta por diversas ideologias, como no caso das concepções sobre as relações de gênero do início do século XX.

Dentro do jornal, a visão sobre as mulheres baseava-se na ideologia liberal enquanto conservadora, acoplada ao positivismo e ao catolicismo. Dentro dessa disputa é que se produzirá tanto a defesa quanto o ataque às propostas feministas no âmbito liberal dos direitos políticos, de educação ou mesmo no plano das sociabilidades permitidas. Enfim: no jornal *O Albor* é o feminismo na sua faceta liberal que fará sua disputa com a masculinidade hegemônica (também liberal). Não

analisei a prescrição de modelos de masculino e concepções de masculinidades nos jornais da época, mesmo que parcialmente presentes. Nos textos jornalísticos do jornal *O Albor*, ao homem (quase) tudo era permitido e parecia não haver necessidade de ditar-lhe regras, menos ainda em relação à educação.

1.3. A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA IMPRENSA

Quando penso em educação, sou logo remetida ao espaço físico escolar, regido por todas as leis e obrigatoriedades inerentes a esse ambiente. Mas, nesta pesquisa, parto do pressuposto que a educação acontece em várias instâncias sociais, em concordância com José Carlos Libâneo (2002), que a situa contendo espaços formais, informais e não-formais de educação.

De acordo com Libâneo (2002, p. 97), a educação não pode ser reduzida à instituição escolar, ela é "um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política e cultural". Esses processos formativos inerentes à educação ocorrem por meio de diversas instituições e atividades nas quais os sujeitos estão envolvidos. De acordo com esse autor, estamos inseridos em uma sociedade pedagógica, na qual somos bombardeados de informações pelos diversos veículos formais, não-formais e informais de educação. O que caracteriza a educação informal, de acordo com esse autor, é a falta de intencionalidade.

Em relação à educação intencional, Libâneo (2002) distingue entre educação formal e não-formal. Libâneo (2002, p. 88) explica que a educação formal é a estruturada e sistematizada. Um exemplo típico desse tipo de educação é a escolar. Já a educação não-formal é caracterizada como "atividades de caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas não-formalizadas" (p.89), sendo um exemplo de tipo de educação os meios de comunicação em massa.

Essa diversidade de práticas educativas intencionais presentes na sociedade revela-se como campos de atuação pedagógica. Assim, a imprensa como

um meio de comunicação social também é um elemento dessa sociedade pedagógica, que ensina, propõe reflexões, problematizações, difundindo informações que são de seu interesse. Certamente é inegável que a imprensa exerce grande influência em meio a essa sociedade pedagógica, pois além de um veículo de informação, a imprensa tende a massificar discussões sobre os mais variados temas, induzir determinadas posturas dentro do que se pretende afirmar como adequado para a sociedade. É como descreve Mônica Yumi Jinzenj (2012, p. 161), ao afirmar que "uma possibilidade de se analisar o potencial ou a pretensão educativa de um jornal é discutir sobre os conteúdos que circulam, os modelos, valores e comportamentos que defende". Assim, analisar a imprensa se revelou como fundamental para a compreensão da dinâmica das forças sociais presentes naquele período e que apareciam nos significados sobre as mulheres no periódico *O Albor*.

Rita de Cássia Luiz da Rocha (2005, p. 2) cita que os "os jornais caracterizam-se primeiramente pela difusão de informações, mas isto não significa que são neutros ou imparciais diante dos acontecimentos cotidianos". Não posso deixar de estabelecer reflexões sobre o conteúdo e os leitores dos jornais, pois na imprensa são veiculadas notícias de acordo com o interesse dos financiadores, sejam elas empresas privadas que pagam pelos anúncios veiculados, ou até mesmo os partidos políticos com quem os jornais e revistas estavam atrelados, como é o caso do "*O Albor*", o que o situava, como já afirmei anteriormente, dentro das classes dominantes.

Para compreender como as notícias elaboradas de forma intencional são veiculadas pela imprensa, e entender o impacto causado na sociedade, além dos conceitos de ideologia, hegemonia e concepção de mundo, também utilizarei o conceito de significados, que são percepções construídas acerca do real a partir das experiências concretas. Como mecanismo ideológico pode-se dizer que a seleção dos significados dentro de um determinado periódico expressa também as significados do próprio corpo editorial do jornal (ou de jornalistas, caso a matéria seja assinada e se permita relativa autonomia da autoria). No jornal "*O Albor*", percebe-se um conjunto de significados difundidos para a sociedade e das contradições advindas da resistência ou aceitação desses significados presentes na ideologia do feminismo liberal.

Nas primeiras décadas do século XX era comum apresentar a mulher como dona de casa, responsável pelos afazeres domésticos, que dedica a sua vida a cuidar dos filhos e do marido. Essa concepção de mulher é partilhada por alguns indivíduos e grupos sociais como algo natural, e não construído socialmente através das relações concretas estabelecidas entre os sujeitos. Não discutiremos aqui o processo de recepção dessa difusão pelo jornal, muito complexo, e que foge ao âmbito do que o objeto de estudo me permite realizar. Trago aqui um exemplo, a título de ilustração, sobre o significado de mulher presente na edição de n.º 1003 de 8 de junho de 1923: " (...) A mulher é um ente **frágil**, **delicada**, que o Creador colocou sob a proteção do Homem. Este vive para os outros; **a Mulher não, vive para o Homem"** (Grifos meus).

Analisando esse fragmento pode-se analisar que os editores do jornal selecionaram características como a fragilidade e delicadeza atreladas a elementos religiosos para convencer o leitor ou a leitora da subordinação das mulheres em relação aos homens. Mesmo que esse significado de mulher fosse fortemente divulgado no período estudado, se nos aprofundarmos nos estudos da história das mulheres e das relações de gênero, sabendo que nas práticas sociais esse era apenas um dos inúmeros significados de mulher. Havia mulheres que buscavam seus direitos civis e políticos, esposas que lutavam contra a dominação masculina, mulheres que buscavam na educação um meio de serem inseridas no mercado de trabalho, dentre muitas outras, porém, a imprensa do período veiculava predominantemente os significados considerados "ideais" para manterem a ordem social e que eram do interesse dos editores, redatores e patrocinadores dos jornais.

Por exemplo, se existe disponível socialmente um significado de feminismo como algo condenado pela sociedade, mas a imprensa começa a divulgar informações sobre o feminismo de uma maneira positiva, no âmbito social de modo subordinado, poderá reforçar a positividade do feminismo, ampliando o rol de atuação dos grupos que o defendem como ideologia feminista, mesmo que no âmbito liberal, contribuindo para uma nova correlação de forças entre as ideologias e provocando mudanças na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Por isso, é necessário frisar que esses significados expressos no jornal não caem num vazio social, já que a sociedade, por meio de seus inúmeros grupos, como nos apresenta Gramsci (1995), está em todo momento participando da elaboração desses significados, quer incluindo-as em ideologias críticas ou conservadoras. Como frisei anteriormente, dentro da própria ideologia liberal, há contradições no que se refere ao feminismo e à concepção de mulher, em movimentos de absorção de novas ideias e, ao mesmo tempo, manutenção de elementos estruturais de suas concepções, como a divisão sexual do trabalho.

Desta maneira, o processo de difusão de significados é, ao mesmo tempo, meio de produção de significações, quando a ideologia adquire poder material e volta-se para participar do processo de transformações sociais, ou seja, os significados são construídos a partir da base material e estrutural da sociedade, mas na medida em que são construídos e passem a compor as concepções de uma época voltam-se como força material e participa do processo de transformação da totalidade social.

1.4. PERIÓDICO *O ALBOR*

"Com a aurora do dia de hoje surge O Albor, como a florinha que em botão vae desabrochando nas hastes das verdes folhagens".
Jornal "O Albor" (edição nº 1 – 15/09/1901)

Nos últimos anos, a imprensa catarinense vem sendo alvo de pesquisadores que procuram entender os contextos históricos registrados pela ótica dos periódicos. Laguna, como um dos primeiros municípios fundados em Santa Catarina, também teve destaque no surgimento dos primeiros periódicos que circularam no Estado. Pesquisadores como Arilton Teixeira (1991), que catalogou os jornais que circulavam em Laguna no final do século XIX entre o período de 1864-1900; Celso Martins (2005), que pesquisou os jornais lagunenses do final do século

XIX e os primeiros jornais do século XX; Mário Luiz Fernandes (2007; 2009), que analisou a origem da imprensa e a imprensa republicana nos municípios catarinenses; e Lúcia Maria Barros (2011), cujo objeto de estudo foi o periódico lagunense *O Albor*, trouxeram análises significativas para entendermos o contexto da imprensa catarinense/lagunense nas três primeiras décadas do século XX.

O marco inicial da imprensa em Santa Catarina é considerado o ano de 1831, quando o lagunense Jerônimo F. Coelho iniciou a publicação do jornal "O Catharinense". De acordo com Teixeira (1991) o principal objetivo desse jornal era "combater qualquer tentativa restauradora do trono de D. Pedro I" (p. 39). Após a publicação de "O Catharinense" outros jornais foram surgindo em Santa Catarina, tanto nos grandes centros, como a Capital da Província, quanto no interior, inclusive na cidade de Laguna.

Teixeira (1991) catalogou 28 jornais lagunenses no período de 1864 a 1900. De acordo com o autor, a grande maioria desses jornais não passou dos primeiros exemplares. A principal causa para esse fenômeno, segundo ele, foi a falta de recursos financeiros: "Eram escassos os colaboradores e a inexistência dos vendedores de exemplares avulsos inviabilizava a continuidade das publicações" (p. 88).

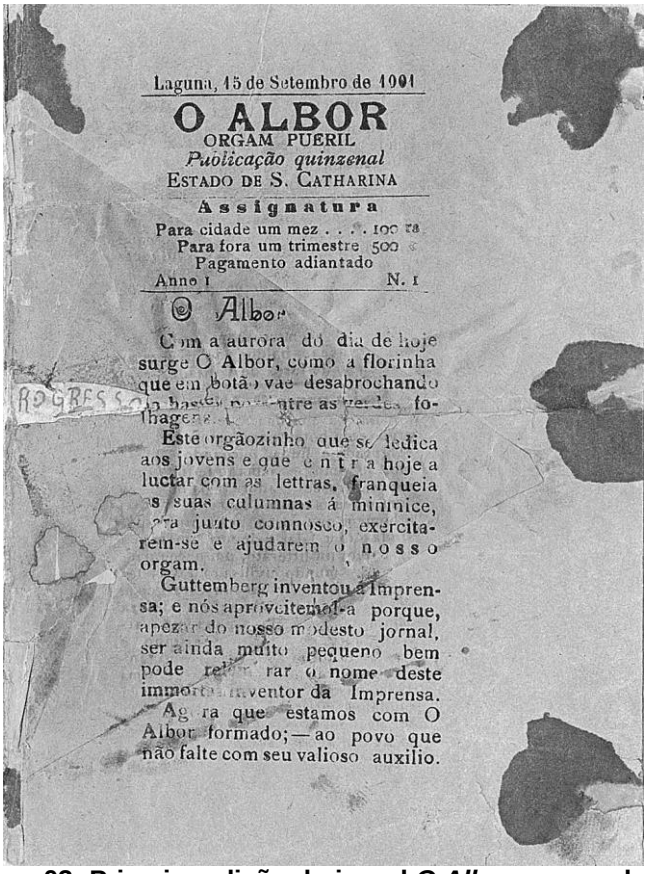
No ano de 1901, na virada no século XX, surge um novo periódico intitulado "*O Albor*". Em relação aos títulos dos jornais, Pallares-Burke (1998, p. 146) enfatiza que "muitos periódicos possuem títulos bastante reveladores, que aludem seu papel de guia e educadores da sociedade". Nesse caso, *O Albor,* sinônimo de alvorecer, enaltecia o início de um novo século e a difusão dos novos ideais de modernidade e conhecimento.

Martins (2005) enfatiza que esse empreendimento surgiu no dia 15 de setembro do ano de 1901, idealizado pelos então adolescentes Adalberto Bessa (que foi funcionário do Departamento de Correios e Telégrafos de Laguna) e Manoel dos Passos Bessa. Apenas no ano de 1904, Antônio Bessa inicia sua participação e assume a direção e edição do jornal.

Imagem 02: Antônio Bessa
Disponível em: http://jornaldelaguna.com.br/antonio-bessa/
Acesso: 02.jan.2014

A primeira edição do jornal, de apenas 11,5 x 15,5 cm e composto por apenas uma coluna, trazia abaixo do título a frase “Orgam pueril”, cujo significado implica em um jornal simples. Talvez os idealizadores do projeto não tivessem ideia da dimensão que esse periódico alcançaria na cidade de Laguna e que seria uma das expressões regionais dos republicanos já que seu principal editor estava vinculado ao Partido Republicano da cidade e traria para o jornal as discussões políticas deste.

O jornal apresentava o valor da assinatura do periódico antes do texto de abertura, sendo que o pagamento era realizado mensalmente por 100 réis, ou trimestralmente por 500 réis com pagamento adiantado. Possuía uma tiragem quinzenal. A primeira página da primeira edição aludia à fundação e aos objetivos do jornal, que, segundo o texto, era destinado aos jovens da cidade: “Este orgãozinho que se dedica aos jovens e que entra hoje a luctar com as lettras, fraqueia nas suas columnas á meninice, queira junto comnosco, exercitarem-se e ajudarem o nosso orgam” (*O ALBOR*, 1901, ed. 01). Além disso, no texto de abertura descrevia-se a importância da invenção da imprensa: “Guttemberg inventou a Imprensa, e nós aproveitemol-a porque, apezar do nosso modesto jornal ser ainda muito pequeno bem pode relembrar o nome deste immortal inventor da Imprensa”.



Laguna, 15 de Setembro de 1901

O ALBOR

ORGAM PUERIL

Publicação quinzenal

ESTADO DE S. CATHARINA

Assignatura

Para cidade um mez . . . . 100 rs
Para fora um trimestre 500
Pagamento adiantado

Anno I N. 1

O Albor

Com a aurora do dia de hoje surge O Albor, como a florinha que em botão vae desabrochando [illegible] fo-lhagens.

Este orgãozinho que se dedica aos jovens e que entra hoje a luctar com as lettras, franqueia as suas columnas á mininice, para junto comnosco, exercitarem-se e ajudarem o nosso orgam.

Guttemberg inventou a Imprensa; e nós aproveitemol-a porque, apezar do nosso modesto jornal, ser ainda muito pequeno bem pode relembrar o nome deste immortal inventor da Imprensa.

Agora que estamos com O Albor formado;—ao povo que não falte com seu valioso auxilio.

Imagem 03: Primeira edição do jornal *O Albor* no ano de 1901
Disponível em: http://jornaldelaguna.com.br/parece-que-foi-ontem-o-albor/
Acesso: 02.jan.2014

Além das notícias de Laguna e da região, eram publicadas notícias de outros jornais e revistas do Brasil e do exterior e mais tarde, a partir da segunda década, passa a incluir correspondentes no Rio de Janeiro.

Ao buscar informações sobre esse periódico, me deparei com uma pesquisa minuciosa, exposta em um blog editado pela jornalista Lucia Maria Barros[1] no ano de 2011. A jornalista, falecida no ano de 2012, vítima de um infarto fulminante, era bisneta de Antônio Bessa . O blog produzido por Barros (2011) parece-me estar na encruzilhada entre uma fonte bibliográfica e uma fonte primária, pois o seu levantamento histórico detalhado está impregnado de elementos afetivos por conta de seu parentesco com o principal editor desse jornal, o que imprime uma

[1] Lucia Maria de Barros era jornalista graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina, turma de 1984. Blog editado por Lucia Maria Barros (2011) sobre o jornal *O Albor*, disponível em <http://jornaloalbor.blogspot.com.br> Acesso em maio.2013.

tônica a seu trabalho como um relato biográfico/familiar. No entanto, suas informações nos ajudaram a pensar o contexto da produção do jornal.

Nessa pesquisa, Barros (2011) destaca as principais fases do jornal, a biografia de Antônio Bessa, e até mesmo relata uma pesquisa de opinião realizada por ela sobre a importância d'*O Albor* com lagunenses da área de comunicação no ano de 2011. De acordo com a autora, o primeiro exemplar foi distribuído gratuitamente de porta em porta, porém na última página estava registrado que se a pessoa não devolvesse o primeiro exemplar na redação do Jornal, seria considerada assinante.

Em relação a Antônio Bessa, Barros (2011) destaca que, com apenas 11 anos de idade, tornou-se aprendiz de tipógrafo na Gráfica Futuro, mas na sequência sua renda familiar passou a ser conseguida através de algumas casas de aluguel. Segundo a autora, Antonio Bessa dedicou-se ao *O Albor* por 59 anos e, sendo apaixonado por política, chegou a ser presidente do Partido Republicano na cidade de Laguna. Mesmo depois de ter encerrado as edições do jornal na década de 1960, Antônio Bessa continuou administrando a gráfica que antes produzia o jornal. Neste período já estava com 86 anos. Faleceu no dia 15 de junho de 1971 com 93 anos.

Sobre o jornal, Barros (2011) afirma que, além de Antônio Bessa, outros editores deixaram suas marcas registradas nesse periódico, dentre eles Ismael Ulisséa, que chegou a ser redator chefe do jornal, que era filho de uma família tradicional, sendo o único médico da cidade, e João Rodolpho Gomes, conhecido como Joca Moreira, amigo de Antônio Bessa, que tinha um viés literário e era um poeta que costumava utilizar muitos pseudônimos, como J. Prado e Danúbio: Para ela "Todos eles tiveram liberdade para registrar sua época sob sua ótica. Foi esse o grande mérito jornalístico do proprietário: soube reconhecer talentos e dar a eles espaço e segurança para caminharem sozinhos". (BARROS, 2011).

Outra figura do jornalismo lagunense citada por Martins (2005) foi José Johanny, que também assumiu, por um curto período, a direção d'*O Albor* no ano de 1910. Como destaca Martins (2005), com apenas 11 anos Johanny concluiu o curso primário e se tornou aprendiz na tipografia do jornal "A Verdade"; passou por diversos periódicos e foi secretário da Câmara de Laguna nos anos de 1902 a 1908;

deixou a direção d'*O Albor* para dedicar-se à edição da "Revista Catarinense", falecendo; faleceu em 1915, com 43 anos.

O ALBOR

PERIODICO SEMANAL

Boas Festas

NOTICIARIO

Orçamento Municipal

Sorteio de apolices

Ao merito

Convocação extraordinaria

Approvações

Telegrammas

Club União

Imagem 04: Jornal O Albor
Fonte: Acervo da autora

A última edição do jornal *O Albor* ocorreu no dia 9 de janeiro de 1965, na edição de nº 3.053. Barros (2011) descreve o que considera os motivos que levaram ao fechamento do jornal, dentre eles o alto preço do papel no período, a saúde debilitada do neto que administrava o jornal e a idade avançada de Antônio Bessa. Outro ponto que, ao meu ver, pode-se levar em consideração são as mudanças políticas e sociais que o Brasil enfrentou a partir da década do ano de 1964.

A grande imprensa, ou "imprensa geral", na qual se enquadra *O Albor* participava da elaboração e disseminação de ideologias que reforçavam ou criticavam concepções de feminilidades no período em que atuaram, e a partir da análise desse processo histórico e das notícias nele veiculadas vamos pontuar alguns aspectos. Por isso, a importância dessa pesquisa, pois através dos dados historiográficos e das relações de gênero podemos compreender como se davam os

movimentos de hegemonia no âmbito da aceitação e resistência às ideologias feministas liberais e de significados de mulheres no início do século XX; quais eram as concepções ideais para a sociedade brasileira e lagunense; e o que ameaçava esses ideais, vistos através das páginas amareladas desse jornal com forte presença histórica na cidade de Laguna.

2. FEMINISMO, EDUCAÇÃO E IMPRENSA

2.1. LUTAS E CONCEPÇÕES FEMINISTAS

Já vimos no capítulo anterior que houve muitas transformações no Brasil no início do século XX. Em meio a esse contexto, alguns grupos de mulheres começaram a se organizar para reivindicarem seus direitos, principalmente a admissão em cargos públicos e o direito ao sufrágio. Tais bandeiras vinculavam-se ao que já se convencionava chamar de feminismo.

Mas, de onde vem a denominação *feminismo*? Essa indagação foi realizada pela Michelle Perrot (2007, p. 154) que esclarece:

> Sua paternidade é incerta. Atribuem-na a Pierre Leroux, inventor de "socialismo". Com mais certeza a Alexandre Dumas Filho, em 1872, de maneira bastante pejorativa. Segundo ele, o feminismo era a doença dos homens suficientemente "efeminados" para tomar o partido das mulheres adúlteras, em vez de vingar a própria honra. Em 1880, Hubertine Aucleart, sufragista francesa, declarou-se orgulhosamente "feminista".

Cabe reforçar que o termo feminismo, assim como outros termos utilizados atualmente para designar homossexuais e outras identidades de gênero (gay, queer), inicialmente era utilizado de forma pejorativa, sendo que uma mulher feminista era muitas vezes considerada como uma "mulher masculinizada". E em pleno século XXI é possível identificar pessoas que tem receio de se declararem feministas devido ao preconceito que podem vir a sofrer.

Por mais que a ideia de feminismo esteja atrelada ao pertencimento de sexo, de que somente mulheres participam desse movimento, partilho da ideia apresentada por Tânia Mara Cruz (2009) de que, desde o início, o feminismo teve partidários homens que perceberam a necessidade de transformação nessa relação entre homens e mulheres na sociedade e, que reitera a "criação de espaços coletivos de atuação e formação dos homens feministas, pode contribuir para uma aceleração nas mudanças culturais" (p. 105).

Segundo Anna Luiza Tim Soares (2010) em alguns países como Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha e Rússia, o movimento feminista mobilizou as mulheres na tentativa de denunciar a exclusão da mulher na esfera pública. Ana Alice Alcantara Costa (2005), ao escrever sobre o início do movimento feminista, relata que enquanto movimento social, o feminismo surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras das Revoluções Burguesas na França, Inglaterra e Estados Unidos e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos políticos e sociais, com ênfase na ideologia liberal.

Telma Gurgel (2010) em seu texto Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teóricos-políticos do feminismo na contemporaneidade, destaca o surgimento do movimento feminista atrelado aos ideais de igualdade e liberdade da Revolução Francesa. No início, as feministas francesas buscavam reivindicações pela igualdade dos direitos civis e políticos, com destaque para o direito à educação e à igualdade salarial. Na França o movimento sufragista feminino ganhará força no final do século XIX, pois a consolidação do capitalismo e a nascente industrialização provocaram um conjunto de alterações de ordem econômica, social e política com repercussão na vida das mulheres. No entanto, elas continuaram excluídas de seus direitos civis e políticos sendo que o direito ao voto feminino ocorreu na França somente em 1948.

Nos Estados Unidos, o movimento sufragista teve início em meados do século XIX e segundo Soares (2010) um dos marcos mais evidentes do movimento foi a Convenção dos Direitos da Mulher realizada em 1848 em Seneca Falls, quando foi aprovada uma moção que afirmava que todas as mulheres americanas tinham o dever de lutar pelo sufrágio. No entanto, o direito ao voto feminino só foi obtido nos Estados Unidos em 1920.

Celi Regina Jardim Pinto (2010) descreve que no Reino Unido as feministas eram chamadas de sufragetes, promovendo grandes manifestações em Londres e sendo aprisionadas diversas vezes durante essas manifestações. Um dos fatos mais relevantes ocorrido pela ação das sufragetes em Londres se deu durante a corrida de cavalo de Derby em 1913, na qual a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo logo depois. Poucos anos depois, em 1918, o direito ao voto no Reino Unido foi adquirido.

Outro acontecimento que impulsionou a entrada das mulheres no mercado de trabalho na Europa e nos Estados Unidos, como destaca Soares (1998), foi a Primeira Guerra Mundial. Neste contexto, a força de trabalho feminina foi recrutada nas indústrias e no comércio com a finalidade de preencher as vagas deixadas pelos homens, que neste momento estavam nas frentes de batalha na Europa. Essa mudança na estrutura social instigou as mulheres a buscarem sua real emancipação. Mas, ao acabar a guerra, o que aconteceu com essas mulheres? Quando os homens começaram a voltar para seus postos de trabalho, buscou-se disseminar ideologias que reforçam que a mulher deveria cuidar dos afazeres domésticos e zelar pela família.

Influenciadas pelas discussões no âmbito internacional, mulheres brasileiras, principalmente dos setores médios e burgueses passavam a questionar suas funções sociais, políticas e econômicas na sociedade e iniciaram uma série de reivindicações em busca de seus direitos nas primeiras décadas do século XX, participando de um dos mais influentes movimentos da cultura ocidental.

Para as classes burguesas, principalmente urbanas, as mulheres eram vitrines de sucesso e luxo dos maridos. O trabalho fora de casa para essas mulheres era considerado como uma decadência, uma vergonha social, por isso as mulheres dessa classe tiveram de se esgueirar no mercado de trabalho, por meio dos serviços e ocupações consideradas adequadas à feminilidade. Dentro desse espectro a luta por direito à educação e ao trabalho tinha essas mulheres como protagonistas.

De acordo com Heller (1997, p. 55) uma das precursoras do feminismo no Brasil foi Nísia Floresta (1810-1885), que reivindicava o direito à instrução feminina e considerava ser necessário, primeiro, possibilitar a instrução à mulher e, depois, emancipá-la.

> Se, por um lado, a obra é avançada para o contexto cultural brasileiro, por outro, não podemos esquecer o fato de Nísia tê-la escrito numa sociedade patriarcal e conservadora, fato que pode explicar a já comentada apropriação das ideias defendidas pelos homens e ausência da proposta de emancipar as mulheres e não só educá-las. (HELLER, 1997, p. 62).

Já no início do século XX, Alves (1980) menciona que o discurso feminista estava pautado em uma mulher que não possuía nem os mais elementares direitos e lutava para vencer os tremendos obstáculos sociais, culturais, jurídicos, políticos e econômicos que tolhiam o seu desenvolvimento. Ainda sobre o movimento feminista, Alves (1980) cita dois exemplos de feministas atuantes a partir de 1910: Myrthes de Campos, a primeira advogada mulher a entrar para a ordem dos advogados, que demonstrou ser capaz de exercer uma função considerada masculina, e a professora Leolinda Daltro, que iniciou o movimento no Brasil de forma organizada, fundando o Partido Republicano Feminino para promover o debate sobre o sufrágio.

No entanto, nem todas as mulheres se envolveram na luta pelo voto. Alves (1980, p.16) relata que esse movimento não foi uma "reivindicação das massas, mas gerou-se em meio a um grupo de elite, sem atingir mulheres de outras classes sociais".

> Sua indiferença para com a sua própria situação indicava até que ponto ela permanecia subjugada, incapaz de se projetar para fora da esfera reduzida de ação que lhe cabia a sociedade. Recebendo uma educação restritiva, voltada primordialmente para o lar (independente de sua origem de classe), a mulher interiorizava a sua própria opressão, a ponto de, quando solicitada a participar politicamente, não apenas mostrava-se indiferente, mas manifestava-se muitas vezes contrária ao voto. (ALVES, 1980, p. 17)

Penso que a afirmação de Alves (1980, p. 17), sobre a passividade feminina é uma generalização perigosa e deve ser contextualizada. A ideologia católica era forte entre as mulheres e dificultava a disseminação da ideologia feminista, mesmo de âmbito liberal. As difíceis condições de vida e a violência sobre as mulheres alimentava a alienação, na medida em que as represálias de seus pais e maridos aumentavam o medo.

Por outro lado, por mais que as ideologias dominantes na sociedade brasileira, naquele contexto, reforçassem o significado da mulher como circunscrita ao âmbito doméstico, muitas mulheres de outras classes sociais já trabalhavam fora de casa e viam no mundo do trabalho um problema maior que a necessidade do sufrágio. Conforme discorrem Perrot (2007) e Soares (1998), mulheres das classes populares já trabalhavam fora, pois suas famílias necessitavam de seus salários, mesmo que baixos. As mulheres sem instrução das classes pobres sempre tiveram

que trabalhar para a sua sobrevivência. Com as mulheres negras, mesmo após a abolição, perdurou o estigma da escravidão durante toda a primeira metade do século XX. Há que se contextualizar o jogo de forças naquele momento e o que faziam as mulheres politizadas das classes trabalhadoras. As militantes operárias daquele período estavam muito mais envolvidas com a luta de classes. Os próprios movimentos sindicais e depois os novos partidos operários, vivenciando ilegalidades, não encaravam a luta pelos direitos das mulheres como necessária e menos ainda pelo voto feminino, inclusive considerando o que significava o sistema eleitoral naquele momento.

Riolando Azzi (1987), ao escrever sobre a família e os valores no pensamento brasileiro no final do século XIX e início do século XX, destaca quatro correntes de pensamento presentes: a Católica, a Positivista, a Liberal e a Socialista. Segundo este autor, para a Corrente Católica, as mulheres passam a ser consideradas valiosas na implantação de um projeto reformador e educativo da sociedade, mas de cunho conservador, expressando-se de forma rígida e restritiva em relação a elas. Para a Corrente Católica, a hierarquia familiar deveria constituir-se por um marido que decide e governa o lar, abaixo dele uma esposa fiel e respeitosa, e por último, os filhos submissos e obedientes às decisões paternas; em relação ao trabalho, defendia que o homem deveria ser o responsável pela manutenção econômica da família e pelo trabalho externo, enquanto a mulher cuidaria do lar, da procriação e da educação dos filhos. Muitas mulheres católicas voltaram-se contra as feministas e defenderam o domínio dos homens.

Já a Corrente Positivista ganhou expressão significativa nas primeiras décadas da República com os ideais de Ordem e Progresso. (AZZI, 1987). No âmbito social, os homens deveriam atuar como cidadãos e em defesa dos ideais da Pátria, enquanto as mulheres ficariam responsáveis pelas atividades familiares e valorizadas como “anjos do lar”. Para os positivistas, era cientificamente comprovado que a mulher deveria viver sob a dominação dos homens, pois possuíam virtudes como o amor materno, altruísmo e pureza, o que as colocava em um papel de educadoras morais, mas as distanciava da política e da ciência, considerada em sua racionalidade e objetividade. O positivismo se aproxima do liberalismo em relação à mulher no que diz respeito à educação, mas não incentiva o direito ao voto ou ao trabalho fora de casa.

Azzi (1987) discute que a Corrente Liberal, naquele momento, questionava o catolicismo por contribuir para a degradação familiar, pois envolvia a mulher em práticas e devoções místicas, produzindo na mulher uma perspectiva de vida sobrenatural. Além disso, os adeptos da Corrente Liberal denunciavam a educação católica ministrada nos colégios de padres e freiras e, por isso, algumas famílias colocavam seus filhos em colégios protestantes que estavam em crescente expansão nos principais centros urbanos brasileiros. Segundo Azzi (1987, p. 108) quatro aspectos diferenciavam a educação protestante da educação católica:

> Em primeiro lugar, a ênfase no valor do corpo e da educação física, contrastando com a ótica católica da supervalorização da alma e consequentemente da mortificação corporal; em segundo lugar, o valor da integração entre os sexos, através da educação mista, opondo-se assim à orientação católica da rígida separação sexual; em terceiro lugar, a prática democrática é incentivada mediante o estímulo à participação da vida e nas atividades do colégio, enquanto nos colégios católicos o enfoque principal visava à ordem, à disciplina e o respeito à autoridade; por último, a escola protestante era voltada diretamente para o mundo moderno, com a primazia do ensino técnico e do estudo das ciências físicas e naturais, enquanto a instrução católica permanecia ancorada nos estudos clássicos e humanistas, com pouca preocupação mais imediata e prática.

De acordo com este autor, foram os adeptos da Corrente Liberal que mais incentivaram a participação da mulher na vida social, modificando os padrões nos valores familiares, pois as mulheres foram incentivadas a estudar e a ter maior participação nas questões sociais, reivindicando seus direitos.

Como já destaquei, dentro da Corrente Liberal surgiria o feminismo liberal e observei que havia visões diferentes dentro do pensamento liberal expressas no jornal *O Albor*. Dentro do pensamento liberal havia também visões conservadoras e que eram contrárias ao feminismo, mas havia, de fato, um forte grupo que apoiava a luta pelos direitos políticos e à educação feminina.

Mas não foram apenas setores da Corrente Liberal que impulsionaram as mulheres na luta por sua emancipação. Em âmbito internacional e depois no contexto brasileiro, a Corrente Socialista também pautava a discussão sobre a emancipação feminina. De acordo com o historiador Augusto César Buonicore (2007), os socialistas como Saint-Simon (1760-1825) e Fourier (1772-1837) argumentavam em prol dos direitos femininos, alegando que a subalternidade a qual

estavam submetidas as mulheres deveria ser enfraquecida. Fourier argumentava que o homem é punido quando a mulher é mantida na escravidão. Como afirma Buonicore (2007), nem todos os socialistas eram a favor dos direitos políticos e sociais para as mulheres. Um desses socialistas foi Proudhon (1809-1865) que utilizou até pesquisas “pseudo-científicas” para confirmar a inferioridade das mulheres. Alguns dos resultados dessas pesquisas eram que mulheres possuíam pouquíssima capacidade em relação aos homens, e que era preciso um processo de seleção genética que eliminasse as esposas más e permitisse, nas palavras dele, formar uma raça de esposas boas e disciplinadas.

Dentre as mulheres que defenderam a emancipação feminina na vertente socialista, gostaria de destacar duas militantes: Flora Tristan (1803-1844) na França e Alexandra Kollontai (1872-1952) na Rússia. De acordo com Buonicore (2007), Tristan foi uma das primeiras a compreender a relação entre a emancipação dos trabalhadores como classe e a emancipação das mulheres lutando pela igualdade social entre homens e mulheres em todos os níveis: viajou por diversos países denunciando a situação na qual estavam submetidos os trabalhadores pobres e as prostitutas; defendia o direito de escolha do próprio marido e a igualdade das mães solteiras e filhos ilegítimos diante da lei; lutou pelo direito ao divórcio; e também pelo direito pleno à educação. Em 1844, Tristan escreveu uma carta para seu amigo Considérant, afirmando que tinha quase todos contra ela: os homens, porque ela pedia a emancipação feminina, e os proprietários, porque defendia a emancipação dos assalariados. Flora Tristan morreu aos 41 anos de idade, vítima de tifo.

Alexandra Kollontai foi uma das líderes revolucionárias russas, sendo militante ativa durante a Revolução Russa de 1917. Em sua luta pela emancipação feminina e contra o capitalismo abordou temas como família e a sociedade, divórcio, moral sexual e emancipação de trabalhadores/as assalariados/as. Em 1920, Kollontai escreve o texto “O comunismo e a família” no qual defende o fácil acesso ao divórcio pelas mulheres das camadas populares, e que a mulher já não deveria depender afetivamente nem economicamente do homem. Sobre a estrutura familiar, Kollontai afirma que em todo o tempo e nas diferentes sociedades as famílias sofreram modificações, e que a mulher não deveria se assustar com essas mudanças.

Numa crítica ao sistema capitalista, Kollontai (1920) argumenta que nesse sistema a família se degrada mais e mais, principalmente em função da expansão do trabalho assalariado da mulher, que teve de ajudar no sustento de seus lares, fazendo com que ela passasse a suportar uma ampla carga de trabalho. Kollontai afirma que "o destino da mulher nunca foi tão desgraçado" como no sistema capitalista, principalmente depois que as mulheres começaram a trabalhar nas fábricas, por continuarem responsáveis pelo trabalho em casa e pelo cuidado dos filhos. Na sociedade russa, segundo ela, as mulheres das classes trabalhadoras deveriam ficar livres dos afazeres domésticos, alegando que as mulheres ricas estavam livres dessa obrigação há muito tempo. Como solução para isso, apresenta a proposta de implantação de estabelecimentos públicos como lavanderias centrais e restaurantes, nos quais todos poderão fazer suas refeições. Em um momento em que as mulheres perdiam muito tempo em casa costurando e arrumando as roupas usadas, Kollontai propôs a abertura de estabelecimentos responsáveis por passar e costurar. Livre do trabalho doméstico, a mulher teria mais tempo para dedicar-se a outros valores da vida, como o trabalho, o lazer e a cultura.

Lutando contra o sistema capitalista, as feministas socialistas encontraram muitas barreiras, inclusive entre os militantes da esquerda socialista mundial, que não as apoiavam na luta pela nova moral que implicava em liberdade e autonomia das mulheres na família e na sociedade como um todo. (GURGEL, 2010).

No Brasil, no mesmo período, mulheres operárias lutavam contra a opressão nas fábricas, denunciando as péssimas condições de trabalho a que estavam sujeitas. Para isso, utilizavam-se de jornais anarquistas e socialistas, a exemplo das três costureiras, que escreveram para os jornais pedindo para que suas companheiras se unissem contra o horário de trabalho, relatando que "trabalhar no período noturno era desumano e vergonhoso e que os homens já haviam conseguido o direito de trabalhar oito horas por dia e elas ainda continuavam com uma jornada intensa de 16 horas diárias" (AZZI, 1987, p. 116).

Mas, a questão que se colocava naquele período era: se as mulheres conquistassem seus direitos civis e políticos, como ficariam suas famílias? Essa era uma das principais preocupações daqueles/as contrários/as ao movimento feminista, e que alegavam que as mulheres abandonariam suas funções como a maternidade

e o cuidado com a família, e se tornariam “masculinizadas”. (ALVES, 1980) A argumentação feminista e liberal naquele período centrava-se em uma proposta conciliadora e reformadora: declaravam que as funções domésticas e familiares não seriam afetadas, pois tinham como objetivo apenas acrescentar, para as mulheres, o direito a desempenhar todas as funções sociais sem restrições. (ALVES, 1980). Concordo com Cruz (1998) quando ela afirma que, independentemente da mulher trabalhadora aceitar ou não o que se exige dela, a sociedade capitalista manterá a divisão sexual do trabalho, cobrando dela a sua responsabilidade sobre a família e o cuidado dos filhos.

Mesmo em meio a tantas divergências, o movimento feminista no Brasil ganhou força em meados da segunda década do século XX, quando projetos de lei que procuravam garantir direitos políticos para as mulheres começaram a ser apresentados no Congresso Nacional. Os periódicos acompanhavam esse movimento publicando as principais discussões sobre o feminismo, e são muitos os artigos que debatem a favor ou contra a reivindicação das mulheres sobre exercerem o direito ao sufrágio.

No Brasil, somente em 1932 é que foi instituído o decreto nacional de direito ao sufrágio feminino, confirmado depois pela Constituição de 1934. Cabe destacar aqui, como descreve Alves (1980), que nos últimos anos que antecederam a instituição do voto feminino, a atmosfera em que as feministas liberais da década de 1920-1930 atuavam havia mudado o bastante para que tivessem trânsito mais fácil junto à imprensa e aos políticos. Segundo a autora, desta vantagem não haviam gozado as suas antecessoras, sendo que muitas mulheres já publicavam seus próprios periódicos ou textos na imprensa em geral.

2.2. IMPRENSA E O FEMINISMO NO BRASIL

Quando o movimento feminista ganhou força no Brasil, os jornais e revistas expressavam as suas opiniões sobre o tema, algumas desfavoráveis buscando a “moralização” da sociedade, alegando que a instituição familiar estava em decadência devido à busca da mulher pela igualdade com os homens, numa atitude ideológica que reforçava a masculinidade hegemônica vigente no período. Outros publicavam suas opiniões favoráveis, declarando que as mudanças propostas pelo movimento feminista e seus adeptos eram necessárias para a sociedade. Será dentro desse contexto de disputa que analisarei as principais notícias sobre as mulheres e as relações de gênero no jornal *O Albor*. No entanto situarei, inicialmente, as relações entre imprensa e público leitor, e também, as relações entre imprensa geral e imprensa destinada às mulheres.

A imprensa ocupa na sociedade um papel ideológico que pode estar a serviço da ideologia dominante ou de ideologias críticas. Sabemos que um mesmo fato pode ser analisado pela imprensa por diversos “ângulos”, sendo que a linha editorial depende dos setores que quem escreve esteja representando ou até, mais diretamente, dos próprios patrocinadores do jornal. Além disso, Leillyanne Morais Ferreira (2010, p. 39) discorre sobre a subjetividade dos jornalistas, pois acima de tudo são “sujeitos, possuem posturas ideológicas e são dotados de valores morais”. Um periódico depende também do interesse dos leitores e de acompanhar as polêmicas de sua época. Daí a necessidade de cuidado ao publicar temas polêmicos visando a atrair o público, para não entrar em choque com os interesses que representa.

Mas, existia uma imprensa para homens e imprensa destinada para as mulheres? Para Dulcília Schroeder Buitoni (1990), os jornais eram destinados a ambos os sexos, e a ideia de imprensa destinada ao público masculino e ao público feminino só veio a constituir-se em função da demanda de mercado, o que não impedia que mulheres fossem leitoras de periódicos destinados ao público masculino, e homens fossem leitores dos periódicos que abordavam temas considerados de interesses femininos. Não podemos esquecer que a expansão do

ensino primário em todo o território brasileiro, além do crescente número de escolas mistas, possibilitou o letramento de mulheres, e isso foi para Soares (1998) um dos elementos responsáveis pelo crescente número de periódicos escritos por mulheres.

Na mesma linha de pensamento de Buitoni (1990), Lerice de Castro Garzoni (2012, p. 40), em sua tese de doutorado sobre Gênero e Direitos na imprensa diária no Rio de Janeiro no início do século XX, discorre que, como qualquer instituição do período, a imprensa era controlada por homens, mas isso não significava que fosse exclusivamente masculina. Mesmo que os homens estivessem em maior número na direção, ou como jornalistas, e os cargos mais elevados fossem de homens, mulheres também eram editoras de periódicos ou escreviam textos, ainda que muitas vezes utilizando-se de pseudônimos.

Com relação ao primeiro periódico feminino editado por mulheres que se tem notícia, Buitoni (1990) descreve o Lady's Mercury, editado em 1693 na Inglaterra. No Brasil, Karine da Rocha Oliveira (2009) destaca que o primeiro jornal realmente editado por mulheres foi em 1852. Antes disso, temos jornais dedicados ao público feminino, mas sob os cuidados masculinos, que muitas vezes assinavam utilizando pseudônimos de mulheres. Esses jornais traziam temáticas que educavam para a vida conjugal, moda, poesia e dicas de culinária, ou seja, cristalizavam uma concepção de mundo na qual a mulher era educada para o lar e a família.

> A imprensa feminina nasceu sob o signo da literatura, logo depois acompanhado pelo da moda. Nos primeiros tempos, moda e literatura dividiam as atenções. Os direitos femininos entraram em cena nos séculos XVIII e XIX (...) Paralelamente, os signos da utilidade iam-se introduzindo e ganhando espaço: trabalhos manuais, conselhos de saúde, de economia doméstica... (BUITONI,1990, p. 22).

Mas, qual a diferença entre periódico feminino e periódico feminista? Para Buitoni (1990, p. 16) "a imprensa feminina é aquela dirigida e pensada para mulheres. A feminista, embora se dirija ao mesmo público, se distingue pelo fato de defender causas".

De modo similar, em sua obra "A mulher no Brasil", June Hahner (1978) destaca que a imprensa feminista (diferentemente dos jornais de moda bem comuns

no início do século XX) pregava os direitos femininos. Além disso, muitas mulheres também utilizavam os jornais e revistas veiculados na imprensa social, nos quais publicavam artigos sobre a emancipação e os direitos das mulheres. Das autoras que falavam mais abertamente sobre o assunto, tem destaque a professora mineira Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Desde meados do século XIX a professora Francisca Diniz tentava, segundo suas palavras, “despertar”, por meio dos jornais, as brasileiras para a sua condição, suas necessidades e seu potencial.

Neste mesmo livro de Hahner (1978) estão publicados dois textos da professora Diniz, intitulados *O sexo feminino: o que queremos?*, e *Igualdade de Direitos.* No primeiro texto, a professora Diniz reflete sobre a passividade das mulheres perante os maridos, e como o casamento (para as mulheres de sua classe, evidentemente) é um meio de o homem fazer fortuna sem ter que trabalhar, apenas com o dote das esposas, e aponta os direitos que ela julga importante para as mulheres, como educação, instrução adequada e direito de ter acesso aos negócios da família, para que as mulheres “deixassem de ser enganadas por seus maridos”. Já no texto *Igualdade de direitos*, a professora Diniz destaca a importância dos direitos femininos e a emancipação política da mulher.

Para Alves (1980) a imprensa, de modo geral, teve papel fundamental na luta das mulheres, pois nos jornais é que se publicavam as discussões parlamentares e entrevistas pessoais com as quais se procurava medir as tendências da opinião pública.

> Como base da argumentação pró e contra está a “mística feminina”, que enfatiza as qualidades específicas da mulher e o papel que lhe é próprio na divisão social do trabalho. O debate na Imprensa traduz claramente esta mística, reproduzindo as opiniões de mulheres e homens que, apesar de se colocarem em campos opostos, argumentam de forma semelhante, enfatizando a especificidade da condição feminina. (ALVES, 1980, p. 152).

Na cidade de Laguna não foi diferente. Por ser uma cidade portuária e estratégica para a economia do sul, diversos periódicos circulavam na região, alguns editados na própria cidade, e outros oriundos de cidades vizinhas, além dos periódicos internacionais. Além disso, alguns jornais possuíam correspondentes nas principais capitais brasileiras, e suas notícias, que posteriormente eram estampadas

nos jornais e revistas da cidade, eram transmitidas por meio de telégrafos e telegramas. Dentre os jornais que circulavam no início do século XX na cidade de Laguna, há destaque para o jornal "*O Albor*". Neste jornal, caracterizado como imprensa social, também denominada de "grande imprensa", encontramos diversos textos sobre a emancipação feminina em constantes publicações de projetos de leis, opiniões, cartas de leitores favoráveis ou desfavoráveis ao movimento, e matérias que revelavam os impactos que a luta pela liberdade política e econômica das mulheres poderia causar na sociedade lagunense do início do século XX.

2.3. O DIREITO À EDUCAÇÃO: MENINAS E PROFESSORAS

As primeiras escolas públicas em Santa Catarina foram criadas a partir do século XIX. Em um levantamento realizado por Leonete Luzia Schmidt (2012), foi constatado que a primeira escola pública de Laguna foi criada somente a partir do decreto de 10 de setembro de 1830. Através do decreto sancionado pelo Imperador, a primeira escola pública de Laguna destinava-se apenas para o sexo masculino.

> Nesse mesmo período, o Conselho Geral da Província "ciente do deplorável estado da instrução em que se achava a mocidade da Província", resolveu por unanimidade, criar na capital duas escolas públicas de primeiras letras, uma para meninos e outra para meninas e também uma escola do sexo masculino em Laguna (...) (SCHMIDT, 2012, p. 139)

No ano de 1834 houve a criação da primeira escola pública para meninas na cidade de Laguna. De acordo com Schmidt (2012, p.152) eram raras as escolas para meninas, mas "o fato da mulher ter uma participação efetiva na educação dos filhos levou o Estado a preocupar-se com o acesso delas à instrução, levando-o a criar escolas públicas femininas na maioria dos municípios".

Mas, até o início do século XX não houve aumento no número de escolas para meninas em Laguna. Em uma nota publicada no ano de 1905, há uma notícia

no jornal *O Albor*, assinada pelo Chefe Escolar Polydoro de S. Thiago, que descreve a quantidade de escolas públicas existentes na cidade.

> Para conhecimento dos interessados, faz-se público que os exames do final do corrente anno lectivo, nas escolas mantidas pelos cofres estadoaes, no districto desta cidade, realizar-se na ordem e dias seguintes: 1ª Escola do Sexo Masculino no dia 1 de dezembro; 1ª Escola do Sexo Feminino, no dia 7; 2ª Escola do Sexo Masculino no dia 5 e Escola Mixta no dia 6 (O ALBOR, 26/11/1905, ed. nº 163).

Até o ano de 1905, existiam apenas quatro escolas públicas na cidade, sendo que uma dessas escolas era destinada à coeducação, ou também conhecida como escola mista. Hahner (2011, p. 468) argumenta que as escolas mistas começaram a se difundir pelo Brasil em meados de 1870. Fabiana Freire França, *et. al* (2007) descreve que um dos documentos que contemplou a criação de escolas mistas foi o Congresso de Instrução do Rio de Janeiro 1882-1884.

> O parecer 12º do Inspetor da Instituição Pública do Rio de Janeiro Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti corresponde a Co-educação dos sexos nas escolas primárias, nos estabelecimentos de instrucção secundaria e nas escolas normaes. Esse documento propôs a coeducação dos sexos como uma vantagem para o desenvolvimento da inteligência dos meninos e das meninas.

A proposta desse documento sustentava-se no argumento de que, se houvesse um ensino para meninos e meninas em uma mesma escola, os conflitos existentes entre os sexos seriam amenizados e isso melhoraria a assiduidade e produziria melhor proveito das lições. França, et. al (2007, p.11) descreve que uma das premissas das escolas mistas seria “diminuir a inimizade entre os alunos e os mestres, pois os sexos mistos permitiriam benefícios naturais, devido ao fato da figura feminina da professora corresponder a não transmissão de rancor ou sentimentos semelhantes”. Isso se devia ao fato de a professora mulher ser considerada mais “bondosa e habilidosa com os meninos”, diferente dos professores homens que eram considerados muito severos.

A ideologia dominante no período, que combinava ideologia liberal de masculinidade hegemônica e católica, afirmava que as professoras possuíam

valores e cuidados semelhantes aos da figura materna e por isso eram consideradas “adequadas” para lecionar para as crianças. Hahner (2011) argumenta, todavia, que o principal fator para a criação desses espaços educacionais foi o econômico. Manter escolas segregadas por sexos estava dispendioso para o Estado. Como as mulheres estavam tendo acesso à educação, isso significava força de trabalho barata: “O crescimento do número absoluto de mulheres alfabetizadas nos centros urbanos mais desenvolvidos forneceu um grande potencial para eleição de professoras que podiam ser contratadas por salários inferiores” (p. 468).

Esses fatores contribuíram para a inserção da mulher no mercado de trabalho como professora, pois a regência das aulas mistas (em crescimento quantitativo) passa a ser destinada às mulheres. Maria Inês Sucupira Stamatto (2002, p. 7) descreve que as “professoras recebiam autorização para lecionarem para meninos até uma determinada idade, geralmente entre 12 e 14 anos e os homens não conseguiram esta permissão”. Em alguns casos, mesmo a escola sendo mista, meninos e meninas ficavam separados (HAHNER, 2011, p. 468). Os textos sobre educação no período deixam claro que essa separação ora ocorria em dois ambientes, um destinado ao sexo feminino e outro para o sexo masculino, ora dentro da mesma sala de aula, sendo que de um lado da sala era para meninos e outro para meninas.

Mesmo com escolas públicas segregadas por sexo e/ou mistas na cidade de Laguna, sabemos que a educação em instituições públicas era, na maioria das vezes, destinada às crianças pobres. A burguesia e os setores médios das cidades colocavam seus filhos em instituições de ensino particulares ou contratavam professores/as para ministrarem aulas em suas próprias residências. Para Schmidt (2012, p. 159) “o poder público considerava alunos pobres aqueles que não apresentavam condições para comprar material escolar e roupas para frequentar uma escola”. O Estado manteria as crianças na escola, mas a sua educação deveria ser diferenciada para não colocar em “xeque a permanência delas junto com os seus, levando a reivindicar posições até então asseguradas a um determinado grupo” (SCHMIDT, 2012, p. 217).

Com a instalação do Grupo Escolar Jerônimo Coelho em 1912, esse contexto começa a sofrer modificações, pois vai haver concorrência de matriculas

para as crianças de todas as classes para estudar em uma escola projetada dentro dos ares da modernidade republicana.

No ano de 1912, na edição nº 501 de 21 de abril evidenciou-se uma notícia (S.A) sobre um recenseamento educacional: "*(...) pelo que sabemos, atingiu o número de 923 crianças, (...) sendo 457 do sexo masculino e 466 do sexo feminino, todas de idade entre 7 e 14 annos (...) que podem ser distribuídas pelas 7 escolas desta cidade".* Por meio dessa notícia pode-se verificar que do ano de 1905 para 1912 houve um aumento no número de escolas, das quais não se sabe quantas são mistas ou segregadas por sexo, porém pode-se verificar que no intervalo de sete anos houve um equilíbrio no número de meninos e meninas frequentando as instituições de ensino em Laguna. Isso pode estar atrelado ao fato de que nesse período está evidente o processo de feminização do magistério, e que as escolas na cidade passam a incorporar mais meninas estudando.

Ao discutir o processo de feminização do magistério, Cláudia Pereira Vianna (2001/02) aborda que esse processo já vinha acontecendo desde o século XIX nas chamadas escolas domésticas ou de improviso, e que no final do século XIX, quando a Educação passa a ser responsabilidade do Estado, há uma expansão do ensino público primário. Como verificamos anteriormente, o ensino segregado por sexo estava dispendioso e a entrada das mulheres com salários inferiores aos dos homens (embora a legislação presumisse que os salários deveriam ser iguais para ambos os sexos) mudou esse aspecto econômico. A disseminação das ideologias liberais e católicas contribuíram para a cristalização de uma concepção de mundo no qual as mulheres professoras possuíam atributos relacionados à bondade, paciência, vocação e que eram ideais para cuidar dos futuros cidadãos brasileiros. A educação era vista como a extensão do lar, e as professoras, por serem mulheres, seriam vistas como uma "segunda mãe".

> Com o maciço ingresso feminino na escola, apesar da profissão de professora ter assumido contornos de maternidade e esculpir-se nos moldes de formação de boas donas de casa e mães de família, esse foi o primeiro passo dado pelas mulheres no período a fim de adquirir alguma instrução e conseguir o ingresso numa profissão (SOARES, 1998, p. 23).

Em relação às diferenças salariais, Magda Chamon (2006, p.7) explica que houve uma desvalorização do magistério ao ponto de ser desonroso para os homens permanecerem em salas de aula. Mesmo ganhando melhores salários, houve uma evasão de homens do magistério primário, que passam a ocupar cargos de poder como diretores, inspetores e técnicos, elaborando projetos e leis sobre a educação.

No Jornal *O Albor* essa diferença salarial também foi evidenciada, sendo que no início do século, mais precisamente em 1904 está descrito:

> Foram reduzidos os vencimentos do corpo docente (...). O professor perceberá mensalmente 200$ réis se a frequência fôr até 40 alumnos, vencendo mais de 33$333 por dezena até inteirar 300$000 réis; a professora terá por mez 70$000, aumentando na proporção estabelecida mais 5$000, até perfazer 85$000 réis (O ALBOR, 26/11/1904, ed. nº 113, S.A).

Podemos perceber a grande disparidade salarial entre professores do sexo masculino e professoras na cidade de Laguna: enquanto os professores tinham um salário de 200 mil réis recebendo mensalmente até 300 mil réis, as professoras ganhavam apenas 70 mil reis, recebendo até 85 mil réis. Uma diferença salarial de 285%! No contexto do ensino público deste período era vantajoso o ingresso das mulheres na sala de aula na cidade de Laguna, pois com o salário de um professor contratavam-se três professoras mulheres.

Sobre a representação das mulheres professoras como mais “adequadas” às salas de aula devido aos seus atributos “naturais”, no ano de 1914 na edição de nº 586 de 01 de janeiro foi encontrada uma notícia comemorativa na cidade de Laguna: “*(...) É sempre bastante agradável assistir-se as festas realisadas nas casas de instrucção, onde, alem do mais, a bondade das pacientes professoras se confunde com a infantil alegria de suas alumnas”.* As palavras-chave dessa notícia como bondade e paciência, são apresentadas para a sociedade como sendo “naturais” das mulheres professoras. Geralmente, nas festas de final do ano nesse período, são expostos os trabalhos realizados pelas alunas, principalmente os trabalhos de agulha, que faziam parte apenas do currículo das meninas.

Sobre os currículos educacionais, já no século XIX e século XX, havia diferenças na grade de conteúdos lecionados pelos professores, tanto para meninas quanto para meninos, mesmo que a escola fosse voltada à coeducação. A esse respeito, Chamon (2006, p. 6) enfatiza que as meninas só tinham direito à frequência da escola primária, e o currículo escolar dava ênfase aos trabalhos de agulha e tesoura.

No levantamento do ensino público em Santa Catarina no século XIX, Schmidt (2012, p. 174) enfatiza que no ano de 1835 havia um mesmo programa de ensino para meninos e meninas. Isso pode estar associado ao fato de que havia raras escolas para o sexo feminino nesse período. A diferenciação dos currículos ocorreu só após o ano de 1843, pois “o conteúdo das escolas femininas passou a ser diferenciado sob a alegação de que o belo sexo não necessitava de tantas informações quanto os meninos”. A que seria atribuído esse hiato, seguido de retrocesso, sobre não haver antes um programa de ensino diferenciado e depois passar a haver? Em nossos materiais não encontramos referências a essa mudança, apenas localizamos como já dada essa diferenciação curricular.

Em Santa Catarina, enquanto os meninos tinham em seu currículo conteúdos de frações, proporções geométricas diretas, inversas e compostas, gramática, língua nacional e doutrina cristã, as meninas tinham que desenvolver as habilidades de ler, escrever, contar as quatro espécies, gramática da língua nacional e prendas domésticas necessárias à boa educação feminil (SCHMIDT, 2012, p. 176).

Sobre as disparidades referentes aos currículos, no ano de 1904, no jornal *O Albor*, temos a seguinte publicação:

> Abriram-se a 8 do corrente as aulas d’este estabelecimento de educação. Acham-se matriculados nos cursos do Collegio 46 alumnos, sendo do 1.º anno 9; no 2.º 14; no 3.º 5 e no curso primário 18 alumnos. Funccionarão durante este anno aulas das seguintes disciplinas: 1.ªs letras, portuguez, francez, inglez, mathematica elementar, geografia geral e pátria, historia universal e do Brasil, estando além disto a cargo da professora do curso primário o ensino dos trabalhos de agulha (O ALBOR, 12/02/1904, ed. nº 70, S.A).

Novamente, vemos os trabalhos de agulha na grade curricular da instituição como disciplina destinada a “moldar” boas donas de casa. Schmidt (2012, p. 179) analisa que estes trabalhos de agulha ficavam na escola até ao final do ano, quando eram expostos e avaliados pelos inspetores. Depois dessa avaliação, os trabalhos podiam ser entregues às alunas ou ficavam com as professoras, quando estas forneciam o material necessário para a confecção desses trabalhos.

Ainda que escassas as referências às masculinidades docentes, não foi apenas para as professoras que localizamos textos atribuindo o magistério como uma extensão do lar. Em relação aos professores homens, localizamos uma publicação em 1928, assinada por Trujilo Ulysséa, descrevendo quais seriam os deveres dos professores:

> De todos os misteres, sem dúvida o que mais responsabilidade acarreta, é o do magistério. Em nossos tempos, ainda poucos comprehendem o que seja um bom professor; homem que deve ser dotado de um certo desprendimento material, ele deve olhar para os seus discípulos como seus filhos, e ter a eles um grande amor; se os alumnos são do sexo feminino, deve trata-los, como um pae trata seus filhos (O ALBOR, 26/11/1928, ed. nº 1265).

Aqui temos a representação de como deve ser um bom professor e a masculinidade que está associada a ele. O primeiro atributo é ter desprendimento material, pois os homens que continuaram no magistério tiveram que se submeter aos baixos salários pagos pelo Estado, portanto lecionar deveria ser por “amor” à profissão. Os alunos são vistos como discípulos, devendo seguir o seu mestre e por fim, se o professor tivesse uma aluna deveria tratá-la como filha. Isso demonstra que deveria haver um distanciamento entre professor e aluna para evitar qualquer demonstração de sexualidade, semelhante ao comportamento esperado das professoras em relação aos alunos do sexo masculino.

Para a contratação de professores, eram realizados concursos públicos ou processos seletivos. Durante essa pesquisa, no ano de 1919, assinada pelo Inspetor José Duarte De Magalhães, foi encontrada uma notícia sobre um processo seletivo para a contratação de professores na cidade de Laguna:

> Communico aos interessados que, por decreto do Exmo. Sr. Governador do Estado, de 17 do corrente, foi prorrogada a época dos exames, para

> professores provisórios, até 15 de agosto do anno actual. Os candidatos que quiserem inscrever-se, o farão nesta Inspectoria, mediante requerimento sellado, acompanhado dos seguintes requisitos (...) d) licença dos maridos, se as casadas e licença paterna, se forem solteiras (O ALBOR, 22/06/1919, ed. nº 810).

A autorização paterna ou marital era uma premissa instituída pela Lei n.º 3070 de 1º de janeiro de 1916, capítulo III, art. 242, dos direitos e deveres da mulher. De acordo com essa lei, a mulher não poderia exercer qualquer profissão sem uma autorização do cônjuge ou do pai.

Mesmo com a fundação de escolas para meninas e escolas mistas, corroborando com o grande número de mulheres que estão recebendo instrução, encontramos no jornal *O Albor* piadas que discutem a temática da educação de meninas. Para Nágila Machado Pires dos Santos (2010, p. 115) “uma piada possui como propósito primeiro o de divertir, mas também podem ter como função, criticar, manter relações de poder e difundir preconceitos”.

Nas piadas sobre a educação de meninas, observa-se que, mesmo utilizando-se da ironia, essas publicações também reforçaram a cristalização do modelo hegemônico de dominação dos homens em relação às mulheres. A primeira piada encontrada no jornal *O Albor* sobre a educação de meninas foi em 1916:

> Uma moça intelligente depois de haver conquistado o diploma de normalista, é aconselhada por suas professoras a seguir o curso de psycchologia e outro especial de physiologia. Feita a despedida da escola, volta para casa e conta a sua mamãe as suas aspirações, mas a velha responde: - Minha filha depois de aprenderes cosinhologia, remendalogia, varrelogia e trabalhologia, então poderás estudar isso que desejas e que as tuas mestras te disseram (O ALBOR, 19/11/1916, ed. nº 728, S.A).

Aqui podemos realizar duas análises, sendo que a primeira expressa uma concepção de mundo das professoras que aconselham a menina a continuar os seus estudos e possuir uma carreira profissional. Não podemos esquecer que, em 1916, as mulheres, principalmente as professoras, estavam à frente dos movimentos em prol dos direitos das mulheres, buscando a quebra de paradigmas aos quais o sexo feminino era submetido. Porém, nesta piada fica evidente um conflito

geracional, quando a mãe da estudante exige que, antes de realizar as suas aspirações profissionais, ela deverá aprender os afazeres domésticos. Nesta mesma perspectiva, outra piada foi encontrada no ano de 1923:

> A esposa: - Está completa a educação de nossa filha Mariquita sobre pintar, tocar piano, vestir-se a ultima moda e completou o curso gymnasial. O Esposo: - Muito bem. Occupemo-nos agora em arranja-lhe um marido que saiba cozinhar, costurar e tratar os demais serviços da casa (O ALBOR, 01/04/1923, ed. nº 998, S.A).

Nesta piada está evidente o modelo hegemônico de masculinidade e a feminilidade subalterna a ele correspondente no período. Nesta concepção de mundo, o homem não pode ser responsável pelos afazeres domésticos. Se a mulher não se preocupa com o ambiente doméstico, surge o medo da inversão de papéis. Será que a nova divisão sexual do trabalho faria com que a mulher se masculinizasse e o homem se tornasse feminino? Elizangela Barbosa Cardoso (2012, p. 8) cita que a "diferença e a divisão sexual do trabalho eram elementos fundamentais para a ordem social". Mas, esse movimento que o feminismo, mesmo o liberal, colocava em cheque, poderia ser a ruína da família. Nas notícias dos jornais, averiguamos o medo da mudança da divisão sexual do trabalho, e a satirização das meninas que não desejassem seguir o modelo socialmente imposto.

2.4. O DIREITO AO VOTO

Os ideais feministas sobre o sufrágio universal, primeiramente difundidos como notícias advindas de outros países, passa para notícias sobre os grupos de mulheres no Brasil e provocou inúmeras discussões. *O Albor* também acompanhou os debates sobre esta temática.

Internacionalmente, foram encontradas duas notícias sobre o sufrágio feminino na primeira década do século XX no jornal *O Albor*. A primeira notícia evidenciada foi em 1904. O jornal *O Albor* descreve que essa informação foi retirada

da revista russa Mir Bojy intitulada “Mulheres eleitoras” sobre o direito ao sufrágio feminino na Noruega:

> A revista russa Mir Bojy, dá em artigo minuciosas informações sobre a applicação, na Noruega, da lei de 1901, que concede á mulher o direito de intervir nas eleições municipaes.
> Desde aquelle anno, numerosas mulheres de todas as classes teem emittido o seu voto (O ALBOR, 20/08/1904, ed. nº 97, S.A).

A situação da Noruega nesse período não era das melhores. De acordo com Flávia Soares Unneberg e Ana Carolina Barbosa Pereira (2012) a Noruega no final do século XIX estava em situação de extrema pobreza, sendo uma colônia dependente da Suécia. Sua independência política só ocorreu no início do século XX, no ano de 1904. Em relação ao sufrágio para as mulheres, “conferiu o direito ilimitado de votar e ser votada nas eleições locais” (p. 12) em 1901, mas somente em 1913 esse direito foi ampliado para as eleições gerais, curiosamente antes mesmo de o país se tornar independente.

Outra nota sobre a discussão do sufrágio feminino no âmbito internacional foi encontrada no jornal *O Albor* no ano de 1908, na edição de nº 284 de 05 de abril, sem título (S.A), dessa vez nos Estados Unidos: *“Uma comissão de senhoras americanas acaba de apresentar á comissão de constituição e poderes do senado e da camara dos Estados Unidos, uma petição para que o suffrágio se extenda ás mulheres”.*

Sobre o movimento sufragista nos Estados Unidos, Hahner (2003, p. 295) discute a preocupação das mulheres norte-americanas em criar um movimento internacional, tanto que em 1902 houve uma conferência em Washington, onde foi aprovada a formação de uma organização em prol dos direitos femininos, aberta a qualquer nação que possuía a intenção de aderir ao movimento. Nos “dez primeiros anos, a Aliança Sufragista Feminina Internacional computou uma expansão significativa: de oito afiliadas originais – sete europeias e uma nos Estados Unidos – foi para vinte e cinco” (p. 295).

Sobre o ano de 1908, Eva Alterman Blay (2001, p. 602) cita que no último domingo de fevereiro deste ano “mulheres socialistas dos Estados Unidos fizeram

uma manifestação a que chamaram Dia da Mulher, reivindicando o direito ao voto e melhores condições de trabalho". Apesar dessa intensa mobilização, Zina Abreu (2002, p. 443) enfatiza que até o ano de 1910 o sufrágio feminino ainda não havia entrado em pauta para debate no Congresso norte-americano.

A pesquisa no jornal *O Albor* evidenciou um intervalo de oito anos entre as primeiras notícias nele publicadas sobre o sufrágio para mulheres em outros países, até a discussão do sufrágio feminino no Brasil. Isso pode estar associado com a situação política que o Brasil enfrentava no posicionamento perante o sufrágio feminino. No jornal *O Albor*, analisando as notícias internacionais e nacionais nele publicadas, pode-se pensar que havia uma disputa entre duas posições diferenciadas dentro Jornal, e que ambas as posições eram divulgadas para promoverem um debate social, sendo possível a expressão mais favorável sobre o sufrágio só a partir de 1916.

Mas, será que o direito ao sufrágio não era discutido no Brasil até esse período? O fato de não haver menção aos movimentos em prol do sufrágio feminino diminuiria a importância desses movimentos dentro do país? O que se sabe é que a partir da segunda década tornou-se inevitável ignorar o movimento, que estava cada vez mais organizado e adquirindo militantes na luta pelo direito de exercer o voto. Os debates começaram a ficar acirrados na imprensa, que propagava ideias contrárias ou favoráveis ao sufrágio feminino. Outro fator que ajudou a causa do sufrágio feminino no Brasil foi a conquista do voto em alguns países da Europa logo após a Primeira Guerra Mundial. Com essas conquistas advindas de outros países, essa causa passou a ser aceita nos círculos da elite brasileira (HAHNER, 2003, p. 267).

Mesmo com todas essas discussões sobre quem poderia ou não votar, no ano de 1919 o jornal *O Albor* registrou a candidatura da professora Leolinda Daltro (fundadora do Partido Republicano Feminino em 1910) nas eleições municipais do Rio de Janeiro. Na imprensa lagunense, *O Albor* publicou a notícia em um artigo de página inteira, intitulada *Feminismo no Brasil*. O tema foi tão destacado, que publicaram todo o programa eleitoral da candidata, enfatizando que a professora não estava confiante no resultado das eleições, mas fora dado o primeiro passo para outras mulheres buscarem seus direitos políticos:

> Não confia muito a professora no resultado das urnas. Não importa, porem. Ella ficara satisfeita, não só com o abrir caminho a outras, anumando as à lutarem favor da emancipação do seu sexo, como tambem em provocar debates em torno do momentoso problema, que é o de conferir direitos políticos às mulheres (...)Iniciei, destemidamente, o tentamen da educação e instrucção normal e Liga do Selvicola Brasileiro. Encetei também, e em primeiro lugar entre nós, o trabalho de emancipação social e política, da mulher patricia. Tenho me debatido pelos aspectos os mais importantes e palpitantes do problema humano: - **a libertação do Selvicola, da Mulher e do Proletariado**, e sua incorporação na sociedade hodierna" (O ALBOR, 12/10/1919, ed. nº 826, S.A, grifos meus).

A candidatura de Leolinda Daltro foi rejeitada, pois ainda não havia sido instituído o direito de votar e ser votada, mesmo em eleições municipais. Pelo destaque dado a essa notícia no jornal *O Albor*, juntamente com a publicação de todo o plano de governo da professora Daltro, mesmo ela não sendo uma candidata oficial das eleições, percebe-se um posicionamento favorável do jornal em relação à candidatura de Leolinda Daltro. Não podemos esquecer que o editor chefe do jornal estava vinculado ao Partido Republicano, e Leolinda Daltro havia fundado o Partido Republicano Feminino. Vale destacar que em seu plano de governo Leolinda Daltro tinha um olhar destinado às classes trabalhadoras, sendo que suas aspirações eram melhorias para trabalhadores(as), e direitos políticos para as mulheres. Sobre o apoio aos indígenas, Patrícia Costa Grigorio (2011, p. 1) destaca que Leolinda Daltro dedicava-se à questão indígena desde o ano de 1896, quando "tocada pela necessidade que os índios apresentavam de alguém que os ensinasse a ler e escrever, decidiu acompanhá-los de volta à aldeia na região do rio Tocantins", onde permaneceu cinco anos visitando diversas aldeias nos estados de Mato Grosso e Goiás dedicando-se à educação indígena. (GRIGORIO, 2011, p. 1).

No jornal *O Albor*, o plano de governo da professora Daltro estava dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo dedicado à agricultura, pois de acordo com ela o "Brasil é um país, sobretudo agrário", o segundo capítulo à educação, o terceiro capítulo intitulado de Socorros Públicos (relativo à infraestrutura da cidade), e o quarto e último capítulo era dedicado ao amparo de crianças órfãs e à criação de asilos para amparo dos idosos. A notícia termina com o depoimento da

professora Daltro, relatando que o seu plano de governo era transparente e que contava com o voto da população:

> E termina o manifesto: <julgo não ser preciso accrescentar mais nada para deixar claro e patente que tenho plena consciencia do papel que vou representar e que levo para o meu posto de luta e devotamento á causa do bem publico um programma nitido, vasto e claramente delineado. Confio-vos, pois, eleitorado nobre e independente, o patrocinamento da causa que defendo em prol da posteridade! Certa de que comprehendereis o alcance extraordinario de um precedente unico em nosso meio social, conto com o vosso consciente suffragio, bem como o vosso precioso concurso na realisação futura de nossos Ideaes, de nossas Aspirações e de nossas Esperanças!> (O ALBOR, 12/10/1919, ed. nº 826, S.A).

Mesmo não podendo concorrer às eleições no Rio de Janeiro, considero ter sido um grande passo para a mulher adentrar na política brasileira hegemonicamente masculina. Em 1916, *O Albor* traz uma publicação intitulada "As mulheres querem votar", assinado por Marianna de Noronha Horta, problematizando o direito ao voto:

> De Bello Horizonte recebeu ha a Camara dos Deputados federaes o seguinte e curioso requerimento, de uma senhora que pede o direito do voto para o seu sexo: << A abaixo assignada, convencida de que a Constituição não faz a distincção entre homens e mulheres quando diz que têm o direito do voto todos os brasileiros maiores de 21 annos vem respeitosamente pedir as vossas excelenciaes decretem o direito do voto das mulheres, pondo termo a uma distincção que a lei basica da República não creou>> (O ALBOR, 15/09/1916, ed. nº 719, S.A).

Mariana de Noronha Horta era do meio educacional, como muitas feministas da época, e atuava como inspetora e diretora escolar em Belo Horizonte. A alegação utilizada por ela para a petição de direito ao sufrágio é uma crítica à falsa distinção entre homens e mulheres, e que ela argumenta não ter base constitucional, já que não estava explícita na legislação vigente no período. Em nenhum momento a Constituição brasileira especificava que cidadão brasileiro era somente homem ou também abrangia as mulheres.

Nessa mesma polêmica, e com a mesma posição de Marianna Horta, outra notícia sobre o direito ao sufrágio foi encontrada no ano de 1920, sob o título

de “Cidadão é homem e mulher?: o direito de voto ao Bello Sexo e a opinião do sr. Lauro Muller”.

> Um senador vae apresentar, ao projecto de lei eleitoral, do Sr. Bueno de Paiva, uma emenda mandando conceder o direito de voto ás mulheres maiores de vince e cinco annos de edade.
> Diversos senadores vão votar pela emenda e acredita se que ella se encorpore á nossa legislação.
> O sr. Lauro Muller vae combater a proposta.
> Não é que eu ache a mulher incapaz de bem exercer esse direito - disse S. Ex. Penso até que algumas mulheres tem mais capacidade que certos homens.
> Não sei porque, uma senhora que toma um bonde e á hora certa, entra para o Ministerio do Exterior, e senta-se á sua secretaria, trabalha e recebe seus vencimento no fim do mez, uma senhora que no concurso tirou o primeiro lugar e é funccionaria não sei porque, repito, essa senhora não pode intervir nas eleições e ter opinião sobre os seus dirigentes. Combaterei, porém, a emanda, argumentando com ella propria. Se na linguagem da Constituição <<cidadão brazileiro>> quer dizer homem e mulher, esta deve ser eleitora e para o seu alistamento devem exigir-se os mesmos attributos que ao homem e, neste caso, basta que tenha 21 annos. Se, porem, <<cidadão brazileiro>>quer dizer homem, a mulher não pode, pela Constituição votar.
> Como se vê os debates sobre o assumpto vão ser interessantes (O ALBOR, 18/01/1920, ed. nº 840, S.A).

Com a notícia veiculada no jornal *O Albor*, pode-se observar que os projetos pela implantação do direito ao voto estão sendo apresentados no Congresso Nacional. Esse projeto, destacado no jornal, foi apresentado por Francisco Álvaro Bueno de Paiva, integrante do Partido Republicano Mineiro, um magistrado que ocupou diversos cargos políticos, foi defensor do voto feminino, chegando a ser vice-presidente do Brasil entre os anos de 1920-1922. O destaque dado à notícia foi à opinião de Lauro Müller, senador catarinense e principal representante do Partido Republicano. A partir da análise dessa notícia, não se percebe claramente o posicionamento de Lauro Müller ao direito ao sufrágio feminino. Pode-se pensar em quatro possibilidades: 1ª: Vai combater a emenda porque é contrário ao direito ao voto feminino; 2ª: Vai combater a emenda apresentada por Bueno de Paiva, porque ela é desnecessária, porque a mulher tem direito de votar; 3ª: Não precisa de projeto, porque acredita que todos são, igualmente, cidadãos; 4ª: vai combater a emenda porque acredita que cidadãos brasileiros são apenas homens.

Esse cenário começa a sofrer mudanças no ano de 1922. Hahner (2003, p. 299) cita que nesse ano houve uma conferência organizada pela Federação

Brasileira pelo Progresso Feminino, e o sr. Lauro Muller foi um dos convidados para o evento, “na medida em que a participação de homens de prestígio poderia trazer maior legitimidade à conferência e aumentar a divulgação”. Nesse evento, Lauro Muller realizou um discurso dedicado ao direito ao voto, o que nos faz pensar que talvez ele defendesse o direito ao voto em momentos anteriores.

Oito anos após a publicação desse discurso de Lauro Muller, no ano 1928, foi encontrada uma crítica sob o titulo de “Voto Feminino”, redigida por Clovis Bevilacqua e enviada ao J. Lamartine (nesse período histórico citado como presidente do Rio Grande do Norte) sobre o sufrágio feminino.

> Meu caro Lamartine.
> Quer você saber a minha opinião sobre a capacidade política da mulher brasileira, em face da Constituição Republicana. E' assumpto que está na ordem do dia, e portanto é natural que tenha eu, como todos, volvido o pensamento para elle. NÃO VEJO ONDE SE POSSA ABRIGAR UMA OBJECÇÃO AO DIREITO LEGAL DE SER A MULHER BRASILEIRA ELEITORA E ELEGÍVEL PARA OS CARGOS QUE SE PREENCHEM POR SUFFRAGIO POPULAR.
> (...) A mulher é cidadã brasileira (art.69), não perde a sua qualidade de brasileira pelo casamento (...) Assim, quando a constituição declara, no art. 70 que são eleitores os cidadãos maiores de 21 annos que se alistarem na forma da lei, abrange o homem e a mulher, porque ambos são cidadãos e, porque, como é sabido, ONDE A LEI NÃO DISTINGUE NÃO DEVE O INTERPRETE DISTINGUIR (O ALBOR, 17/06/1928, ed. nº 1260).

Clovis Bevilacqua foi professor, historiador, jurista e legislador no Brasil. Em sua carta para o governador do RN fica evidente o seu posicionamento político ideológico. De acordo com o próprio Bevilacqua, não há nenhum artigo na Constituição que impeça a mulher exercer seus direitos políticos. O que há é uma má interpretação da Constituição, tanto que o artigo 70, que trata das restrições para o exercício do direito político, não menciona em momento algum que a mulher seria impedida de exercer seus direitos de votar e ser votada.

Mesmo com todos os debates sobre essa temática, Giovanna Eleutério Levatti (2011, p.3), em seu artigo intitulado “Um breve olhar acerca do movimento feminista”, descreve que o direito ao voto para as mulheres só será assegurado “como direito em 1932, concedido por Vargas, e assegurado na Constituição de

1934”. Contudo, as mulheres brasileiras só puderam votar de fato pela primeira vez em 1945, após a queda da ditadura getulista.

2.5. A CONQUISTA DO MERCADO DE TRABALHO

A argumentação sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho baseava-se em um cruzamento entre as ideias sobre a natureza das diferenças entre os sexos e as particularidades de sua inserção de classe, conforme o setor que pertenciam.

O “belo sexo”, termo que encontramos em algumas notícias veiculadas no jornal *O Albor*, implicava a posse de atributos considerados “naturalmente” como femininos: beleza, fragilidade, paciência, pureza entre tantos outros, utilizados para justificar a divisão sexual do trabalho no início do século XX. Apenas algumas profissões eram consideradas “adequadas” para as mulheres. Quando uma mulher se propunha a exercer uma profissão considerada masculina, causava escândalo na sociedade, sendo muitas vezes vítima de preconceito. A saída encontrada por muitas mulheres foi “reproduzir no mercado de trabalho suas ocupações nos quadros domésticos – como lavar, passar, engomar – num esforço de ganho extra ou mesmo para tentar sustentar a família” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 131).

Raquel Soihet (2012, p. 218) explica que, além das mulheres pobres, “desde sempre inseridas no mercado de trabalho, passaram a buscá-lo também aquelas dos segmentos médios e mesmo mais elevados da sociedade”. Não bastava exercer os seus direitos políticos, a mulher dos setores médios também buscava sua emancipação através da conquista do mercado de trabalho. O jornal *O Albor* noticiou essas transformações, tanto em outros países, quanto no Brasil, sendo uma das bandeiras dos movimentos feministas.

No ano de 1905 no jornal *O Albor* encontra-se uma publicação intitulada “Mulheres na Inglaterra”, que traz como destaque as mulheres ocupando diversos serviços considerados difíceis para seu sexo.

> O paiz onde as mulheres não receiam entregar-se aos mais rudes misteres é certamente a Inglaterra. A tal respeito é curiosissima e interessante a estatística que acaba de ser publicada. Figuram nella 212 medicas, 142 mulheres dentistas, 3 veterinarias, 3.699 mulheres artistas, das quaes 212 são pintoras e 1.219 que se consagram ao jornalismo e á litteratura. Estas são as mais felizes, porque, logo em seguida, temos: 219 coveiras, 668 mulheres-cocheiros, 316 mulheres-ferreiros, 6 armeiras, 54 limpa-chaminés, 4 caldereiras, 58 cambistas e 382 caixeiras-viajantes de comercio, das quaes 94 tratam da venda de vinhos, cervejas e licores (O ALBOR, 15/04/1905, ed. nº 131, S.A).

Pode-se perceber que há um preconceito implícito com relação às mulheres na Inglaterra. Primeiramente, o autor (desconhecido) descreve as profissões desempenhadas por elas como “rudes misteres”, ou seja, trabalhar fora de casa era visto como ruim e inapropriado para as mulheres. Após a primeira estatística apresentada, o autor descreve como “infelizes” as mulheres que trabalham como coveiras, cocheiras, ferreiras, e “felizes” as demais. Ainda mais surpreendente é o preconceito de classe, pois descreve como felizes as mulheres que tiveram acesso à escolaridade associadas ao poder aquisitivo, como médicas, pintoras e escritoras.

No Brasil, um quadro semelhante passa a ocorrer entre as mulheres das classes burguesas e setores médios que começam a adentrar nos espaços hegemonicamente masculinos de seus grupos sociais. No ano de 1909 há uma pequena nota no jornal *O Albor* sobre as mulheres no estado de São Paulo.

> E’ de 120 o numero de moças matriculadas nas escolas de pharmacia e de cirurgia-dentaria, em S. Paulo.
> No fim do corrente anno formam-se tres moças, sendo duas em direito e uma em engenharia (O ALBOR, 04/04/1909, ed. nº 335, S.A).

Percebe-se que as mulheres de classes sociais dominantes e de setores médios já estão ingressando nas Universidades no início do século XX. Profissões como farmacêutica, advogada, dentista e engenheira passarão a compor as aspirações do público feminino. Em relação ao curso de odontologia, Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2012, 139) discutem que, após início do curso no Brasil no ano de 1884, essa profissão também foi uma das possibilidades de a mulher ingressar no mercado de trabalho. Na cidade de Laguna também houve dentistas do sexo feminino. No ano de 1920 foi publicado o seguinte anúncio no jornal *O Albor*:

> Mathilde Neves, avisa ás suas **amigas e clientas** que já está trabalhando, fasendo todo e qualquer serviço concernente á arte, trabalhos feitos completamente sem dôr, por preços modicos e a prestações. Consultas todos os dias uteis das 9 ás 17 horas.
> Gabinete dentario.
>
> Praça Conselheiro Mafra n. 13 (O ALBOR, 14/11/1920, ed. nº 880, S.A, grifos meus).

Buscavam uma clientela feminina e infantil, já que na época as mulheres eram consideradas mais "cuidadosas e pacientes" do que os homens quando atendiam um público infantil. No anúncio da dentista Mathilde Neves está explícito o restrito público para quem ela realiza atendimento: mulheres a quem ela designa não só como clientes, mas amigas, estabelecendo uma referência de subjetividade no trabalho.

No mercado de trabalho do início do século XX prevalece a ideologia de que a mulher deve desempenhar funções restritas ao seu sexo. As mulheres das classes burguesas e setores médios que buscaram ocupações no funcionalismo público tiveram que se submeterem a assumir cargos considerados subalternos dentro da estrutura de poder, já que o alto escalão era (e continuaria sendo) ocupado por homens.

A busca pela igualdade de direitos entre os sexos nos espaços de poder masculino não foi só neste período histórico, ela ainda prevalece até no início do século XX, quando ainda se observa haver segregação sexual no mercado de trabalho, com algumas profissões sendo consideradas específicas para mulheres e outras, específicas para homens. Um exemplo é a inserção das mulheres em cursos de Graduação considerados mais apropriados para os homens. Mônica Bahia e João Laudares (2011) apresentam um estudo sobre o ingresso do número de mulheres nas áreas de engenharia, no qual concluem que, mesmo que esteja havendo uma procura do público feminino para esses cursos, nas áreas mais especificas como engenharia civil, engenharia mecânica e engenharia elétrica, a busca dessas áreas pelas mulheres ainda é pequena.

3. CONCEPÇÃO DE MULHER: CONTINUIDADES E RUPTURAS

Em nossa sociedade, uma criança recém-nascida já recebe características de gênero impostas socialmente de acordo com o seu sexo biológico. O sexo já nasce generificado: se a criança for do sexo feminino, geralmente suas roupas e acessórios são cor-de-rosa. Com o passar dos anos, essa criança vai internalizando outros comportamentos considerados adequados para o seu sexo, como modos de andar, cuidados com o seu corpo, comportamento em determinados ambientes, dentre outros. Ao chegar à juventude, suas (falsas) escolhas já estarão definidas.

No início do século XX não foi diferente. Havia uma concepção de mundo do que era considerado ideal para homens e mulheres. Em uma pesquisa sobre as continuidades e rupturas dos padrões familiares do final do século XIX ao século XX, Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves (2000, p.234) relata que havia valores bem definidos que eram transmitidos para meninos e para meninas. Para ambos os sexos, os principais valores eram respeito, obediência, honestidade e trabalho. Especificamente para meninas eram submissão, delicadeza, pureza, capacidade de doação, habilidades domésticas e manuais.

A ideologia liberal é conservadora em relação às mulheres e a católica reforçava uma sociedade hegemônica masculina. O jornal *O Albor* também participou da disseminação dessas ideologias de como seria a mulher ideal na sociedade lagunense do início do século XX.

3.1. A INFERIORIDADE DAS MULHERES

No início do século XX prevalecia a ideologia da superioridade dos homens em relação às mulheres. Essa relação de poder existente entre ambos era justificada utilizando como argumento a natureza de ambos os sexos. Isso fica evidente nas

publicações do jornal *O Albor* em relação às mulheres. No ano de 1903, na edição de nº 52 de 08 de outubro há uma pequena nota (S.A): *"Deve-se exigir de uma mulher. Que a virtude habite o seu coração, que a modéstia brilhe em sua fronte, que a doçura destile de seus lábios e que o trabalho ocupe suas mãos".* Nesta mesma perspectiva, ainda no ano de 1903 há a seguinte publicação no jornal *O Albor*:

> Na mulher, não é a belleza plastica que infunde paixão. O encanto feminino consiste quasi sempre em uma particularidade que nos tóca o coração, verbi-gratia: a melodia da voz, o donaire no andar, a graça do sorriso, a expressão do olhar, a pureza da fronte, o ar de melancholia, a frescura da custis, a amabilidade, o espirito.
> Basta uma dessas especialidades para tornal-a objecto de ardente paixão.
> As mulheres muito formosas nem sempre são encantadoras. Falta-lhes o quê (O ALBOR, 05/11/1903, ed. nº 56, S.A).

Nessas publicações pode-se observar os significados de feminilidade e beleza, que pretendiam direcionar como uma mulher deveria ser para seduzir um homem. Deixa claro que formosura e encanto são características diferentes. Formosura está associada à beleza física, e o encanto, à sensualidade e caráter. Esse significado de sensualidade feminina pautada em valores morais e éticos de uma mulher também está associada a elementos da ideologia católica, pois "o Cristianismo, a par de seus princípios teológicos, apresenta também uma ética individual e social, sendo que a qualidade moral dos indivíduos repercutirá necessariamente sobre a qualidade moral da sociedade" (SEVERINO, 1986, p. 71).

Mas como esses valores eram transmitidos para as crianças? De acordo com Biasoli-Alves (2000, p. 235), o processo empregado pelos adultos na educação das meninas consistia de uma série de restrições e ameaças, como a retirada de afeto, o abandono e a solidão, o castigo dos céus, o remorso e a culpa. Além de as meninas sofrerem vigilância constante dos pais e parentes mais próximos.

Sobre a disseminação de uma concepção de masculinidade e feminilidade no jornal *O Albor*, no ano de 1911 há uma publicação intitulada "O homem e a mulher" (S.A), estabelecendo comparações entre ambos os sexos.

> O homem é a mais elevada das creaturas. A mulher é o mais sublime dos ideaes.

> Deus fez para o homem um throno, para a mulher um altar. O throno exalta, o altar santifica.
> O homem é o cerebro. A mulher é o coração. O cérebro fabrica a luz, o coração produz o amor. A luz fecunda, o amor ressuscita.
> O homem é genio. A mulher é anjo. O genio immensuravel, o anjo é infinivel. Contempla-se o infinito, admira-se o inefável.
> A aspiração do homem é a suprema gloria. O homem tem supremacia, a mulher a preferencia. A supremacia significa a força, a preferencia representa o direito.
> (...) O homem pensa. A mulher sonha. Pensar é ter no craneo uma lava, sonhar é ter na fronte uma areola.(...)
> O homem tem um pharol - a consciência.
> A mulher tem uma estrella - a esperança.
> O pharol guia, a esperança salva. (...) (*O ALBOR*, 23/04/1911, ed. nº 441, S.A).

Nesta publicação percebe-se como o jornal utiliza da complementaridade entre a mulher e o homem, porém de forma hierarquizada. A mulher é sempre comparada com elementos religiosos e o homem é comparado à razão, inteligência, sabedoria. Novamente encontramos publicações sobre o "ideal" de mulheres e homens com elementos da ideologia católica, quando a mulher é comparada a elementos místicos e religiosos, reforçando e cristalizando uma sociedade hegemonicamente masculina. Mas, pode-se pensar que para conseguir tanta leveza considerada "angelical", as mulheres passavam por um processo bastante carregado durante a sua instrução para ser uma mulher considerada "digna de respeito" dentro de sua classe social.

Mesmo que nesse momento histórico em que a sociedade brasileira visa à modernidade pautada em elementos das ideologias liberais com influência do positivismo dos grandes centros europeus. A ideologia católica também está fortemente presente nesse período, exercendo grande influencia em algumas publicações sobre a mulher no jornal *O Albor*.

3.2. MULHER, CASAMENTO E FAMÍLIA

Já destaquei anteriormente que as mulheres eram preparadas desde criança para realizarem o matrimônio (função social). Para muitas dessas mulheres o matrimônio estava atrelado à busca pela felicidade, pois neste momento para

muitas mulheres ser feliz era sinônimo de realizar um “bom” casamento, quanto da propagação de boas referências (*status social)* para a família, pois essa cumpriu a sua função; pois se a menina se tornasse uma boa esposa, significaria que ela recebeu uma preparação considerada adequada de seus familiares mais próximos.

> Existe uma preocupação com o “futuro da moça”, que precisará “arranjar” um marido (provedor) e que, para tal, terá as suas “virtudes”, todas, muito “olhadas” e seriamente investigadas, sobretudo se for para “fazer um bom casamento”, com um rapaz considerado um “bom partido” (BIASOLI-ALVES, 2000, p. 235).

Marlene De Fáveri (1996), ao discorrer sobre “os moços e moças para um bom partido no município de Itajaí no século XX”, analisa que os pais e irmãos procuravam não se descuidar das meninas, que eram sempre acompanhadas de um olhar policialesco: “enquanto o casamento não chegava, as moças preparavam-se para as práticas de refinamento e boas maneiras, organizando o enxoval e cuidando dos afazeres que as preparavam para a economia doméstica” (p. 77).

Se se esperava um comportamento adequado para as mulheres, para os homens não era diferente. Maria Aparecida Prazeres Sanches (2010, p. 268), em sua tese de doutorado intitulada “As razões do coração: namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador 1889/1950” descreve que o homem adequado para constituir matrimônio era aquele que possuía um emprego considerado “decente” para poder sustentar financeiramente a família, não ter a sua imagem associada à conduta moral e socialmente condenada, como “brigão”, “jogador”, “gatuno” e outros. Neste período, o casamento era legalmente indissolúvel. Mary Del Priori (2006, p. 246) descreve que o código civil de 1916, além de reafirmar que o vínculo matrimonial não poderia ser desfeito, também mantinha a dependência e a inferioridade da mulher perante o marido.

No ano de 1904, na edição de nº 99 de 02 de setembro do jornal *O Albor*, temos uma nota assinada por Deocleciano Martyr: *“*A mulher esposa deverá ser de estatura inferior á do marido, de forma que a cabeça não exceda a altura do seu hombro, afim de que ella encostando o ouvido ao peito dele ouça palpitar-lhe o coração”.

Neste período Deocleciano Martyr era o principal responsável pelo periódico “O Jacobino” do Rio de Janeiro, levando-nos a pensar que essa nota pode ter sido retirada desse periódico oriundo da capital brasileira neste momento histórico. Nessa publicação, fica evidente a ideia de um corpo ideal para a esposa e para o esposo. Esse ideal era sustentado na biologia (altura e coração), mas utilizando como argumento a proximidade da mulher com o sentimento do homem, deixando de lado mulheres altas com homens baixos. Pode-se destacar que não há menção sobre o homem escutar o coração da mulher, reafirmando o sexismo neste período. Além das inúmeras características necessárias e a altura adequada, ainda existia a regra da idade correta para o matrimônio. Fáveri (1996, p. 95) descreve sobre esse período na cidade de Itajaí-SC, que “das moças era esperado que aos 20, no máximo 22 se casassem”. As mulheres que não conseguissem um “bom partido” para o casamento eram consideradas “solteironas”. “Para os moços era permitido casarem-se mais tarde, pois havia a necessidade do tempo para os estudos e para assegurar uma certa condição financeira antes de assumir um compromisso marital” (p. 95), já que eram vistos como provedores do lar.

Em sua pesquisa, Biasoli-Alves (2000, p. 238) constata que no início do século XX havia pouco espaço para uma decisão pessoal em relação ao casamento. “A(s) família (s) definiam com quem, como e quando as moças e rapazes deveriam se casar”. Enquanto os homens preparavam-se para o trabalho, as mulheres recebiam uma instrução voltada aos trabalhos da casa e o cuidado com os filhos. Nessa perspectiva, salienta-se o artigo do ano de 1903, intitulado “O que devemos a nossas filhas?”:

> Dae-lhes uma instrução elementar. Ensanae-as a preparar alimentos substanciosos, a lavar, a engommar, remendar meias e a fazer sua própria roupa.
> (...) Fazei-as trabalhar no quintal e conhecer os segredos da natureza. (...)
> **Convencei-as** de que a felicidade no matrimonio nao depende de luxo nem de fortuna, porem do respeito e da confiança que os esposos devem ter um para com o outro.
> (...) Se tudo isso ensinardes ás vossas filhas e as fizerdes bem comprehender, podeis sem receio deixal-as no mundo, certos de que levarão uma vida **modesta, proba e honrada** (*O ALBOR*, 05/11/1903, ed. nº 56, S.A, grifos meus).

Nesses fragmentos selecionados da publicação, entende-se como eram criadas as meninas para o casamento. Ao mesmo tempo em que a mulher aprendia a realizar tarefas pesadas, a família de origem devia convencê-la de que seria feliz assim, pois desde cedo aprendiam os conhecimentos necessários para ser uma boa esposa.

Com o advento da República, uma “nova e nobre missão” foi confiada às mulheres, promovendo mudanças na concepção de feminilidade da época. Era necessária uma instrução para que as mulheres atuassem como educadoras dos futuros cidadão brasileiros. Na verdade essa “nova” missão veio impregnada das velhas vestes, pois as mulheres só poderiam estudar se mantivessem os padrões socialmente impostos. Nesta perspectiva, há uma publicação no ano de 1908 no jornal *O Albor*, intitulada “A mulher”, que vai ao encontro dessa temática de educar para a pátria:

> Poesia da natureza, e, segundo o Genesis, a primeira flôr desabrochada no paraizo terrestre; estrella rutilante, que conduz o batel da virtude ás praias da felicidade, é ornamento do mundo, protegendo o nosso berço, rodeando de seus cuidados a nossa infancia, ajudando-nos a supportar os trabalhos da vida (...)
> A mulher está confiada uma pujante missão, de que a sociedade muito espera: - o dar novo itinerario ás gerações que surgem, educar, instruir e elevar o coração do povo, ensinando aos filhos a terem por Deus - a humanidade, e por amor - a patria e a liberdade (*O ALBOR*, 15/05/1908, ed. nº 289, S.A).

Novamente podemos perceber a relação das mulheres com elementos da ideologia católica, quando são descritas as virtudes e o cuidado com os filhos, mas mesclada com a difusão das ideologias liberais com influências positivistas, pois, além de educar dentro dos valores cristãos, também deve instruir para ser um bom cidadão brasileiro, pautadas nos ideais de liberdade e amor à pátria. Para que isso se tornasse possível, as mulheres começaram a ingressar nas escolas ou a ter aulas particulares em suas casas. Na concepção de Ferreira (1995/1996), o discurso do final do século XIX até a década de 1930 sobre as mulheres pautava-se pela definição do "lugar da mulher". No feminismo liberal da época não era proibido à mulher estudar ou trabalhar, “desde que o trabalho e o estudo, compreendidos como exigências da vida moderna, tivessem como finalidade aprimorar suas funções de

dona de casa e mãe" (p.157). Fica evidente que o jornal dissemina apenas uma concepção de feminilidade, considerada ideal dentro dos padrões comportamentais do início do século XX.

Mas, neste período estão ocorrendo diversas mudanças e outras concepções de feminilidade estão surgindo a cada dia, produzidas pelas mulheres que estão lutando pelos seus direitos, pelas mulheres pobres prestadoras de serviços, pelas professoras, pelas trabalhadoras fabris, dentre tantas outras. Certamente nem todas as mulheres almejavam constituir uma família, nem todas queriam ter filhos, e nem todas queriam ou tinham condições para ser essa mulher ideal. Essa concepção de mundo em que a mulher cuidará das gerações futuras pauta-se nos interesses das classes burguesas e setores médios para as mulheres de sua própria classe, e nos objetivos higienistas e de otimização da força de trabalho para as demais mulheres.

Além da concepção tradicional de casamento religioso, o casamento civil começa a ganhar destaque nas páginas de jornal. O divórcio ainda é visto como um tabu e o casamento religioso como algo indissolúvel começa a ser questionado nas práticas sociais. Nas décadas anteriores, o casamento religioso era visto pelas pessoas como algo indissolúvel. Ao escrever sobre os casos de divórcio em Diamantina – MG, no período de 1863 a 1933, Dayse Lucide Silva Santos (2003) afirma que a Igreja Católica e o seu projeto moralizador não aceitava a anulação dos casamentos, e quando a vida conjugal se tornava intolerável, as pessoas recorriam às Igrejas para resolverem os seus impasses conjugais.

> Muitos casais não conviviam de forma harmoniosa como preconizava o modelo instituído. As tensões provocadas pelo enraizamento do casamento monogâmico e indissolúvel foram as mais diversas. Algumas poucas pessoas recorriam ao poder eclesiástico para resolver a sua situação conjugal, mas em geral, as uniões e separações matrimoniais quase sempre não passaram pelo crivo da Igreja, mas sim por vias costumeiras, à revelia da norma instituída (SANTOS, 2003, p 21).

De acordo com Santos (2003), no final do século XIX e início do século XX, a grande maioria dos divórcios era efetuada pelas mulheres. A partir de 1920 houve um crescente número de anulação nos casamentos efetuados pelos homens.

Essa autora ainda discorre sobre os principais motivos que levavam as pessoas a procurarem o divórcio naquele período, dentre eles: abandono da família, violência doméstica, traição ou a busca de um segundo casamento.

No início do século XX houve um registro de um caso de divórcio efetuado pela esposa na cidade de Laguna, publicado no jornal *O Albor*. Nas três décadas pesquisadas, o único caso de divórcio publicado foi no ano de 1910, intitulado de *"Acção de divorcio"* que ocorre por uma ação judicial promovida pela mulher na Comarca de Laguna, SC*:*

> Por sentença de ante-hontem, do exmo. sr. dr. Juiz de Direito desta comarca, foi decretado o divorcio do sr. João Americo da Costa e d. Maria de Araujo Costa, em virtude da acção promovida por esta, com fundamento nos §§1º, 2º e 3º do Dec. n. 187 de 24 de janeiro de 1890 (*O ALBOR*, 03/04/1910, ed. nº 386, S.A).
> .

O divórcio do casal João Américo e Maria de Araújo, na verdade foi promulgado não pelo Decreto n.º 187, mas sim pelo Decreto 181, de 24 de janeiro de 1890, sendo este o único caso de divórcio evidenciado no jornal *O Albor* em três décadas. No decreto 181, capítulo IX e art. 82 são descritos os motivos que podem acarretar no divórcio, sendo eles: adultério, abandono voluntário do domicílio conjugal, sevícia (agressões físicas) ou injúrias (humilhações, ofensas) graves e o mútuo consentimento do casal quando casadas a mais de dois anos. Como os casamentos eram arranjados pelos pais, as moças que buscavam a separação conjugal eram mal vistas pela sociedade, sendo alvo frequente de preconceitos. Mesmo que este seja o único registro de divórcio registrado no jornal *O Albor*, é possível que mais divórcios tenham ocorrido, mas não necessariamente eram noticiados.

Um caso de Itajaí-SC foi publicado em um periódico daquela cidade (Novidades), e no Jornal *O Albor*, em 1906, como matéria intitulada "Um casamento original".

> Lemos no NOVIDADES de Itajahy, a seguinte notícia:
> <<Todos conhecem aqui o sr. Germano Schumann, até ha pouco empregado do Hotel Scheeffer. Apaixonando-se por uma rapariga da Barra do Rio, de nome Anna Sempf e sendo impossivel leval-a ao padre ou ao juiz de paz, por ser casado, cortou o nó gordio da difficuldade desta maneira:

> apresentaram-se ao tabelião de notas desta cidade e ahi, deante de duas testemunhas respeitaveis, assignaram contracto de viverem como casados. E agora é bello vel-os diariamente de braços dados passeando pelas ruas da cidade como si a lei e a religião os houvessem unido!>> (O ALBOR, 25/03/1906, ed. nº 180, S.A).

Como o divórcio era legalmente inaceitável na sociedade, muitas pessoas recorreram às uniões livres para constituírem um segundo casamento. Antes da República, somente os casamentos religiosos tinham validade, e Carlos Alberto Machado (2013, p.35) descreve a separação entre Estado e Igreja com o advento da República, sendo que isso influenciou diretamente nos vínculos matrimoniais. Com a instituição do Estado Laico, os casamentos realizados no cartório é que passaram a ser considerados oficiais: “o matrimônio civil veio a coexistir com o matrimônio religioso, desde que este observasse as exigências das leis do Estado laico” (p.35). De acordo com esse autor, a união estável (também chamada de união livre) existia, porém estava às margens da lei e não gerava obrigações entre os parceiros.

> A despeito da segregação entre o Estado republicano brasileiro e a Igreja Católica, a sociedade de então repelia o divórcio, ainda por forte influência da Santa Igreja, o que deu ensejo à formação de uniões livres, ou seja, união entre pessoas impedidas de contraírem novo matrimônio, tendo em vista que o desquite não rompia o vínculo matrimonial. (MACHADO, 2013, p. 38)

Embora não houvesse uma legislação no período para regulamentar as uniões livres, elas se tornaram uma alternativa para os casais que almejavam realizar um segundo casamento, sem poderem desfazer o casamento anterior. Ainda podemos pensar que a união livre seria também uma alternativa para as pessoas que possuíam resistência ao controle exercido pela Igreja Católica. Com essa prática observamos que havia uma negação das leis religiosas e civis, mas ao mesmo tempo um enquadramento social por meio de um contrato amoroso registrado em cartório.

Mas, nem todos os casamentos possuíam separações seguidas de novas uniões, no caso livres. Muitos casamentos terminavam com crimes hediondos, como

mulheres sendo assassinadas pelos maridos. No jornal *O Albor*, o primeiro caso publicado foi no ano de 1917, intitulado “Em Sambaqui louco que mata a esposa”.

> Em Sambaqui, povoado proximo ao Mirim, teve lugar no dia 1º do corrente, uma triste scena de sangue, cujo protagonista da tão horrivel tragedia, foi o **infeliz louco** Ramildes Pinho, que atacado de um forte accesso **de sua velha loucura**, lançou mão de uma faca de mesa, degolando em seguida a propria esposa gravemente enferma.
> A infeliz senhora, veio a fallecer uma hora depois, deixando na orphandade diversos filhos menores.(...) (O ALBOR, 07/10/1917, ed. nº 773, S.A, grifos meus).

Neste período, os casos de violência contra a mulher eram considerados problemas que se resolviam “entre quatro paredes”. Neste período, o homem utilizava-se da violência como forma de legitimar a sua autoridade perante a mulher. Para isso, utilizava como argumento a obediência da esposa ou a defesa da honra da família. Neste caso publicado pelo jornal *O Albor*, não são descritos quais foram os motivos que levaram o homem a cometer tal atrocidade, mas o autor do crime é apresentado como um louco, e não como machista ou sexista. Após cometer esse assassinato Ramildes Pinho tentou suicidar-se, porém não obteve sucesso nesse ato.

Outro caso de violência com um final trágico publicado no jornal *O Albor* ocorreu no Estado de Alagoas. A notícia foi publicada no ano de 1921:

> E' uma historia triste: em Viçosa nas Alagoas, um homem de certa edade, de nome Bertho de tal apaixonou se por uma senhorita, pertencente á boa família, mas muito joven. (...)
> Ao cabo de tanta gentileza, de tanta bondade, a menina accedeu ao pedido de casamento, para contentar os progenitores, entregando-se como uma victima do destino (...)
> O que se sabe é que Bertho, certo dia, no mez de setembro, convidou a esposa para uma excursão a um dos arrebaldes; á noite, aquelle individuo appareceu em um armazem de estrada, bebeu aguardente e ninguem mais o viu.
> No dia immediato, perto da cidade foi encontrada a cabeça e espalhados pelo terreno pedaços do corpo daquela infeliz moça, victima daquelle **feroz e ciumento** esposo (O ALBOR, 27/02/1921, ed. nº 893, S.A, grifo meu).

Nessa notícia também não estão explícitos quais foram os motivos que levaram Bertho a cometer o crime. Mas, ele é apresentado como um homem

ciumento, levantando uma hipótese sobre a causa deste assassinato. Na cidade de Laguna também ocorreram crimes de morte, cometidos pelos maridos das vítimas. Um caso ocorrido no bairro Mar Grosso, no ano de 1925, foi publicado com o título “Um lar desfeito”:

> A's primeiras horas da manhã de 16 do corrente foi a nossa população bruscamente alarmada com a noticia de uma dolorosa tragedia occorrida no arrabalde do Mar-grosso.
> O dr. Tobias Xavier, engenheiro electricista da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, em um **momento de allucinação**, assassinara sua esposa, d. Thereza Xavier, disparando sobre ella, por duas vezes, o seu revolver (...) (O ALBOR, 18/01/1925, ed. nº 1091, S.A, grifo meu).

Neste fato ocorrido em Laguna, podemos perceber que os casos violência encontravam-se em todas as classes sociais. Nesta notícia também não estão descritos os motivos que levaram ao crime, apenas que, após tirar a vida de sua esposa, o homem se entregou às autoridades locais. Observamos que nas três matérias há uma justificativa baseada na “loucura”, e que em um dos casos está associada à defesa da honra, já que o sentimento de ciúme está citado na publicação. O que há de comum nas três matérias é que não se busca pensá-los como assassinos ou a necessidade de punição dos culpados. São descritos como fatos a entristecer, lamentar, mas não para haver a necessidade de justiça.

Sobre a defesa da honra no início do século XX no Rio de Janeiro, Sueann Caulfield (2000) descreve que em muitos julgamentos de homens assassinos, se o motivo alegado para cometer o crime fosse ciúme, “podia não somente atenuar a pena, mas eliminar a responsabilidade penal daqueles que matavam por ciúmes” (p. 84). Esse tipo de alegação era pautado no conceito de “criminoso passional”, pois alegava-se que o “temperamento idealista de algumas pessoas as fazia perder a razão quando decepcionadas ou provocadas por uma forte emoção” (p. 84).

Caulfield (2000) enfatiza que mesmo que os juristas estivessem discutindo os motivos que levavam os homens a cometerem tal delito, os jornais do Rio de Janeiro publicavam inúmeros casos de violência doméstica nas três primeiras décadas do século XX, “reforçando a sobrevivência de tradições patriarcais segundo as quais a honra masculina era determinada pela fidelidade sexual da mulher e de

que a justiça criminal ainda permitia ao homem defender a sua honra com violência" (p. 85).

Portanto, mesmo a imprensa disseminando uma concepção de família e de casamento ideal para as mulheres pautados nas ideologias católicas e liberais, existiam outras concepções dentro da sociedade. Não só o casamento religioso que tinha validade, e mesmo sendo considerado um tabu neste período, mulheres e homens recorriam ao divórcio, as uniões estáveis tornaram-se uma alternativa para muitos casais que não puderam contrair um segundo matrimônio; ademais, temos os casos de violência doméstica, que revelam a hegemonia masculina social e que permitia aos homens o poder sobre as mulheres.

3.3. RUPTURAS DE PADRÕES SOCIAIS: AS MULHERES VESTIDAS DE HOMENS

E quando algumas mulheres não se enquadram na concepção de feminilidade vigente na sociedade? Um dos elementos que mais chamaram a atenção durante esse estudo foram as publicações acerca de mulheres que se vestiam e se passavam por homens, contrariando os padrões estabelecidos para a época.

A primeira notícia encontrada sobre o assunto foi no ano de 1910, intitulada de "Caso interessante", que ocorreu em Tubarão, município vizinho de Laguna:

> Ha cerca de tres mezes, appareceu na cidade de Tubarão um rapaz de nome Jordelino Raphael trabalhando na plantação de arroz do sr. Herminio Paladini, sita no lugar Ilhota.
> Jordelino é muito trabalhador, mas prefere sempre empreitadas a 1$500 réis por braça, por não gostar de estar entre os demais empregados.
> No dia 8, porém, d'este mez, com espanto geral de todos, como num caso digno de registro, ficou averigualdo que aquelle rapaz que se mostra tão cumpridor de seus deveres não pertence ao **sexo barbado, pois é uma mocinha.**
> O seu nome verdadeiro é Prudencia Maria de Jesus, tem 16 para 19 annos de idade, natural de Cannasvieiras, n'este Estado, filha dos finados José Dias Rangel e Maria Raphaela de Jesus.

> **Veste calça, paletot, camisa, collarinho, usa meia cabelleira, atira perfeitamente de espingarda, sendo também barbeira.**
> Ha cerca de 2 annos e 8 mezes, usa trajes masculinos e sendo inquerida pela autoridade competente a respeito do motivo que a determinou a deixar as vestes proprias de seu sexo, declarou que era só para poder melhor **ganhar os meios de subsistencia, como para não ser atacada em sua honra.**
> Prudencia dizem ser pura e quando appareceu no Tubarão, **acompanhava uma moça, sobrinha de uma cavalheiro residente n'aquella cidade, da qual se dizia marido** (...) (O ALBOR, 15/05/1910, ed. nº 392, S.A, grifos meus).

Aqui podemos efetuar três discussões: a primeira, em relação à divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres tinham menores oportunidades para realizarem um trabalho fora de casa. Prudência aprendeu a ser barbeira, ocupação considerada hegemonicamente masculina. Além dos trajes masculinos, Prudência utilizava cabelos curtos e manuseava uma espingarda. Desafiou uma concepção de mundo vigente no período: que a fragilidade da mulher a impedia de realizar ocupações masculinas. Desafiou os atributos de gênero, desarticulando-os do sexo biológico e rompendo com os estereótipos de que mulheres não poderiam fazer trabalho pesado no campo, cortar o cabelo, dentre outros.

A segunda discussão é pela defesa da honra da mulher, argumento utilizado por Prudência quando descoberta “a sua farsa". Em relação à sexualidade feminina, as moças deveriam perder a sua virgindade apenas após o matrimônio, na noite de núpcias. Segundo Iranilson Buriti (2004, p. 2), no início do século XX “a família honrada era construída por uma mulher devota, ordeira, submissa e recatada, policiada pela Igreja através do altar e do confessionário”. Talvez o medo de Prudência não estivesse atrelado à perda da virgindade, mas sim ao medo de ser violentada sexualmente ao trabalhar junto com os outros homens, e perder os atributos que implicava para eles em ser honrada: ficar em casa com os seus pais, esperando o marido.

E a terceira discussão pode estar associada a um caso de lesbiandade ou qualquer outra identidade de gênero e/ou de orientação sexual na primeira década do século XX, pois ela se dizia esposo de outra moça. Talvez recorrer ao argumento da perda da honra tivesse sido para esconder a sua orientação sexual, pois neste período homossexuais eram vítimas de preconceito e vistos como uma anomalia. Mariana de Oliveira Farias (2010, p. 106) cita que ao final do século XIX, há uma

divisão entre a sexualidade considerada normal -que visava somente à procriação- e à sexualidade perversa, que eram os atos sexuais pela busca do prazer. “A heterossexualidade é associada à ideia de normalidade, enquanto a homossexualidade, à ideia de perversidade, em conformidade com o ideal presente de preservação da família e de procriação” (p. 106).

Outro caso semelhante foi publicado no ano de 1929, intitulado “Interessante história de uma jovem que passou quatro annos vestida como homem”.

> A policia acaba de entregar ao juiz de menores a jovem Amelia Cesar de Almeida, natural de Passo Fundo no Estado do Rio Grande do Sul.
> A historia da jovem Amelia é um amontoado de vicissitudes. Conta ella que foi abandonada pelo seu progenitor quando apenas contava 15 annos de edade. Vendo-se só, teve de trabalhar para viver e, no receio de perder a sua honra, coisa que zela acima de tudo, resolvera passar por homem. Para esse fim, vestira se de roupas masculinas e entregara-se sempre aos trabalhos proprios do outro sexo, sem jamais transparecer a sua condição de mulher. (...)
> Interpellada por um jornalista, Amelia conta episodios interessantes da sua existencia em <<travesti>>. Diz, por exemplo, que teve muitas vezes de dormir ao relento, á beira das estradas (...) Amelia conta presentemente 19 annos. Os seus quatro annos de <<homem>> empregou os trabalhando como caixeiro, lenhador, capinador, tratador de café e calceteiro. (...) (O ALBOR, 14/04/1929, ed. nº 1331, S.A).

O caso da Amélia é bem semelhante ao caso de Prudência, publicado no ano de 1910. Ambas utilizaram-se dos mesmos argumentos, como perda da honra e a busca por trabalho, para justificarem sua situação, quando foram descobertas utilizando vestimentas consideradas próprias para o sexo masculino. Amélia dizia ter sido abandonada, e como as condições empregatícias não eram as melhores nesse período, a saída foi se vestir como homem para conseguir um emprego. Antes de ser descoberta, realizou ofícios que não eram considerados adequados para o seu sexo.

3.4. O PROJETO MORALIZADOR DA SOCIEDADE

Com todas essas mudanças ocorrendo na sociedade brasileira nesse momento histórico, principalmente a busca pelos direitos das mulheres, algumas publicações tiveram o objetivo de disseminar representações de moralidade feminina na sociedade. No ano de 1916 há uma publicação no jornal *O Albor*, intitulada de "O salão ou a família", onde percebe-se claramente a concepção de feminilidade aceita no período:

> **Nas nossas sociedades modernas emancipadas de antigos preconceitos**, a Mulher acha-se no mesmo plano que o homem, posto que os seus attributos sejam oppostos. O Homem representa a força, a Mulher a beleza. A discordia ha de existir sempre, desde o momento em que a Mulher pense em abandonar a sua funcção esthetica para se tornar a força - querendo provar ao homem que póde competir com elle, ou pelo trabalho, ou pelo pensamento. Quando este desafio se realisam a funcção moral da Mulher desapparece e a familia torna-se impossivel. É o que succede nas regiões onde a Mulher trabalha mais que o homem, e é o que succede nas **sociedades européias, onde a Mulher procura ser superior ao homem,** ou pelo espirito falado ou pelo escripto. D'aqui resulta que para a Mulher moderna ja apenas dois caminhos a seguir - ou o salão, ou a família. Quando a família é simplesmente o salão, a Mulher está perdida porque é inutil. Quando é simplesmente família - todo o respeito que devemos ter por ella é pouco, porque immenso é o seu coração (O ALBOR, 30/01/1916, ed. nº 688, S.A, grifos meus).

Nesta publicação é visível o medo causado pela emancipação das mulheres. Para justificar a importância do homem, apelou-se para o discurso sobre a função que ambos os sexos ocupam na sociedade, afirmando e que a mulher não deveria jamais tentar competir com os homens, pois, além de se masculinizarem, estariam abandonando a sua principal função na sociedade: a família. Essa publicação fazia alusão aos países europeus, nos quais a mulher começava a ganhar destaque, deixando explícito que as mesmas estavam se emancipando socialmente, e por essa razão estavam escolhendo os "salões" (ambiente social), e deixando de lado a sua função de esposa (ambiente privado).

Aqui podemos fazer a seguinte reflexão: há diferenças entre as notícias de outros países sobre o sufrágio e sobre comportamento das mulheres no jornal *O*

Albor. Quando as notícias são sobre o sufrágio das mulheres em outros países, não há grandes alardes, e geralmente são pequenas notas informativas. Porém, quando a questão é comportamento, já se percebe claramente a diferença. Na notícia vemos que a sociedade é descrita como “moderna e emancipada de antigos preconceitos”, mas é explícito o preconceito contra a emancipação feminina tanto no Brasil quanto em outros países, evidenciando o medo causado pelas mudanças de padrões comportamentais, e tentando legitimar o que era considerado correto socialmente. Tanto que em algumas notícias aparecem termos como higiene ou saneamento moral.

Os termos (higiene e saneamento moral) estavam sendo utilizados para repugnar os considerados “maus” comportamentos que as mulheres estavam apresentando devido aos direitos que estavam conquistando neste período. Por isso, era necessário realizar a “higiene moral”, exaltar os antigos costumes e condenar comportamentos que comprometessem a ordem socialmente estabelecida. No ano de 1919 foi encontrada uma publicação intitulada “A’s mães catharinenses":

> Achando-se a moça, de hoje sob as influencias de diversas causas de deletereos effeitos moraes, como; o cinema com as suas scenas um tanto livres; as modas modernas com os seus vestidos de decotes exagerados, mangas e saias curtas e de tecidos transparentes; as novas e exageradas danças, nas quaes não se procura, como outr'ora, um effeito artistico na arte choreographica, mas sim na exhibição de posições pouco decorosas é de louvar-se e de ouvir-se com agrado e merecidos applausos as vozes de protestos como as que na capital do Estado surgiram no nosso collega Republica, duma distincta catharinense que occulta se modestamente sob o pseudônimo de Uma Tijuquense.
> **Emprestamo-nos todo o nosso apoio á brilhante campanha de saneamento moral, que ardentemente se devotou aquella distincta patricia** (O ALBOR, 09/11/1919, ed. nº 832, S.A, grifos meus).

De acordo com a notícia, a culpa da degradação da sociedade era do cinema, das modas e das danças a que as mulheres estavam expostas, e que era preciso uma campanha de moralização da sociedade, o que já estava ocorrendo na Capital. Segundo o periódico *República,* conta o jornal *O Albor*, o pseudônimo da mulher que está à frente dessa campanha é “Uma Tijuquense”, mas não se sabe de fato quem está por trás disso, é mulher ou é homem. No final da publicação, pode-se observar claramente a posição do jornal *O Albor*, que apoia essa causa moralizante.

Nessa mesma perspectiva temos outra matéria sobre a higiene moral da sociedade, em 1920, intitulada de “Hygiene Moral” assinada por Gelson Gomes:

> (...) A mulher, jovem e formosa deve primar pelo recato, afim de que possa impor sympathia, amor e confiança ao cavalheiro que venha pretendel a para esposa. O attractivo mais enobrecedor da mulher aos olhos do homem, é o da virtude; e este não poderá possuir, aquella que se mostra semi-nua nas reuniões públicas ou em salões de baile.
> Não é por esses meios que se pensa fazer nascer affeicções; e sim pelos sentimentos de moral, dignidade e pudor, que deverão ser defendidos com o maximo enthusiasmo e devotamento porque nelles estão encerrados a sua honra. (...)
> E emquanto, abstrahidas n'essa athmosphera de illusões, se entretêm com arrojo as desajuizadas damas, as meninas, que tudo observam na sua pureza, vão procurando imital-as, achando ser tudo isso muito natural (...) (O ALBOR, 14/03/1920, ed. nº 848).

Esta publicação faz uma crítica às novas modas que estavam surgindo nos centros urbanos, e como isso afetava a moral e os bons costumes dos ambientes sociais. Era necessário lutar contra esse tipo de comportamento das mulheres (vestir-se seminuas), pois os atrativos para arranjar um “bom partido” são as antigas virtudes das mulheres. Outro problema discutido nessa publicação são as meninas mais jovens imitando os comportamentos das mulheres consideradas “desajuízadas”, pois estão quebrando o modelo de hegemonia vigente neste período e deseducando as meninas.

Sobre as novas aspirações femininas, no ano de 1930, intitulada de “Feminismo” e assinada por Aél, provavelmente um pseudônimo, pois não há registro de um sobrenome, discute-se a mulher entrando nos espaços de dominação masculina:

> Assumpto palpitante nos grandes centros, onde faz parte integrante do progresso do seculo XX. O elemento feminino enfadado da cosinha, aborrecido da agulha, voltando as costas ás fraudas e cueiros, ingressa na literatura, discute politica, arremete contra os boluartes da teimosia masculina em negar-lhe o direito do voto, fuma cigarrilhos de ponta dourada e reclama a igualdade de direitos civis.
> Deixando de parte apreciações sobre si as reclamações são razoaveis ou injustas, imaginemos o pasmo das vestutas avozinhas meio seculo atraz si admirassem as desenvoltas descendentes educadas a **ultra-moderna**, **americanisadas**, saiotes pelos joelhos deixando a mostra **meio metro de pernas ou caniços** com tal nome, braços a fresca...

> Pobre avozinhas! Maravilhadas benzer se-iam com a canhota murmurando enrusbescidas na linguagem simples d'aquelles **bons tempos patriarchaes**:
> - Credo!!! **O mundo está perdido**!... (O ALBOR, 11/05/1930, ed. nº 1352).

Essa crítica produzida por Aél deixa em aberto o seu posicionamento em relação à política e à busca pelos direitos das mulheres, mas deixa claro que determinados comportamentos são considerados inadequados, causando escândalo na sociedade da época, principalmente o comportamento das mulheres que tentam de certa forma “imitar” o comportamento masculino. Além disso, percebem-se expressões irônicas em relação às mulheres, como “ultra-modernas, caniços, americanisadas”, expressando preconceitos em relação às mulheres norte-americanas e satirizando o corpo feminino.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar este estudo sobre a produção/disseminação de feminilidades através do jornal *O Albor*, dialoguei com outras pesquisas da história, da educação e outras, já realizadas no campo da investigação documental jornalística, no intuito de enriquecer aspectos relacionados à história das mulheres e das relações de gênero nas primeiras décadas do século XX.

O jornal *O Albor*, assim como outros periódicos que veicularam notícias no mesmo período, além de registrarem os fatos que ocorriam na cidade de Laguna, também divulgavam notícias relacionadas aos grandes centros. Nele estavam presentes os significados de modernidade com base na ideologia liberal, articuladas politicamente ao Partido Republicano, sendo o proprietário e editor chefe desse periódico pertencente ao Partido Republicano em Laguna. Além disso, o local estratégico da cidade de Laguna era associado à atividade portuária, o que facilitava a entrada de periódicos advindos de outros estados e até mesmo de circulação internacional, sendo que muitas publicações desses jornais foram republicadas no jornal *O Albor*. Não foram evidenciadas notícias relacionadas aos movimentos de greve que ocorriam nos grandes centros e nenhuma notícia de cunho anarquista e/ou socialista.

Encontrei no jornal *O Albor* algumas publicações relacionadas à educação de mulheres. Assim como em outras pesquisas sobre esse tema no mesmo período sobre outros Estados brasileiros, na primeira década do século XX na cidade de Laguna eram poucas as escolas que atendiam ao público feminino, quadro que começou a sofrer transformações quando o governo começou a investir na abertura de escolas mistas. Além do atendimento de uma demanda maior de meninas, utilizando-se o do discurso vocacional das mulheres, mas omitindo o fator da redução dos gastos com o pagamento de professores, o governo contratou um grande número de mulheres para atuarem nessas escolas mistas. Na cidade de Laguna, o salário de um professor homem era o equivalente à contratação de três professoras.

Outro ponto importante em relação à educação na cidade de Laguna foi a instalação do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, que era um espaço considerado moderno e adequado para a instrução das crianças. Nesse Grupo Escolar, professoras ministravam aulas para as crianças, que eram divididas por sexo, existindo a ala feminina e a ala masculina. Mesmo assim, os currículos de meninos e meninas eram diferenciados, sendo que para as meninas havia o acréscimo da disciplina de “prendas domésticas”, que as preparava para serem boas donas de casa. Ainda sobre as professoras, é importante ressaltar que para se candidatarem a um processo seletivo para lecionarem na cidade de Laguna, era necessária a apresentação de um documento assinado pelo pai ou pelo marido que as autorizava a exercerem a profissão, reforçando novamente a hegemonia masculina vigente no período.

Expressando a masculinidade hegemônica, muitas publicações do jornal *O Albor* enfatizavam a inferioridade feminina, sendo que o homem era considerado o ser racional (inteligente) e a mulher o ser sentimental, sempre comparada à elementos religiosos, como anjos, e até mesmo com a Virgem Maria. Aqui pude verificar claramente a influência da ideologia católica na construção da concepção de mundo hegemônica do período. As mulheres recebiam instrução para serem donas de casa, e seu ambiente seria o privado (doméstico), enquanto para os homens o espaço social era considerado o mais adequado, até pela sua função social, considerada como a de provedor do lar.

Mesmo que o casamento fosse considerado algo sagrado e indissolúvel pela Igreja Católica, verifiquei mudanças nesses padrões em algumas publicações do jornal *O Albor* ao longo das três primeiras décadas do século XX, tanto por meio dos divórcios solicitados pelas mulheres, mesmo acarretando o ônus de serem excluídas socialmente, até a busca por novos padrões de casamento, como as uniões livres. Esse tipo de união matrimonial se tornou uma alternativa para quem quisesse realizar um segundo casamento ou até mesmo como alternativa para as pessoas que não concordavam a com a ideologia católica de que o casamento não poderia ser rompido. Por conta dessa ideia de indissolubilidade e do medo de sofrer preconceitos por conta de um divórcio, muitas mulheres sofriam agressões dentro de suas casas, chegando até a serem mortas pelos seus maridos. Esses casos de crimes hediondos cometidos pelos homens no ambiente doméstico também

ganharam destaque em algumas publicações no periódico *O Albor*, tanto na cidade de Laguna quanto em outros estados. Muitas vezes, os maridos assassinos justificavam os atos de violência doméstica utilizando como argumento a defesa da honra familiar, novamente reforçando a ideia de superioridade masculina.

Também com a alegação de defesa da honra ou a possibilidade de realizar um trabalho considerado adequado apenas para homens, foram encontradas algumas noticias sobre mulheres trajando vestes masculinas e comportando-se como homens no ambiente de trabalho. Difícil saber se essa identidade de gênero correspondia à orientação sexual direcionada à lesbiandade. Neste período a homossexualidade era considerada como algo perverso e anormal, que rompia com os padrões socialmente estabelecidos da heterossexualidade dominante.

Como nem todas as pessoas concordavam com essa concepção de mundo, em que as mulheres deveriam se restringir ao ambiente privado, alguns movimentos começaram a romper com esses padrões sociais, como o movimento feminista nesse período. É claro que desde o século XIX, algumas mulheres se organizavam para conquistarem alguns direitos, mas é inegável que o movimento ganha muita força nas primeiras décadas no século XX, tanto no Brasil quanto em outros países. As primeiras publicações sobre o movimento feminista em prol da conquista do sufrágio aparecem no jornal *O Albor* já na primeira década do século XX, mas trata-se de notas curtas e rápidas sobre o movimento em outros países. Provavelmente por essas discussões intensificarem-se no Brasil forçadas pelas militantes do movimento feminista, *O Albor* começa a publicar com mais frequência os debates sobre o tema, ora estabelecendo opiniões favoráveis, ora contrárias sobre o direito ao voto. Observei que, quando a publicação estava relacionada a algum integrante do Partido Republicano, havia mais destaque no Jornal, como a matéria sobre o senador catarinense Lauro Muller discutindo o sufrágio e a matéria detalhada sobreo plano de governo da professora Leolinda Daltro (fundadora do Partido Republicano Feminino), quando sua candidatura às eleições municipais do Rio de Janeiro ainda não havia sido sequer aprovada. No jornal *O Albor*, também encontrei publicações relacionadas à conquista do mercado de trabalho pelas mulheres. Algumas vezes, com notas informativas sobre mulheres exercendo profissões consideradas masculinas, outras vezes com notícias relatando o

estranhamento em relação a essas mulheres. Mas cabe aqui ressaltar que no jornal *O Albor*, essas notícias sobre o mercado de trabalho estão relacionadas às mulheres das classes burguesas e setores médios da sociedade, pois as mulheres das classes trabalhadoras já exerciam profissões fora do ambiente privado. Essa discussão sobre o mercado de trabalho e a divisão sexual do trabalho perdura até hoje, no ano de 2014, quando é possível verificar que determinadas profissões ainda são consideradas masculinas. Um exemplo clássico são as engenharias mecânica e civil, que causam estranhamento social quando mulheres são vistas exercendo esse tipo de atividade.

Pouco a pouco, as mulheres ganham espaço nas páginas do jornal *O Albor,* que manifestava uma preocupação maior em relação às normas comportamentais. Muitas publicações enfatizam que, por causa do movimento feminista, as mulheres estariam se masculinizando, esquecendo-se de suas funções domésticas, e vestindo-se inadequadamente de acordo com a concepção de feminilidade do período. Pude perceber que o jornal *O Albor* aderiu ao movimento de "saneamento moral" (encontramos, inclusive, reportagens com esse título), que servia para reprimir os comportamentos inadequados para as mulheres. Essas publicações variavam de simples notas informativas sobre como uma mulher deveria de portar socialmente, piadas sobre as mulheres feministas e até mesmo notícias mais elaboradas que discutiam como as mulheres estvam se "modernizando", e quais as consequências negativas desse tipo de comportamento, demonstrando que o jornal *O Albor* buscava reforçar a hegemonia masculina e a concepção de feminilidade tradicional. Além disso, verifiquei a pouca presença explícita dos homens e das masculinidades nos jornais da época. Nos textos jornalísticos do jornal *O Albor*, ao homem (quase) tudo era permitido e parecia não haver necessidade de ditar-lhe regras, menos ainda em relação à educação. Talvez pela masculinidade hegemônica ainda sofrer poucos abalos a partir das mudanças nas feminilidades daquele período.

O período pesquisado, de 1901 a 1930, me permitiu compreender um pouco mais sobre as representações das feminilidades e de como a imprensa também participava da produção dessas mesmas representações, ao selecionar, destacar, reforçar, negar posições políticas e ações ligadas às questões feministas no início do século. Apesar do fechamento temporário do arquivo durante a fase final

da realização desta pesquisa, soube que já foi reaberto no momento da escrita dessas conclusões Por isso, ressalto que ainda há um grande acervo a ser pesquisado, visto que o jornal teve uma duração longa, tendo seu fechamento registrado só em 1964. Por outro lado, havia ainda outros materiais da imprensa, revistas e outros periódicos na cidade de Laguna que poderiam ser analisados, visando a complementar esse quadro histórico, que se combina ao necessário resgate da história das mulheres no Brasil, já em andamento por tantas historiadoras e historiadores.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jânio Jorge Vieira de. ANDRADE, Thamyres Ramos de. **A compreensão e categoria de gênero e sua contribuição para as relações de gênero na escola.** Disponível em: < http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.10/GT_10_01_2010.pdf> Acesso em 15.out.2013.

ABREU, Zina. **Luta as mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.** Disponível em: < https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/380/1/Zina_Abreu_p443-469.pdf> Acesso. 09.jan.2014.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo:** a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. **Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira do século XX.** Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4810.pdf> Acesso em 04. set.2013.

AZZI**,** Riolando**.** *Família e valores no pensamento brasileiro* (1870 – 1950), In: RIBEIRO, Ivete (Org. e Introdução) *Família e valores*. São Paulo: Loyola, 1987.

BARROS, Lúcia Maria. **Jornal O Albor 1901-1965.** Disponível em:< http://jornaloalbor.blogspot.com.br> Acesso em 4. Jul.2013.

BLAY, Eva Alterman. **8 de março: conquistas e controvérsias.** Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643.pdf> Acesso em 12.jan.2014.

BUONICORE, Augusto César. **As mulheres e a luta socialista.** In: MACIEL, David; MAIA, Cláudio; LEMOS, Antonio H. (Orgs). *Revolução Russa: Processos, personagens e influências.* Goiás: Centro Popular de Estudos Contemporâneos (CEPEC), 2007.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina.** 2. Ed. São Paulo: Ática, 1990.

BURITI, Iranilson. Espaços de Eva: a mulher, a honra e modernidade no Recife dos anos 20 (século XX). Revista História Hoje. São Paulo. Nº 5, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2003.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940).** São Paulo: Ed. da Unicamp, 2000.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Feminismo e masculinidade no início do século XX.** Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/ARTIGO_3_SECAO_LIVRE_ELIZANGELA_BARBOSA_CARDOSO_FENIX_SET_OUT_NOV_DEZ_2012.pdf> Acesso em 15.jan.2014.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e Imprensa: as influências na concepção de educação do professor Honório Guimarães**. Uberabinha, MG: 1905-1922. Uberlândia: EDUFU, 2004.

CHAMON, Magda. **Trajetória de feminização do Magistério e a (con)formação das Identidades Profissionais**. Disponível em**:** **<**http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_de_feminizacao.pdf> Acesso em 22.abril.2013.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Disponível em: < http://www.nhu.ufms.br/Bioetica/Textos/Livros/O%20QUE%20%C3%89%20IDEOLOGIA%20-Marilena%20Chaui.pdf> Acesso em 29.out.2013.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf> Acesso em 29.abril.2013.

CRUZ, Tânia Mara. **O feminismo e a luta de classes.** Texto publicado no boletim Fórum Nacional de monitores (FNM) do Núcleo de Educação popular. 1998

_____. **A (des)igualdade entre mulheres e os impasses da formação feminista.** P o i é s i s – revista do programa de pós-graduação em educação. UNISUL, Tubarão, v. 2, n. 2, p. 86 -107, Jul./Dez. 2009

_____. **Meninas e meninos no recreio: gênero, sociabilidade e conflito.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo (USP): 2004.

FARIAS, Mariana de Oliveira. **Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade.** Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/169/211..> Acesso em 30.jan.2014.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2011.

FÁVERI, Marlene de. **Moços e moças para um bom partido: a construção das elites-Itajaí, 1929-1960.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **Fontes documentais: uma experiência em processo.** Anais do Seminário de História da Educação brasileira: a ótica dos pesquisadores. Belo Horizonte: INEP, 1995.

FERNANDES, Mário Luiz. **República de penas e espadas: o discurso da imprensa republicana catarinense (1885-1889).** Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS): 2007.

FERNANDES, Mário Luiz (org). **Origens da imprensa em municípios catarinenses.** Florianópolis: ADJORI-SC, 2009.

FERREIRA, Leillyanne Morais. **O movimento feminista em Goiânia sob a ótica do jornal O Popular.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás): 2010.

FERREIRA, Verônica C. **Entre Emancipadas e Quimeras – Imagens do Feminismo no Brasil.** Disponível em: < http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/publicacoes/cadernos/cad-3/Artigo-5-p153.pdf> Acesso em 12.out.2013.

FLORESCANO, Enrique. **A função social do historiador.** *In* Tempo: Revista do Departamento de História da UFF, nº 4, vol. 2, 1997.

FRANÇA, Fabiana Freire; *et. al*. **A co-educação dos sexos na escola pública brasileira: 1870-1932.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/A%20CO-EDUCA%C7%C3O%20DOS%20SEXOS%20NA%20ESCOLA%20P%DABLICA%20BRASILEIRA.pdf> Acesso em jan. 2014.

GARZONI, Lerice de Castro. **Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRIGORIO, Patrícia Costa. **Transformando selvagens em civilizados. Um plano de educação para os índios do Brasil segundo a professora Leolinda Daltro.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

GURGEL, Telma. **Feminismo e luta de classe: História, movimento e desafios teóricos-políticos do feminismo na contemporaneidade**. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf> Acesso em 22.abril.2013.

HAHNER, June. **A mulher no Brasil***.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940).** Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

_____. **Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX.** Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/21453/19396> Acesso em nov. 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HELLER, Bárbara. **Em busca de novos papéis: imagens da mulher leitora no Brasil (1890-1920)**. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): 1997.

HOBSBAWM, E. J. **Sobre história:** ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HUNT, Lynn. Apresentação – **História, Cultura e Texto**. *In* A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JINZENJ, Mônica Yumi. **O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX.** Disponível em: < http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/255/80> Acesso em 16. Out. 2013.

JUNIOR, Edivaldo Góis; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX.** Disponível em: <http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/172/181> Acesso em 03.maio.2013.

KOLLONTAI, Alexandra. **O comunismo e a família.** Disponível em <https://docs.google.com/file/d/0B-JhFgnzi0XKUjlhVXpDR3RRRGM/edit> Acesso em 15.maio.2013.

LAROCCA, Liliana Müller. **Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1886-1947)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná: 2009.

LEVATTI, Giovanna Eleutério. **Um breve olhar acerca do movimento feminista.** Disponível em <http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/Um-Breve-Olhar-acerca-do-Movimento-Feminista_Giovanna-Levatti.pdf> Acesso em 30.set.2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOURO, Guacira Lopes**. Nas redes do conceito de gênero.** In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R, (orgs.). Gênero e saúde. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

MACHADO, Carlos Alberto. **União estável – sua evolução na Jurisprudência dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: < http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/12/familiadoseculoXXI_34.pdf> Acesso. 31.jan.2014.

MAJYER, Kurt B. **Classe e sociedade.** Rio de Janeiro: Bloch, 1967.

MARTINS, Celso. **Uma história de coragem no sul do estado.** In: BALDESSAR, M.J.; CHRISTOFOLETTI, R. (Orgs). *Jornalismo em Perspectiva.* Florianópolis: [s.n], 2005.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências.** Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200003> Acesso em 15.out.2013.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. **Espaço feminino no mercado produtivo.** In: PINSKY, C.B; PEDRO, J.M (Orgs). *Nova História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2012.

MEDINA, Jorge Telles Bomfim. **Gêneros jornalísticos: repensando a questão.** Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/3196/3196.PDF> Acesso em 03.jan.2014.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo:Boitempo, 2004.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NASCIMENTO, Maria Augusta Geremias do. **A socialização do escravo em tempos de transição à liberdade: Julia Chrispina do Nascimento, Mulher Negra e Professora (Laguna, SC – 1884/1947)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL): 2006.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. **Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família***.* Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Karine_da_Rocha.pdf> Acesso em 04.maio.2013.

OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita. **Educação, Gênero e Modernidade: discursos e práticas educacionais no Brasil entre 1870 e 1910**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): 2002.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX.** Cad. Pesqui. [online]. 1998, n.104

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres do Sul**. In: PRIORE, Mary del (Org). *História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2002.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras:** presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> Acesso em 24.abril.2013.

PRIORE, Mary Del. **História do amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade**. In: PRIORE, Mary del (Org). *História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2002.

_____**. Descobrindo historicamente o gênero**. Cadernos Pagu, v.11, p.89-98, 1998;

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe.** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz da. **Imprensa, educação e civilidade.** Disponível em: <www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/artigos/workshops/art16.pdf> Acesso 03.jan.2014.

SANCHES, Maria Aparecida dos Prazeres. **As razões do coração: namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador 1889/1950.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense: 2010.

SANTOS, Dayse Lúcide Silva. **O divórcio e a nulidade do casamento: estudo de caso das tensões na vida conjugal diamantinense de 1863 a 1933.** Disponível em:< http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A020.PDF> Acesso em 10.out.2013.

SANTOS, Nágila Machado Pires dos. **Piada: caracterização e conceituação de um gênero.** Disponível em: < http://www.mel.ileel.ufu.br/pet/amargem/amargem6/estudos/MARGEM3-E06.pdf> Acesso em 15.jan.2014.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil.** Porto Alegre: Movimento, 1987.

SCOTT, Ana Silvia. **Família:** o caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J.M (Orgs). *Nova História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2012.

SCHMIDT, Leonete Luzia. **A constituição da rede pública de ensino elementar em Santa Catarina 1830-1859.** . In: SCHMIDT,L.L; SCHAFASCHEK, R.; SCHARDONG, R. (Orgs). **A educação em Santa Catarina no século XIX: As escolas de instrução elementar e secundária e os debates nos jornais da época.** Florianópolis: DIOESC, 2012.

SCHWEITZER, Josiane. **Criação e ação do departamento de educação em Santa Catarina no período de 1935 a 1942: a educação no período Vargas.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina: 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.** Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1999.

SOARES, Ana Luiza Timm. **Inventando gênero: feminismo, imprensa e performatividades sociais na Rio Grande dos "anos loucos" (1919 a 1932).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná: 2010.

SOARES, Jane de Almeida. **MULHER e educação: a paixão pelo possível.** São Paulo: UNESP, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOIHET, RAQUEL. **A conquista do espaço público.** In: PINSKY, C.B; PEDRO, J.M (Orgs). *Nova História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2012.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf> Acesso em 10.jan.2014.

SOSA, Derocina Alves Campos. **Imprensa e História.** Disponível em: < http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/258/71> Acesso em 02.maio.2013.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil 1549-1910).** Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf> Acesso em dez. 2013.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A Escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918).** São Paulo: Mercado das Letras, 2011.
TEIXEIRA, Arilton. **Catálogo analítico descritivo dos jornais de Laguna (1864-1900)**: o jornal como fonte histórica. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.

TELLES, Norma. **Escritoras, escritas, escrituras**. In: PRIORE, Mary del (Org). *História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2002.

THOMPSON, E P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UNNEBERG, Flávia Soares; PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. **Da "Casa de Bonecas" de Ibsen à Lei "Maria da Penha" no Brasil: A força da arte na discussão social sobre a Igualdade de Gênero.** Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=019d385eb67632a7> Acesso em 12.jan.2014.

ULYSSEA, Ruben. **LAGUNA:. memória histórica**. Brasília, DF: Letrativa, 2004

VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero na docência.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf> Acesso em 01.maio.2013.

ORGANIZAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS

JORNAL ANALISADO

Todas as edições do Jornal O Albor dos anos de 1901 a 1930, disponíveis no Arquivo Público Municipal de Laguna-SC.

NOTÍCIAS SELECIONADAS

1901 – edição de nº 1.
1903 – edições de nº 49, 52, 56.
1904 - edições de nº 70, 97, 99, 113.
1905 - edições de nº 131, 163.
1906 - edição de nº 180.
1908 - edições de nº 284, 289.
1909 - edição de nº 335.
1910 - edições de nº 386, 392.
1911 - edição de nº 441.
1912 - edição de nº 501, 509.
1914 - edição de nº 586.
1915 – edição de n.º 654.
1916 - edições de nº 688, 719, 728.
1917 - edição de nº 773.
1919 - edições de nº 810, 826, 832.
1920 - edições de nº 840, 848, 880.
1921 - edição de nº 893.
1923 - edição de nº 998, 1003.
1925 - edição de nº 1091.
1928 - edições de nº 1260, 1265.
1929 - edição de nº 1331.
1930 - edição de nº 1352.

APÊNDICE 1

Publicações na íntegra selecionadas do jornal *O Albor*

Data: 15/07/1903
N.º da Edição: 49
Título: Club das Magnolias
Assinatura: S/A

Esta sympathica associação de senhoritas realizou a 8 do corrente, nos salões do Club Blondin, um magnífico baile.
Dizendo-se que elle foi do gentil Club das Magnolias, está feita a sua apreciação, porquanto todos sabem o que são as festas por elle organisadas.

Data: 08/10/1903
N.º da Edição: 52
Título: Sem título
Assinatura: S/A

Deve-se exigir de uma mulher: Que a virtude habite o seu coração, que a modéstia brilhe em sua fronte, que a doçura destile de seus lábios e que o trabalho ocupe suas mãos.

Data: 05/11/1903
N.º da Edição: 56
Título: Sem título
Assinatura: S/A

Na mulher, não é a belleza plastica que infunde paixão. O encanto feminino consiste quasi sempre em uma particularidade que nos tóca o coração, verbi-gratia: a melodia da voz, o donaire no andar, a graça do sorriso, a expressão do olhar, a pureza da fronte, o ar de melancholia, a frescura da custis, o cachet de bondade e modestia, a amabilidade, o espirito.
Basta uma dessas especialidades para tornal-a objecto de ardente paixão.
As mulheres muito formosas nem sempre são encantadoras. Falta-lhes o quê.

Data: 05/11/1903
N.º da Edição: 56
Título: O que devemos a nossas filhas?
Assinatura: S/A

Eis o que um jornal americano responde:
Dae-lhes uma instrução elementar. Ensanae-as a preparar alimentos substanciosos, a lavar, a engommar, remendar meias e a fazer sua própria roupa.
Ensinae-as a fazer pão e explicae-lhes que uma bôa cosinha tira muito dinheiro da botica.
Fazei-as bem entender que um mil réis é um mil réis e que só sabe economisar quem gasta menos do que ganha.
Mostrae-lhes que um vestido de chita que se pagou, assenta melhor do que um de seda fiado.
Informae-as de que o rosto são e cheio vale mais do que cincoenta bellezas cançadas de bailes e theatros.
Deixae-as fazer suas compras e averiguar se o debito corresponde ao credito.

Educae-as independentes, briosasm activas e verdadeiras.
Convencei-as, no tempo proprio, de que é melhor um operario honraado, sem fortuna e com sua roupa de burel, do que o elegante e nobre caloteiro.
Fazei-as trabalhar no quintal e conhecer os segredos da natureza.
Se puderdes comportar as despezas, deixae-as aprender musica, pinturas e outras bellas artes, porém de menor importancia.
Ensinae-lhes que um passeio a pé é muito mais saudavel do que de carro, e que as flores do campo e da floresta tem seus encantos para não serem despresadas.
Ensinae-as a desconfiar das apparencias e bem cumprir suas palavras e promessas.
Convencei-as de que a felicidade no matrimonio nao depende de luxo nem de fortuna, porem do respeito e da confiança que os esposos devem ter um para com o outro; pois isso envolve o prazer e o contentamento do lar.
Se tudo isso ensinardes ás vossas filhas e as fizerdes bem comprehender, podeis sem receio deixal-as no mundo, certos de que levarão uma vida modesta, proba e honrada.

Data: 12/02/1904
N.º da Edição: 70
Título: Collegio Municipal
Assinatura: S/A

Abriram-se a 8 do corrente as aulas d'este estabelecimento de educação. Acham-se matriculados nos cursos do Collegio 46 alumnos, sendo do 1.º anno 9; no 2.º 14; no 3.º 5 e no curso primário 18 alumnos. Funccionarão durante este anno aulas das seguintes disciplinas: 1.ªs letras, portuguez, francez, inglez, mathematica elementar, geografia geral e pátria, historia universal e do Brasil, estando além disto a cargo da professora do curso primário o ensino dos trabalhos de agulha.

Data: 20/08/1904
N.º da Edição: 97
Título: Mulheres eleitoras
Assinatura: S/A

A revista russa Mir Bojy, dá em artigo minuciosas informações sobre a applicação, na Noruega, da lei de 1901, que concede á mulher o direito de intervir nas eleições municipaes.
Desde aquelle anno, numerosas mulheres de todas as classes teem emittido o seu voto.
P. Hausen, partidario decidido d'aquella lei eminentemente liberal e auctor do artigo a que nos referimos, descreve a organisação dos comités femininos da Noruega, acrescentando que predomina n'elles o espirito de equidade e a moderação e sobriedade nos discursos.
<Este primeiro ensaio - diz elle - não é concludente, pois muitas mulheres não teem tido a noção clara da independencia, que o exercicio do direito eleitoral requer para ser justificado.>

Data: 02/09/1904
N.º da Edição: 99
Título: Sem título
Assinatura: Deocleciano Martyr

A mulher esposa deverá ser de estatura inferior á do marido, de forma que a cabeça não exceda a altura do seu hombro, afim de que ella encostando o ouvido ao peito dele ouça palpitar-lhe o coração.

Data: 26/11/1904
N.º da Edição: 113
Título: Collegio Municipal
Assinatura: S/A

Foram reduzidos os vencimentos do corpo docente d'este estabelecimento de instrucção. O professor perceberá mensalmente 200$ réis se a frequência fôr até 40 alumnos, vencendo mais de 33$333 por dezena até inteirar 300$000 réis; a professora terá por mez 70$000, augmentando na proporção estabelecida mais 5$000, até perfazer 85$000 réis.

Data: 15/04/1905
N.º da Edição: 131
Título: Mulheres na Inglaterra
Assinatura: S/A

O paiz onde as mulheres não receiam entregar-se aos mais rudes misteres é certamente a Inglaterra. A tal respeito é curiosissima e interessante a estatística que acaba de ser publicada. Figuram nella 212 medicas, 142 mulheres dentistas, 3 veterinarias, 3.699 mulheres artistas, das quaes 212 são pintoras e 1.219 que se consagram ao jornalismo e á litteratura. Estas são as mais felizes, porque, logo em seguida, temos: 219 coveiras, 668 mulheres-cocheiros, 316 mulheres-ferreiros, 6 armeiras, 54 limpa-chaminés, 4 caldereiras, 58 cambistas e 382 caixeiras-viajantes de comercio, das quaes 94 tratam da venda de vinhos, cervejas e licores.

Data: 26/11/1905
N.º da Edição: 163
Título: Chefia Escolar
Assinatura: Polydoro de S. Thiago

Para conhecimento dos interessados, faz-se público que os exames do final do corrente anno lectivo, nas escolas mantidas pelos cofres estadoaes, no districto desta cidade, realizar-se na ordem e dias seguintes:
1ª Escola do Sexo Masculino no dia 1 de dezembro;
1ª Escola do Sexo Feminino, no dia 7;
2ª Escola do Sexo Masculino no dia 5;
Escola Mixta, no dia 6.

Data: 25/03/1906
N.º da Edição: 180
Título: Um casamento original
Assinatura: S/A

Lemos no NOVIDADES de Itajahy, a seguinte notícia:
<<Todos conhecem aqui o sr. Germano Schumann, até ha pouco empregado do Hotel Scheeffer. Apaixonando-se por uma rapariga da Barra do Rio, de nome Anna Sempf e sendo impossivel leval-a ao padre ou ao juiz de paz, por ser casado, cortou o nó gordio da difficuldade desta maneira: apresentaram-se ao tabelião de notas desta cidade e ahi, deante de duas testemunhas respeitaveis, assignaram contracto de viverem como casados.
E agora é bello vel-os diariamente de braços dados passeando pelas ruas da cidade como si a lei e a religião os houvessem unido!>>

Data: 05/04/1908
N.º da Edição: 180
Título: Sem título
Assinatura: S/A

Uma comissão de senhoras americanas acaba de apresentar á comissão de constituição e poderes do senado e da camara dos Estados Unidos, uma petição para que o suffragio se extenda ás mulheres.

Data: 15/05/1908
N.º da Edição: 289
Título: A mulher
Assinatura: S/A

Poesia da natureza, e, segundo o Genesis, a primeira flôr desabrochada no paraizo terrestre; estrella rutilante, que conduz o batel da virtude ás praias da felicidade, é ornamento do mundo, protegendo o nosso berço, rodeando de seus cuidados a nossa infancia, ajudando-nos a supportar os trabalhos da vida - a derradeira consolação da nossa velhice.
Sem a mulher, a aurora como o occaso da vida seriam cheios de tristeza e desgostos, e o meio-dia sem prazer.
A mulher na pagina da historia sociologica já tem representantes que bem patenteam o seu genio feminil: - na belleza, Phtinéa, na illustração, Hypathia, nas armas, Amelia Camarão d'Arc, Pucella de Orleans, á luz da rampa, entre flôres e palmas, Ristori e Sarah Bernhardt.
Em summa, a mulher e as flores são que enfeitam e guarnecem a terra, a que o Creador deu o nome de Paraizo.

Data: 04/04/1909
N.º da Edição: 335
Título: Sem título
Assinatura: S/A

E’ de 120 o numero de moças matriculadas nas escolas de pharmacia e de cirurgia-dentaria, em S. Paulo.

No fim do corrente anno formam-se tres moças, sendo duas em direito e uma em engenharia.

Data: 03/04/1910
N.º da Edição: 386
Título: Acção de divórcio
Assinatura: S/A

Por sentença de ante-hontem, do exmo. sr. dr. Juiz de Direito desta comarca, foi decretado o divorcio do sr. João Americo da Costa e d. Maria de Araujo Costa, em virtude da acção promovida por esta, com fundamento nos §§1º, 2º e 3º do Dec. n. 187 de 24 de janeiro de 1890.

Data: 15/05/1910
N.º da Edição: 392
Título: Caso interessante
Assinatura: S/A

Ha cerca de tres mezes, appareceu na cidade de Tubarão um rapaz de nome Jordelino Raphael trabalhando na plantação de arroz do sr. Herminio Paladini, sita no lugar Ilhota.
Jordelino é muito trabalhador, mas prefere sempre empreitadas a 1$500 réis por braça, por não gostar de estar entre os demais empregados.
No dia 8, porém, d'este mez, com espanto geral de todos, como num caso digno de registro, ficou averigualdo que aquelle rapaz que se mostra tão cumpridor de seus deveres não pertence ao sexo barbado, pois é uma mocinha.
O seu nome verdadeiro é Prudencia Maria de Jesus, tem 16 para 19 annos de idade, natural de Cannasvieiras, n'este Estado, filha dos finados José Dias Rangel e Maria Raphaela de Jesus.
Veste calça, paletot, camisa, collarinho, usa meia cabelleira, atira perfeitamente de espingarda, sendo também barbeira.
Ha cerca de 2 annos e 8 mezes, usa trajes masculinos e sendo inquerida pela autoridade competente a respeito do motivo que a determinou a deixar as vestes proprias de seu sexo, declarou que era só para poder melhor ganhar os meios de subsistencia, como para não ser atacada em sua honra.
Prudencia dizem ser pura e quando appareceu no Tubarão, acompanhava uma moça, sobrinha de uma cavalheiro residente n'aquella cidade, da qual se dizia marido.
Estas declarações da moça perante a autoridade, no dia 8 nos foram transmittidas por pessoa d'esta cidade, que então se achava no Tubarão.

Data: 23/04/1911
N.º da Edição: 441
Título: O homem e a mulher
Assinatura: S/A

O homem é a mais elevada das creaturas. A mulher é o mais sublime dos ideaes.
Deus fez para o homem um throno, para a mulher um altar. O throno exalta, o altar santifica.

O homem é o cerebro. A mulher é o coração. O cérebro fabrica a luz, o coração produz o amor. A luz fecunda, o amor ressuscita.
O homem é genio. A mulher é anjo. O genio immensuravel, o anjo é infinivel. Contempla-se o infinito, admira-se o inefável.
A aspiração do homem é a suprema gloria. O homem tem supremacia, a mulher a preferencia. A supremacia significa a força, a preferencia representa o direito.
O homem é forte pela razão. A mulher é invencivel pelas lagrimas. A razão convence, as lagrimas commovem.
O homem é capaz de todos os heroismos, a mulher de todos os martyrios. O heroismo enobrece, o martyrio sublimisa.
O homem é um codigo, a mulher um evangelho. O codigo corrige, o evangelho aperfeiçoa.
O homem é templo. A mulher o sacrario.
Ante o tempo descobrimo-nos, ante o sacrario ajoelhamo-nos.
O homem pensa. A mulher sonha. Pensar é ter no craneo uma lava, sonhar é ter na fronte uma aréola.
O homem é oceano. A mulher é o lago. O oceano tem a perola, que adora, o lago tem a poesia que deslumbra.
O homem é a aguia que vôa. A mulher é o rouxinol que canta. Voar é dominar o espaço, cantar é conquistar a alma.
O homem tem um pharol - a consciência.
A mulher tem uma estrella - a esperança.
O pharol guia, a esperança salva: enfim: - o homem está collocado onde termina a terra. A mulher onde começa o céo.

Data: 21/04/1912
N.º da Edição: 501
Título: Recenseamento escolar
Assinatura: S/A

Somos informados que já está concluido o trabalho do recenseamento da população infantil matriculavel nas escolas publicas estadoaes desta cidade.
Ha cerca de dois mezes, tivemos occasião de assistir a maneira porque era feito esse serviço, e notamos o escrupulo e maximo cuidado do pessoal recenseador, composto de moços distinctos e intelligentes. Devemos, portanto, acreditar que o resultado dessa estatistica, especialisada para o fim de se conhecer o numero de crianças em condições de matricula no curso primario do ensino publico estaadoal, seja a genuina expressão da verdade, podendo assim o governo confiar nos elementos que por essa forma foram colhidos.
Pelo que sabemos, attingiu ao numero de 923 crianças o arrolamento, sendo 457 do sexo masculino e 466 do sexo feminino, todas de idade entre 7 e 14 annos.
Distribuida esta população pelas sete escolas desta cidade, pode-se verificar que a cada uma tocaria nunca menos de 121 crianças; o que constituiria um excesso de matricula, prejudicial ao ensino.

Data: 16/06/1912
N.º da Edição: 509
Título: Grupo Escolar Jeronymo Coelho
Assinatura: S/A

Conforme as ultimas noticias, que nos chegam pelo telegrapho e em cartas, está para breve a inauguração desse estabelecimento de instrucção primaria, creado pelo nosso patriotico governador do Estado, o Exmo. Sr. Coronel Vidal Ramos, cuja administração fecunda tem-se imposto à gratidão do povo, principalmente no que respeita a melhoramentos no ramo do ensino publico, presentemente em animadora phase de uma remodelação criteriosa e inspirada nos mais proficuos e modernos moldes.

Terminado, como se acha quasi totalmente, o edificio em que vae funccionar o Grupo Jeronymo Coelho, não ha mais motivos para não contarmos, desde já, com a effictividade desse instituto escolar, tanto mais que já se lhe deu o respectivo diretor e foram nomeadas as cinco professoras normalistas que fazem parte de seu corpo docente.

Assim pois, é fôra de duvida que a nossa cidade, dentro em poucos dias, entrará definitivamente no goso desse magnifico beneficio, que tão inteiramente se liga ao bem estar da sociedade, prepararando-lhe um futuro opulento de nobres aspirações e prospero na applicação da sua actividade colletiva.

É caso para jubilar-nos e com os mais effusivos sentimentos de gratidão bendizermos a acção carinhosa do governo que tão extraordinária medida de interesse real e legitimo, pelas necessidades do povo, por essa forma nos proporciona, fornecendo aos nossos filhos os elementos mais vitaes para o seu futuro desenvolvimento no seio da nossa grande pátria.

A nossa população infantil, em condições de atrícula no Grupo Escolar, é mais numerosa nesta cidade, como bem demonstrou o ultimo recenseamento que, para esse fim, em Abril deste anno, há effectuado por entermedio da chefia Escolar deste município, verificando-se a existencia de cerca de mil crianças de idade, desde mais de 6 annos e menos de 14; isto é, crianças todas no caso de cursarem as escolas de ensino das primeiras lettras.

Toda esta volumosa colmeia infantil, si bem que até agora não tenha estado de todo abandona a uma absoluta ignorancia, pois que o districto de nossa cidade conta sete escolas estadoaes de ambos os sexos, toda via, não tem tido as necessarias condições de ensino, nem pelo numero, nem pela natureza das fontes instructoras; sem que com isto queiramos melindrar aquelles que ralmente se dedicam, com probidade e proficiencia, aos arduos deveres do cargo de preceptor escolar.

para constatar a nossa opinião, quanto á defficiencia de estabelecimento de instrucção primario, só aqui na circumscripção urbana, basta considerar que as nossas sete escolas, para ministrarem ensino ás mil crianças, do ultimo recenseamento, teriam de, cada uma dellas, matricular cerca de 143 alumnos: uma verdadeira monstruosidade de serviço dessa natureza; porquanto, alem de 60 discipulos, não produz o trabalho didactivo, effeito apreciavel, sendo que na maioria dos casos, os resultados são desanimadamente negativos.

Com a installação do Grupo, entretanto, é natural que desappareça, quasi por completo, por causa obstructora do desenvolvimento desse serviço entre nós e si ainda algum ligeiro obstaculo não fôr desde logo removido, é certo, em todo o caso, que a constancia e os trabalhos subsequentes do Estabelecimento e os bons resultados que dessa instituição se fôr colhendo, determinarão, sem a minima

contestação, epocha bem proxima, o mais feliz e prospero exito e a instrucção primaria será completa e aquella mesma, de que cogitam e a que se propoem o novo regulamento de Ensino estadual e a boa e sapiente vontade de s. exa. o coronel Vidal Ramos.
Que não se demore, pois, a inauguração do Grupo Escolar “Jeronymo Coelho” taes os nossos votos vehementes pelo amor á causa da instrucção e mais ainda por amor desta grande terra, cujos filhos magnanimos de alma, obres de caracter, intemeratos de animo, comprehendem que a instrucção diffundida com sabedoria é o mais poderoso elemento do progresso das nações.

Data: 01/01/1914
N.º da Edição: 586
Título: Collegio “Stella Maris”
Assinatura: S/A

A 28 do mez findo encerraram-se as aulas do collegio "Stella Maris", habilmente dirigido pelas Irmãs da Divina Providencia.
Não quizeram, as bondosas Irmãs, afastar-se, embora temporariamente, de suas queridas alumnas, sem lhes proporcionar ensejo de, mais uma vez, mostrarem o aproveitamento conseguido durante o anno lectivo, naquella data terminado.
É sempre bastante agradavel assistir-se ás festas realisadas naquella casa de instrucção, onde, alem do mais, a bondade das pacientes professoras se confunde com a infantil alegria de suas alumnas.
A parte litteraria - musical, de cujo desempenho se incumbiram os diversos alumnos e alumnas, teve fiel execução.
A exposição dos trabalhos, visitada por grande numero de pessoas, foi muito apreciada.
A agradavel festa terminou com a distribuição de premios ás alumnas e alumnos que mais se distinguiram durante o anno, distribuição essa de que foi encarregado o sr. Superintendente Municipal.

Data: 06/06/1915
N.º da Edição: 654
Título: Professor Orestes Guimarães
Assinatura: S/A

Com o fim de fiscalisar o Grupo Escolar Jeronymo Coelho e a Escola Complementar, chegou homtem a esta cidade, pelo Anna, acompanhado de sua exma. esposa, d. Casilda Guimarães, o competente professor, sr. Orestes Guimarães, inspetor Geral de Ensino.
Cumprimentamol-o.

Data: 30/01/1916

N.º da Edição: 688
Título: O salão ou a família
Assinatura: S/A

Nas nossas sociedades modernas emancipadas de antigos preconceitos, a Mulher acha-se no mesmo plano que o homem, posto que os seus attributos sejam oppostos. O Homem representa a força, a Mulher a beleza. A discordia ha de existir sempre, desde o momento em que a Mulher pense em abandonar a sua funcção esthetica para se tornar a força - querendo provar ao homem que póde competir com elle, ou pelo trabalho, ou pelo pensamento. Quando este desafio se realisam a funcção moral da Mulher desapparece e a familia torna-se impossivel. É o que succede nas regiões onde a Mulher trabalha mais que o homem, e é o que succede nas sociedades européias, onde a Mulher procura ser superior ao homem, ou pelo espirito falado ou pelo escripto. D'aqui resulta que para a Mulher moderna ja apenas dois caminhos a seguir - ou o salão, ou a família. Quando a família é simplesmente o salão, a Mulher está perdida porque é inutil. Quando é simplesmente família - todo o respeito que devemos ter por ella é pouco, porque immenso é o seu coração.

Data: 15/09/1916
N.º da Edição: 719
Título: As mulheres querem votar
Assinatura: Marianna de Noronha Horta

De Bello Horizonte recebeu ha a Camara dos Deputados federaes o seguinte e curioso requerimento, de uma senhora que pede o direito do voto para o seu sexo: << A abaixo assignada, convencida de que a Constituição não faz a distincção entre homens e mulheres quando diz que têm o direito do voto todos os brasileiros maiores de 21 annos vem respeitosamente pedir as vossas excelenciaes decretem o direito do voto das mulheres, pondo termo a uma distincção que a lei basica da República não creou>>

Data: 19/11/1916
N.º da Edição: 728
Título: Sem título
Assinatura: S/A

Uma moça intelligente depois de haver conquistado o diploma de normalista, é aconselhada por suas professoras a seguir o curso de psycchologia e outro especial de physiologia. Feita a despedida da escola, volta para casa e conta a sua mamãe as suas aspirações, mas a velha responde: - Minha filha depois de aprenderes cosinhologia, remendalogia, varrelogia e trabalhologia, então poderás estudar isso que desejas e que as tuas mestras te disseram.

Data: 07/10/1917
N.º da Edição: 723
Título: Em Sambaqui louco que mata a esposa
Assinatura: S/A

Em Sambaqui, povoado proximo ao Mirim, teve lugar no dia 1º do corrente, uma triste scena de sangue, cujo protagonista da tão horrivel tragedia, foi o infeliz louco Ramildes Pinho, que atacado de um forte accesso de sua velha loucura, lançou mão de uma faca de mesa, degolando em seguida a propria esposa gravemente enferma.
A infeliz senhora, veio a fallecer uma hora depois, deixando na orphandade diversos filhos menores.
Ramildes logo após a consumação do inconsciente crime, tentou suicidar-se, cravando no pescoço um canivete, produzindo um grande ferimento que o fez perder muito sangue.
No dia 2 chegou elle a esta cidade devidamente amarrado sendo internado provisoriamente na cadeia velham seguindo finalmente para MAX.

Data: 22/06/1919
N.º da Edição: 810
Título: Pela instrucção
Assinatura: José Duarte De Magalhães

Communico aos interessados que, por decreto do Exmo. Sr. Governador do Estado, de 17 do corrente, foi prorrogada a época dos exames, para professores provisórios, até 15 de agosto do anno actual. Os candidatos que quiserem inscrever-se, o farão nesta Inspectoria, mediante requerimento sellado, acompanhado dos seguintes requisitos:
com um sello estadoal de 5$000 rs. e acompanhado dos seguintes requisitos:
a) documento pelo qual provem ser brasileiros;
b) certidão de idade, provando mais de 18 annos;
c) attestado medico, provando que foram accinados e que não soffrem de qualquer molestia;
d) licença dos maridos, se as casadas e licença paterna, se forem solteiras;
e) attestado da policia ou folha corrida, provando bom comportamento.
Cada documento deve ter um sello estadoal de 1$200 rs., excepto a certidão de idade, que alem do sello federal em cartorio, levará mais um sello estadoal de 400 rs,
Cada candidato, no acto do exame deverpa apresentar um sello estadoal de 2$000 rs., para o termo do mesmo exame.
Inspectoria Escolar, do 4º Districto, em Laguna, 19 de junho de 1919.

Data: 12/10/1919
N.º da Edição: 826
Título: O Feminismo no Brasil
Assinatura: S/A

A Noite, do rio, publicou a 24 de Setembro ultimo, o seguinte:

A professora Leolinda Daltro é candidata nas próximas eleições municipaes. Disputa uma cadeira de intendente pelo 1º districto, a cujo eleitorado vae dirigir-se, dentro de poucos dias, em manifesto.
Não confia muito a professora no resultado das urnas. Não importa, porem. Ella ficara satisfeita, não só com o abrir caminho a outras, animando-as à lutarem favor

da emancipação do seu sexo, como tambem em provocar debates em torno do momentoso problema, que é o de conferir direitos políticos às mulheres.
A professora Daltro nos adiantou em linhas geraes o seu manifesto, que começa pelas seguintes palavras:
<Iniciando uma nova praxe - que é mais um passo de vertiginoso progresso do presente da humanidade, inaugurando novas éras, de prosperidade e de paz - tenho a honra de me apresentar ao publico honesto e ao nobre eleitorado da capital da Republica, propondo-me a representar os interesses collectivos no Conselho Municipal do Districto Federal.
Os meus antecedentes são assás conhecidos e bem ou mal julgados, acham-se, desde larga data, no domínio publico.
Iniciei, destemidamente, o tentamen da educação e instrucção normal e Liga do Selvicola Brasileiro. Encetei também, e em primeiro lugar entre nós, o trabalho de emancipação social e política, da mulher patricia. Tenho me debatido pelos aspectos os mais importantes e palpitantes do problema humano: - a libertação do Selvicola, da Mulher e do Proletariado, e sua incorporação na sociedade hodierna.
Como mulher que sou, predominando o Altruísmo, tenho me preocupado com o llivio necessario dos soffrimentos humanos, investigando os meios praticos de diminuir a miseria e a dor, e de conseguirmos melhor distribuição da justiça, natural e social.
O exemplo dos povos os mais adequados serve-me de norma para os meus conterraneos e, especialmente para as minhas mais illustres patricias.
Pois, como considerar a humanidade organisada, social e politicamente, si for excluida e rechassada desse seio, a sua parte affectiva, inspiradora suprema da Fraternidade Humana?!.
Apezar de se tratar, pois, de uma innovação, e de um primeiro passo no sentido de nossa verdadeira emancipação política, apresento-me, confiante ao digno eleitorado do 1º districto, pedindo-lhe permissão para traçar-lhe o meu programma ou plataforma política, cuja execução será por mim fiel e corajosamente realisada>.
Passam depois, a professora Daltro a expôr o seu programma, dividido em capítulos, dos quaes o primeiro é dedicado a agricultura, e que começa por estas palavras.
< É extranhavel, talvez, que me occupe, antes de tudo da Agricultura? O que é, porém, ainda mais extranhavel é o aspecto dos arredores da nossa capital, num paiz < essencialmente agrícola!...>
Mostra, a seguir, que as agglomerações da cidade, acarretam o desenvolvimento da vadiagem involuntaria, manifestando-se partidaria do cultivo dos latifudios baldios que circumdam a nossa capital, assim como do lançamento sobre esses terrenos de impostos tão pesados que os seus proprietarios sejam obrigados a cultival-os, arrendal-os ou vendel-os, oi que sejam desapropreados em beneficio publico e distribuidos a operarios e a funccionarios do Estado ou do municipio, mediante condições.
O segundo capitulo trata da instrucção. O governo não deve abandonar o alumno na porta da escola primaria, diz o manifesto. É necessario desenvolver a instrucção profissional, artística, industrial e agricola, para que o menino ou a menina, ao sairem da escola, já encaminhados na vida, possam pagar com gratidão a dívida que contrairam com a nação.
Lembra também a instituição de premios para os mais applicados, auxilios para os mais aptos de entre os estudiosos e o restabelecimento da lei Medeiros, que confere gratificações addicionaes aos professores qe apresentem o exame, annualmente, um certo numero de alumnos. Promette ainda pugnar pela creação de um

estabelecimento destinado à cultura physisca e do ensino itinerante, devendo os professores percorreras zonhas suburbanas e ruraes, disseminando a instrução pratica e utilitaria, munidos de uma biblioteca ambulante.
Intitula-se - Socorros Publicos o terceiro capitulo. O manifesto entende que toda a legislação municipal nesse ponto, precisa ser alterada, devendo ser adoptadas medidas especiaes para intensificar a producção local, quer abolindo impostos que ainda a oneram, quer desenvolvendo entre os pequenos agricultores o auxílio mutuo, pela protecção as suas cooperativas de consumo e credito, administradas pelos proprios interessandos; quer concedendo a agricultores praticos pequenos lotes de terreno, instrumento agricolas e outros materiaes necessarios pagaveis em prestações mensaes e proporcionaes á propria producção; quer, enfim, creando feiras livres e mercados cooperativos para a venda de productos da pequena lavoura. Refere-se, depois, aos meios de conducção e transportes, não só melhorando as estradas existentes, como construindo novas, com especialidade as vicianes, tendo se em vista tambem a diminuição dos frees. Trata, a seguir, da regulamentação do trabalho, promettendo a candidata propor a creação de uma assistencia ou repartição especial, tendo em vista, entre outras cousas, o controle do trabalho, dos salarios, pagamentos patronaes, indentificar e dar garantias a trabalhadores da industria particular ou domestica. O problema das habitações para a pobreza e a regulamentação do inquilinato são assumptos de que, eleita, se ccupará no Conselho. Vem, depois, o quarto capitulo - Amparo - em que a professora Daltro declara que proporá a creação de uma colonia infantil na qual se eduquem para a vida pratica, principalmente para a lavoura, as creanças abandonadas, orphãs ou aquellas cujos paes não as possam educar.
Para a velhice, de que também cogita, lembra a creação de um retiro para individuos maiores de 60 annos, com organisação modelada pelas melhores instituições desse genero. E termina, assim, o manifesto:
julgo não ser preciso accrescentar mais nada para deixar claro e patente que tenho plena consciencia do papel que vou representar e que levo para o meu posto de luta e devotamento á causa do bem publico um programma nitido, vasto e claramente delineado. Confio-vos, pois, eleitorado nobre e independente, o patrocinamento da causa que defendo em prol da posteridade! Certa de que comprehendereis o alcance extraordinario de um precedente unico em nosso meio social, conto com o vosso consciente suffragio, bem como o vosso precioso concurso na realisação futura de nossos Ideaes, de nossas Aspirações e de nossas Esperanças!

Data: 09/11/1919
N.º da Edição: 832
Título: A’s Mães Catharinenses
Assinatura: S/A

Achando-se a moça, de hoje sob as influencias de diversas causas de deletereos effeitos moraes, como; o cinema com as suas scenas um tanto livres; as modas modernas com os seus vestidos de decotes exagerados, mangas e saias curtas e de tecidos transparentes; as novas e exageradas danças, nas quaes não se procura, como outr'ora, um effeito artistico na arte choreographica, mas sim na exhibição de posições pouco decorosas é de louvar-se e de ouvir-se com agrado e merecidos applausos as vozes de protestos como as que na capital do Estado surgiram no

nosso collega Republica, duma distincta catharinense que occulta se modestamente sob o pseudônimo de Uma Tijuquense.
Emprestamo-nos todo o nosso apoio á brilhante campanha de saneamento moral ,que ardentemente se devotou aquella distincta patrícia.

Data: 18/01/1920
N.º da Edição: 840
Título: Cidadão é homem e mulher?: o direito de voto ao Bello Sexo e a opinião do sr. Lauro Muller
Assinatura: S/A

Um senador vae apresentar, ao projecto de lei eleitoral, do Sr. Bueno de Paiva, uma emenda mandando conceder o direito de voto ás mulheres maiores de vince e cinco annos de edade.
Diversos senadores vão votar pela emenda e acredita se que ella se encorpore á nossa legislação.
O sr. Lauro Muller vae combater a proposta.
Não é que eu ache a mulher incapaz de bem exercer esse direito - disse S. Ex. Penso até que algumas mulheres tem mais capacidade que certos homens.
Não sei porque, uma senhora que toma um bonde e á hora certa, entra para o Ministerio do Exterior, e senta-se á sua secretaria, trabalha e recebe seus vencimento no fim do mez, uma senhora que no concurso tirou o primeiro lugar e é funccionaria não sei porque, repito, essa senhora não pode intervir nas eleições e ter opinião sobre os seus dirigentes. Combaterei, porém, a emanda, argumentando com ella propria. Se na linguagem da Constituição <<cidadão brazileiro>> quer dizer homem e mulher, esta deve ser eleitora e para o seu alistamento devem exigir-se os mesmos attributos que ao homem e, neste caso, basta que tenha 21 annos. Se, porem, <<cidadão brazileiro>>quer dizer homem, a mulher não pode, pela Constituição votar.
Como se vê os debates sobre o assumpto vão ser interessantes.

Data: 14/03/1920
N.º da Edição: 848
Título: Hygiene Moral
Assinatura: Gelson Gomes

A imprensa, ulimamente, tem se manifestado com ardor contra a maneira exaggerada de vestir.
Alguns chronistas até têm dito (talvez por arroubo de imaginação) que, em Sodoma, antiga cidade da Palestina, celebre pela devassidão que lá imperava, o que excitou a colera divina a soterral-a, existiam da parte das mulheres, mais decencia e proposito no modo de trajar. Não haventurar-me-hei, entretanto, a tal affirmar; parece, porém, que estamos nos encaminhado para o despudonor d'aquella época,

attent ao que ora se observa com surpreza e assombro!! E dizer-se que estamos no seculo vinte, éra da civilização!...
Nao ha duvida, é um bello exemplo de aperfeiçoamento ed costumes que servira de esarneo e vergonha á póstera geração!...
Penso não haver vantagem alguma no que possa redundar em beneficio d'uma dama, o uso estravagante de vestuarios transparentes, atravéz dos quaes apparecem voluptuosas, as formas de seu corpo.
A mulher, jovem e formosa deve primar pelo recato, afim de que possa impor sympathia, amor e confiança ao cavalheiro que venha pretendel a para esposa. O attractivo mais enobrecedor da mulher aos olhos do homem, é o da virtude; e este não poderá possuir, aquella que se mostra semi-nua nas reuniões públicas ou em salões de baile.
Não é por esses meios que se pensa fazer nascer affeicções; e sim pelos sentimentos de moral, dignidade e pudor, que deverão ser defendidos com o maximo enthusiasmo e devotamento porque nelles estão encerrados a sua honra.
E emquanto, abstrahidas n'essa athmosphera de illusões, se entretêm com arrojo as desajuizadas damas, as meninas, que tudo observam na sua pureza, vão procurando imital-as, achando ser tudo isso muito natural.
Pena é que essas innocentes chrysalidas vão tendo tão lindos exemplos em suas mães ou irmães, mulheres moças e encantadoras, mas de almas viciadas, que inconscientemente se deixam perder moralmente por entre falsos louvaminhos, enquamto a voz da maledicencia se faz ouvir.

Data: 14/11/1920
N.º da Edição: 880
Título: Sem título
Assinatura: S/N

Mathilde Neves, avisa ás suas amigas e clientas que já está trabalhando, fasendo todo e qualquer serviço concernente á arte, trabalhos feitos completamente sem dôr, por preços modicos e a prestações. Consultas todos os dias uteis das 9 ás 17 horas.
Gabinete dentario.
Praça Conselheiro Mafra n. 13

Data: 27/02/1921
N.º da Edição: 893
Título: Sem título
Assinatura: S/N

E' uma historia triste: em Viçosa nas Alagoas, um homem de certa edade, de nome Bertho de tal apaixonou se por uma senhorita, pertencente á boa família, mas muito joven. Para conquistar o coração da rapariga, cercou-a de galanteios, offerecia-lhe constantemente presentes assim como a seus paes.
Bertho tinha alguma cousa, e isso concorreu para que os paes da moça não se desgostassem do namoro e mesmo a elle fechassem os olhos.
Ao cabo de tanta gentileza, de tanta bondade, a menina accedeu ao pedido de casamento, para contentar os progenitores, entregando-se como uma victima do destino...
Nos primeiros dias tudo foram alegrias, para a familia e para o esposo. A noiva, porém, mantinha-se sempre a mesma. Ria, quando queriam que ella risse; falava,

quando lhe dirigiam a palavra; era mais ou menos um automato nas mãos daquelle homem.
Por fim, passados quinze dias, vendo Bertho que sua mulher não tinha mais um sorriso nos labios, que vivia empurrada pelos parentes, sempre triste, apathica, chamou-a a conta. E possivel, que ella lhe tivesse feito saber que não cásara por amor.
O que se sabe é que Bertho, certo dia, no mez de setembro, convidou a esposa para uma excursão a um dos arrebaldes; á noite, aquelle individuo appareceu em um armazem de estrada, bebeu aguardente e ninguem mais o viu.
No dia immediato, perto da cidade foi encontrada a cabeça e espalhados pelo terreno pedaços do corpo daquela infeliz moça, victima daquelle feroz e ciumento esposo.

Data: 01/04/1923
N.º da Edição: 998
Título: Sem título
Assinatura: S/N

A esposa: - Está completa a educação de nossa filha Mariquita sobre pintar, tocar piano, vestir-se a ultima moda e completou o curso gymnasial. O Esposo: - Muito bem. Occupemo-nos agora em arranja-lhe um marido que saiba cozinhar, costurar e tratar os demais serviços da casa.

Data: 08/06/1923
N.º da Edição: 1003
Título: A mulher
Assinatura: S/N

A obra prima da Criação é a especie humana, não há duvida. Que a mulher é, comtudo, a verdadeira obra prima, a joia, por excellencia, que orna o Universo, ninguem contesta. O Homem é um animal rude, talhado brutamente para resistir á brutalidade da Natureza. A Mulher é um ente fragil, delicada, que Creador collocou sob a protecção do Homem. Este vive para os outros; a Mulher não, vive para o Homem. Desde se indagam o talento, as aptidões, a profissão, o estado, a producção: tudo, enfim, que nao é elle, que delle, porém, dimana; da Mulher, porém, se pergunta pela belleza, pelo encanto, pelo que ella é.

Data: 18/01/1925
N.º da Edição: 1091
Título: Um lar desfeito
Assinatura: S/N

A's primeiras horas da manhã de 16 do corrente foi a nossa população bruscamente alarmada com a noticia de uma dolorosa tragedia occorrida no arrabalde do Mar-grosso.

O dr. Tobias Xavier, engenheiro electricista da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, em um momento de allucinação, assassinara sua esposa, d. Thereza Xavier, disparando sobre ella, por duas vezes, o seu revolver.
A tragica noticia desse lamentavel facto foi recebida, pela população, com visivel consternação, não só por constituir elle o primeiro caso aqui consummado, como por ser delle protagonista um moço que entre nós goza de grande estima e consideração.
O motivo que levou o dr. Xavier a tamanho desespero é por emquanto desconhecido.
Elle, com 30 annos de idade, ella apenas com 22, deixam tres innocentes criancinhas privadas dos carinhosos affagos de seus paes.
o dr. Tobias Xavier, após a perpetração do crime entregou-se á prisão.
O cadaver de sua mallograda esposa foi transportado para a casa em que residia o casal, nesta cidade, de onde sahiu o enterro ás 8 horas da manhã de homtem.

Data: 17/06/1928
N.º da Edição: 1260
Título: Voto feminino
Assinatura: S/N

O eminente jurisconsulto, dr. Clovis Bevilacqua, em carta dirigida ao dr. J. Lamartine, presidente do Rio Grande do Norte, externa-se do seguinte modo sobre a legitimidade do exercício do voto pela mulher brasileira:
Meu caro Lamartine.
Quer você saber a minha opinião sobre a capacidade política da mulher brasileira, em face da Constituição Republicana. E' assumpto que está na ordem do dia, e portanto é natural que tenha eu, como todos, volvido o pensamento para elle. NÃO VEJO ONDE SE POSSA ABRIGAR UMA OBJECÇÃO AO DIREITO LEGAL DE SER A MULHER BRASILEIRA ELEITORA E ELEGÍVEL PARA OS CARGOS QUE SE PREENCHEM POR SUFFRAGIO POPULAR.
Não me deterei na apreciação do elemento da lei fundamental do Brasilm e olho sómente para o seu dispositivo claro. A mulher é cidadã brasileira (art. 69), não perde a sua qualidade de brasileira pelo casamento, antes influe para tornar o seu conjuge brasileirom se se casa com estrangeiro. Quer isto dizer no systema constitucional que nos rege a cidadania é qualidade de lei ee assegura á mulher do modo mais completo. Consequentemente os deveres e direitos do brasileiro lhe competem como ao homem.
Assim, quando a constituição declara, no art. 70 que são eleitores os cidadãos maiores de 21 annos que se alistarem na forma da lei, abrange o homem e a mulher, porque ambos são cidadãos e, porque, como é sabido, ONDE A LEI NÃO DISTINGUE NÃO DEVE O INTERPRETE DISTINGUIR.
Além disso, se a Constituição quizesse excluir a mulher dos direitos conferidos pelo art. 70, principio, tel-ia incluido nas exclusões constantes do paragrapho 1º. Não o fez; logo esta ella comprehendida no princípio da clausula.
A urgencia da resposta não me permitte encarar assumpto por outros prismas, mas você pede duas linhas e eu lhe escrevo muito mais do que isso.

Data: 26/11/1928
N.º da Edição: 1265
Título: Deveres do professor
Assinatura: Trujilo Ulysséa

De todos os misteres, sem dúvida o que mais responsabilidade acarreta, é o do magistério. Em nossos tempos, ainda poucos comprehendem o que seja um bom professor; homem que deve ser dotado de um certo desprendimento material, ele deve olhar para os seus discípulos como seus filhos, e ter a eles um grande amor; se os alumnos são do sexo feminino, deve trata-los, como um pae trata seus filhos.
No tempo hodierno, difficil se torna encontrar um moço que comprehenda a grande responsabilidade que assume ao entrar no magisterio; elle vai ser o pae de seus alumnos; deve independente do bom methodo, procurar tratar seus alumnos, com muito respeito; castigal-os quando merecerem, porem o castigo deve ser, não corporal, mas applicado de maneira ao alumno comprehender o mal que causará o fructo de sua desobediencia; se a criança é castigada, e o castigo é corporal, ella julga que só obedecerá apanhando, e com o medo que tem do professor, em sua presença se comportará bem o que não acontecerá na ausencia.
Ha crianças quer por serem muito mimosas, não sabem respeitar o professor, outras por serem dotadas de genio iracivo, e outras que são victimas da má educação que recebem de seus paes.
Tudo isto deve o professor saber antes de tomar a si a responsabilidade de mestre, afim de que desses ensinamentos nasça em seu coração, o amor pelos alumnos, e a boa harmonia com os seus collegas, sendo assim, um formador de almas novas, para uma geração futura.

Data: 14/04/1929
N.º da Edição: 1331
Título: Interessante história de uma jovem que passou quatro annos vestida como homem.
Assinatura: S/A

A policia acaba de entregar ao juiz de menores a jovem Amelia Cesar de Almeida, natural de Passo Fundo no Estado do Rio Grande do Sul.
A historia da jovem Amelia é um amontoado de vicissitudes. Conta ella que foi abandonada pelo seu progenitor quando apenas contava 15 annos de edade. Vendo-se só, teve de trabalhar para viver e, no receio de perder a sua honra, coisa que zela acima de tudo, resolvera passar por homem. Para esse fim, vestira se de roupas masculinas e entregara-se sempre aos trabalhos proprios do outro sexo, sem jamais transparecer a sua condição de mulher.
Percorrera todas as cidades de Santa catarina e Paraná, sempre trabalhando. Finalmente, fôra descoberta em Botucatú, onde chefiava uma turma de 25 trabalhadores ruraes.
Interpellada por um jornalista, Amelia conta episodios interessantes da sua existencia em <<travesti>>. Diz, por exemplo, que teve muitas vezes de dormir ao relento, á beira das estradas e que, nessas occasiões, sentia verdadeiro pavor quando se via ao lado de uns negros tão feios que faziam medo. Chegara a passar fome, nas difficuldades para arranjar trabalho.

Amelia conta presentemente 19 annos. Os seus quatro annos de <<homem>> empregou os trabalhando como caixeiro, lenhador, capinador, tratador de café e calceteiro. A policia e o juizado de menores estão á espera de informações das autoridades gaûchas, para tomar a decisão definitiva sobre a sorte da joven.

Data: 11/05/1930
N.º da Edição: 1352
Título: Feminismo
Assinatura: Aél

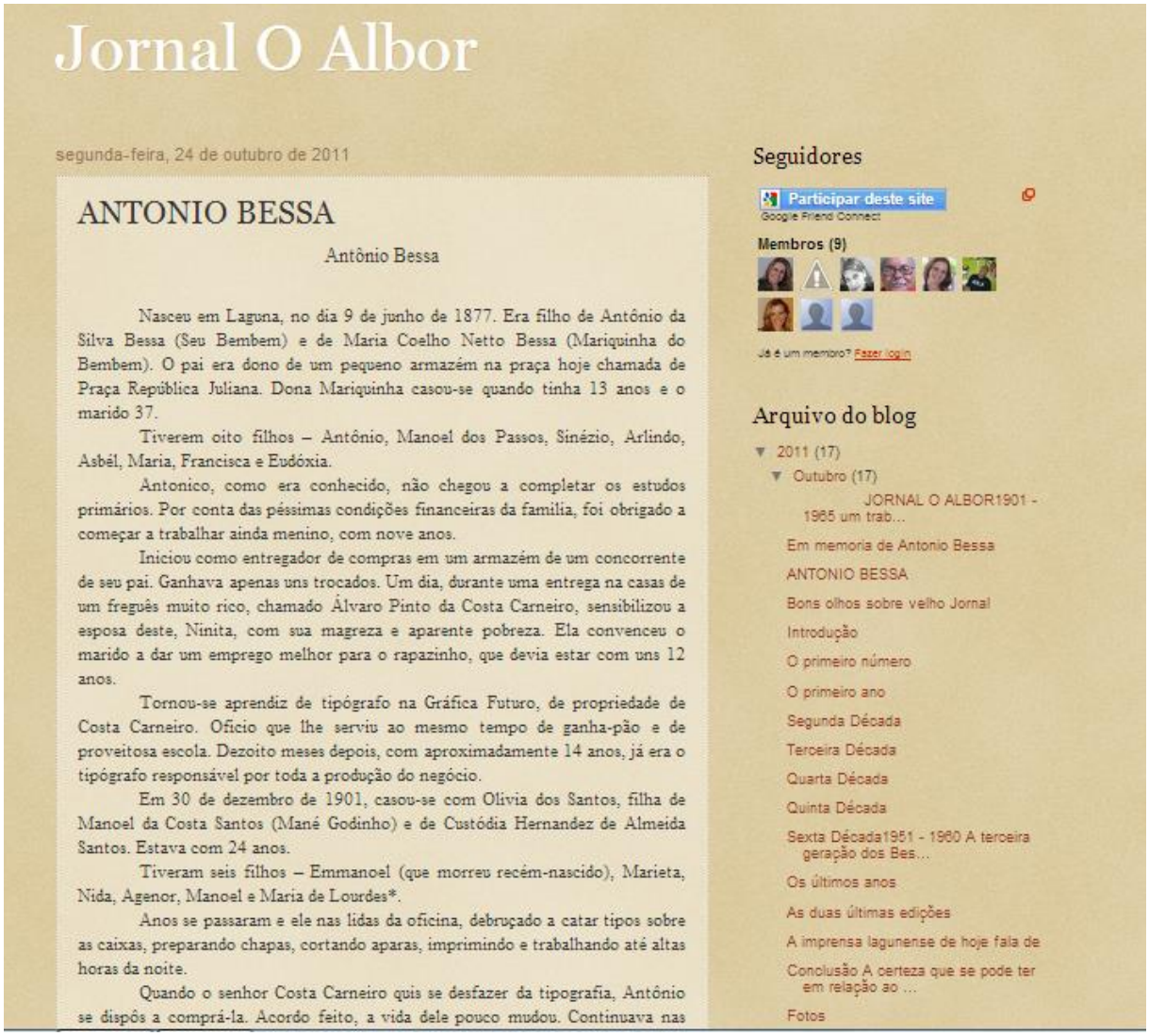
Assumpto palpitante nos grandes centros, onde faz parte integrante do progresso do seculo XX. O elemento feminino enfadado da cosinha, aborrecido da agulha, voltando as costas ás fraudas e cueiros, ingressa na literatura, discute politica, arremete contra os boluartes da teimosia masculina em negar-lhe o direito do voto, fuma cigarrilhos de ponta dourada e reclama a igualdade de direitos civis.
Deixando de parte apreciações sobre si as reclamações são razoaveis ou injustas, imaginemos o pasmo das vestutas avozinhas meio seculo atraz si admirassem as desenvoltas descendentes educadas a ultra-moderna, americanisadas, saiotes pelos joelhos deixando a mostra meio metro de pernas ou caniços com tal nome, braços a fresca...
Pobre avozinhas! Maravilhadas benzer se-iam com a canhota murmurando enrusbescidas na linguagem simples d'aquelles bons tempos patriarchaes:
- Credo!!! O mundo está perdido!...

ANEXO 1

Imagem do blog "Jornal O Albor", desenvolvido pela jornalista Lúcia Maria Barros no ano de 2011.

Disponível em: jornaloalbor.blogspot.com.br

Acesso: 02.jan.2014



Jornal O Albor

segunda-feira, 24 de outubro de 2011

ANTONIO BESSA

Antônio Bessa

Nasceu em Laguna, no dia 9 de junho de 1877. Era filho de Antônio da Silva Bessa (Seu Bembem) e de Maria Coelho Netto Bessa (Mariquinha do Bembem). O pai era dono de um pequeno armazém na praça hoje chamada de Praça República Juliana. Dona Mariquinha casou-se quando tinha 13 anos e o marido 37.

Tiverem oito filhos – Antônio, Manoel dos Passos, Sinézio, Arlindo, Asbél, Maria, Francisca e Eudóxia.

Antonico, como era conhecido, não chegou a completar os estudos primários. Por conta das péssimas condições financeiras da família, foi obrigado a começar a trabalhar ainda menino, com nove anos.

Iniciou como entregador de compras em um armazém de um concorrente de seu pai. Ganhava apenas uns trocados. Um dia, durante uma entrega na casas de um freguês muito rico, chamado Álvaro Pinto da Costa Carneiro, sensibilizou a esposa deste, Ninita, com sua magreza e aparente pobreza. Ela convenceu o marido a dar um emprego melhor para o rapazinho, que devia estar com uns 12 anos.

Tornou-se aprendiz de tipógrafo na Gráfica Futuro, de propriedade de Costa Carneiro. Ofício que lhe serviu ao mesmo tempo de ganha-pão e de proveitosa escola. Dezoito meses depois, com aproximadamente 14 anos, já era o tipógrafo responsável por toda a produção do negócio.

Em 30 de dezembro de 1901, casou-se com Olívia dos Santos, filha de Manoel da Costa Santos (Mané Godinho) e de Custódia Hernandez de Almeida Santos. Estava com 24 anos.

Tiveram seis filhos – Emmanoel (que morreu recém-nascido), Marieta, Nida, Agenor, Manoel e Maria de Lourdes*.

Anos se passaram e ele nas lidas da oficina, debruçado a catar tipos sobre as caixas, preparando chapas, cortando aparas, imprimindo e trabalhando até altas horas da noite.

Quando o senhor Costa Carneiro quis se desfazer da tipografia, Antônio se dispôs a comprá-la. Acordo feito, a vida dele pouco mudou. Continuava nas

Seguidores

Participar deste site
Google Friend Connect

Membros (9)

Já é um membro? Fazer login

Arquivo do blog

▼ 2011 (17)
▼ Outubro (17)
JORNAL O ALBOR1901 - 1965 um trab...
Em memoria de Antonio Bessa
ANTONIO BESSA
Bons olhos sobre velho Jornal
Introdução
O primeiro número
O primeiro ano
Segunda Década
Terceira Década
Quarta Década
Quinta Década
Sexta Década1951 - 1960 A terceira geração dos Bes...
Os últimos anos
As duas últimas edições
A imprensa lagunense de hoje fala de
Conclusão A certeza que se pode ter em relação ao ...
Fotos

ANEXO 2

Diário Catarinense, obituário da jornalista Lucia Maria de Barros que destaca a sua afinidade em pesquisar o Jornal O Albor.

Diário Catarinense
Obituário
Jornalista Lucia Maria de Barros Silveira / UFSC / Turma de Jornalismo de 1984

Obituário

■ A jornalista Lucia Maria de Barros Silveira, formada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), morreu no sábado aos 47 anos após um infarto. Ela foi sepultada domingo no Cemitério Jardim da Paz, em Florianópolis. Lúcia nasceu em Laguna e conservava entre seus interesses pesquisar a história da cidade. Tanto que deixou registrado no blog jornaloalbor.blogspot.com.br um levantamento sobre o jornal local *O Albor*. Lúcia publicou episódios no periódico entre 1901 a 1965. Gostava de escrever sobre memórias da infância vivida no Sul. Ela deixa um casal de filhos. Lucia era da turma de 1984 de Jornalismo da UFSC.